

Risoleide Rosa Freire de Oliveira

Revisão de textos

da prática à teoria

Edição atualizada





Reitora	Ângela Maria Paiva Cruz
Vice-Reitor	José Daniel Diniz Melo
Diretoria Administrativa	Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Diretor) Wilson Fernandes de Araújo Filho (Diretor adjunto) Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)
Conselho Editorial	Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente) Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha Anne Cristine da Silva Dantas Christianne Medeiros Cavalcante Edna Maria Rangel de Sá Eliane Marinho Soriano Fábio Resende de Araújo Francisco Dutra de Macedo Filho Francisco Wildson Confessor George Dantas de Azevedo Maria Aniolly Queiroz Maia Maria da Conceição F. B. S. Passeggi Maurício Roberto Campelo de Macedo Nedja Suely Fernandes Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento Paulo Roberto Medeiros de Azevedo Regina Simon da Silva Richardson Naves Leão Rosires Magali Bezerra de Barros Tânia Maria de Araújo Lima Tarcísio Gomes Filho Teodora de Araújo Alves
Editoração	Kamyla Alvares (Editora) Alva Medeiros da Costa (Supervisora editorial) Natália Melão (Colaboradora) Emily Lima (Colaboradora)
Revisão	Wildson Confessor (Coordenador) Alynnne Scott (Colaboradora)
Design editoriall	Michele de Oliveira Mourão Holanda (Coordenadora) Wilson Fernandes de Araújo Filho (Capa e miolo)

Risoleide Rosa Freire de Oliveira

Revisão de textos

da prática à teoria

Edição atualizada



Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da publicação na Fonte. UFRN/Biblioteca Central Zila Mamede

Oliveira, Risoleide Rosa Freire de.

Revisão de textos [recurso eletrônico] : da prática à teoria / Risoleide Rosa Freire de Oliveira.
– Natal, RN: EDUFRN, 2016.

159 p. : PDF ; 1,68 Mb

Modo de acesso: <<https://repositorio.ufrn.br/jsui>>

ISBN 978-85-425-0648-8

1. Linguística aplicada. 2. Revisão de textos. 3. Interação socioverbal. I. Título.

RN/UF/BCZM

2016/73

CDD 418
CDU 81'33

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

Aos revisores, editores, professores
e demais profissionais envolvidos na
atividade de revisão, dedico este livro.

Prefácio

Desde há alguns anos, cresce a valorização da Língua Portuguesa como veículo de cultura, meio de comunicação e fator de ascensão social. Os concursos públicos, as provas do Enem, nos quais a redação tem um peso decisivo, as elaborações de teses e dissertações em âmbito universitário, os certames escolares para escolha da melhor produção textual, os prêmios jornalísticos temáticos sobre a melhor reportagem em determinado gênero, a proliferação de lançamentos de livros nos mais variados gêneros, as campanhas publicitárias institucionais ou privadas, os bate-papos nas redes sociais são apenas alguns exemplos do quanto um bom desempenho em língua materna faz a diferença nas várias instâncias da vida social e econômica do Brasil de hoje.

Em vista disso, o papel do revisor de texto ganha, a cada dia, mais visibilidade, pois é esse profissional que comumente se busca quando se deseja publicar um trabalho acadêmico, uma obra literária, um artigo para jornal ou revista, um anúncio comercial, um comentário mais circunstanciado no *Facebook* ou no *WhatsApp*, entre outros. De fato, o autógrafo de um revisor subscrito a um trabalho literário, acadêmico, jornalístico ou jurídico, ou outro, equivale a um selo de segurança linguística. E é aí que nos deparamos com um grande paradoxo: há uma escassa oferta de títulos editoriais voltados à revisão.

Este livro de Risoleide Rosa, justamente intitulado *Revisão de textos: da prática à teoria* (publicado pela Editora da UFRN, em 2010) vem cumprindo a importante e quase solitária missão de atender a uma ampla demanda por obras referenciais para revisores e profissionais afins. Revisora e docente com vasto

domínio da prática dessa matéria, bem como do complexo campo teórico que a cerca, Risoleide Rosa expõe, neste trabalho, a síntese de uma rica bagagem de conhecimentos que lhe renderam um mestrado e um doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e que, agora, coloca a serviço da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, quer como docente, quer como coordenadora de projetos acadêmicos.

Sistematizados agora neste livro digital, esses conhecimentos estão assim à disposição de todos quantos desejem entender, conhecer e pesquisar os meandros da arte da revisão de textos. Dentre os muitos temas que poderíamos destacar na obra, chamamos a atenção especialmente para três: “Manuais em discussão”, “Diálogo entre revisores” e “Trajetória de uma revisora”, todos pertinentes à segunda parte de *Revisão de textos*. No primeiro, a autora empreende discussão em torno de dois manuais de revisão, seus objetivos, suas definições, técnicas e concepções da atividade revisória, sua utilidade prática e suas limitações.

No segundo, ela traz à luz um interessante diálogo com um grupo de revisores, debate que se apresenta rico em considerações acerca das preocupações e concepções que cercam o trabalho desses profissionais, suas escolhas, suas interações com os autores, os conflitos e as negociações que resultam desse encontro na busca do consenso e do êxito do empreendimento revisório.

No terceiro, ela faz revelações sobre a sua própria experiência com a revisão, com especial destaque para as possibilidades que a filosofia da linguagem, inerente ao pensamento de Mikhail Bakhtin e seu círculo, oferecem ao revisor, seja na esfera editorial, seja na esfera de ensino superior.

Enfim, há muito já se evidenciava que uma obra tão singular como essa não poderia ficar restrita à edição impressa,

haja vista que essa restrição frustraria as solicitações de seu crescente público, que, hoje, não se limita apenas a uma região do nosso país, mas avança em uma aventura dialogal com o mundo lusófono, à medida que cresce o intercâmbio de bens simbólicos dentro desse vasto campo monolíngue, não obstante a pluralidade de sua demografia.

Por todas essas razões é que aplaudimos a iniciativa tomada agora pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte de lançar a versão digital aberta de *Revisão de textos: da prática à teoria*, de Risoleide Rosa. Tal decisão vem coroar o esforço da autora na árdua seara da revisão de textos e ajudar a retirar do limbo a questão revisória, elegendo-a como um tema central dos estudos linguísticos da nossa época, ao mesmo tempo que fornece um instrumental tanto prático quanto teórico a todos os que queiram ir além do óbvio e do redundante em matéria de revisão textual.

Nelson Patriota,
da Academia Norte-rio-grandense de Letras

Sumário

Palavras iniciais	11
<i>Primeira parte</i>	
Uma inter-relação necessária.....	15
Revedo os dizeres sobre revisão	17
Escrita social e discursiva	26
Caminhos da escrita	28
A escrita como objeto de estudo	33
Do discurso à estrutura.....	45
Interação socioverbal	45
Princípio da exotopia	48
Gêneros do discurso	50
<i>Segunda parte</i>	
Manuais em discussão	62
Diálogo entre revisores	76
Entrevistas individuais	76
Lígia, professora por vocação	78
Fernando, dublê de autor e revisor	82
Aurélio, revisor por acidente	82
Entrelaçando dizeres	90
Entrevista coletiva	97

Trajetória de uma revisora	111
A vivência no mundo editorial e na docência	113
Diálogos com autoras	117
Trocando pontos de vista	118
Interagindo com discentes	128
Preenchendo as lacunas	129
Trabalhando a reescritura	136
A revisão sob a ótica das autoras	141
Reflexões finais	144
Referências.....	149
Sobre a autora.....	157

Palavras iniciais

Para a elaboração deste livro, que é um recorte da minha tese de doutorado *Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos: entrelaçando dizeres e fazeres*, defendida em 2007 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), eu me ancorei em três vivências, inter-relacionadas e amarradas pela minha trajetória de vida acadêmica e profissional, as quais subsidiam as reflexões ora trazidas ao leitor: a experiência profissional vivida em editoras universitárias como revisora de textos; o trabalho como docente de Língua Portuguesa no ensino básico e superior; a atividade de pesquisa que me levou a procurar outros profissionais com o propósito de observar por meio da alteridade como se processa o trabalho de revisão.

Escolhi utilizar como recurso principal para tratar da problemática a exposição dos dizeres e fazeres de revisores em atividade. Espero, assim, contribuir para a compreensão do modo como os profissionais concebem e praticam a revisão de textos. Cumpre assinalar, todavia, que o livro não tem qualquer pretensão prescritiva ou normativa; discutir e sugerir a teoria dialógica bakhtiniana como princípio maior de subsídio para essa atividade é ao que preferencialmente aspiro.

Para tanto, dividi o livro em duas partes, cada uma constituída de três capítulos. A primeira diz respeito às escolhas teórico-metodológicas que servem de suporte à atividade de revisão. No capítulo de abertura, “Uma inter-relação necessária”, discuto elementos teóricos da Linguística Aplicada (LA), área de conhecimento em que estou inserida, e retomo alguns sobre a atividade de revisão de textos em âmbitos escolar e extraescolar

correlacionando-os e estabelecendo entre eles as possíveis semelhanças e distinções, assim como as peculiaridades de cada um.

No capítulo “Escrita social e discursiva”, trato da trajetória da escrita a fim de ressaltar a sua importância social, seja na esfera pública, seja na esfera privada. Isso inclui uma discussão das principais abordagens e pesquisas acerca da escrita, nas perspectivas evolutivas, cognitivas e sociais e os aportes de cada uma dessas correntes para a compreensão da escrita como prática discursiva bem como para a noção de texto escrito como materialidade do discurso.

No capítulo “Do discurso à estrutura”, que encerra a primeira parte deste livro, trato da concepção dialógica de linguagem proposta como subsídio ao trabalho rotineiro do revisor na análise do texto, o qual assume dimensões e formatos que variam conforme as situações discursivas em que se insira. Para tanto, utilizo os conceitos bakhtinianos de interação, enunciado, exotopia, dentre outros que ajudem a compreender os discursos que emergem dos textos.

Na segunda parte, reconstituo pontos de vista de revisão de manuais assim como conversações e debates com revisores, ressalto aspectos relevantes da minha trajetória profissional e faço um balanço das (in)certezas possíveis. Para tanto, descrevo e analiso, no capítulo inaugural dessa parte, “Manuais em discussão”, normas constantes em manuais produzidos por experientes revisores.

No capítulo “Diálogo entre revisores”, com o propósito de discutir as práticas de revisão de profissionais atuantes, relato trechos de entrevistas nas quais lhes indago acerca dos conhecimentos e instrumentos exigidos nas suas atividades práticas, como interação com autor(es) e como solucionam os problemas encontrados no texto. Assim, trato de modo mais

específico da atividade de revisão de textos, já que passo a focalizar a prática distinta de revisores atuantes.

“Trajetória de uma revisora”, capítulo seguinte, comporta um histórico da minha formação acadêmica e um resumo da minha experiência na prática de revisão de textos em dois momentos: no primeiro, como revisora, trato da interação com uma autora de reconhecida experiência; no segundo, então revisora e docente de nível superior, relato a interação com autoras iniciantes. Com isso, procuro enfatizar a importância do diálogo sobre os aspectos discursivos e linguísticos observados no processo de revisão.

Por fim, nas “Reflexões finais”, retomo conceitos-chave importantes para subsidiar a prática de revisão de textos assim como aponto outros aspectos que poderiam ser investigados na atividade.

Primeira parte



Uma inter-relação necessária

Conhecimento que não considera as vozes daqueles que vivem a prática social não pode dizer nada sobre ela.

Moita Lopes

Área de conhecimento que se redefine ante os problemas com os quais se defronta, a Linguística Aplicada (LA), é uma ciência voltada para “problemas da vida real, essencialmente humanos”, conforme enfatiza Celani (1992, p. 22). Por essa razão, é o campo de estudo escolhido para subsidiar este livro sobre o trabalho do revisor de texto, suas certezas e alegrias mas também suas dificuldades e angústias no dia a dia profissional. Assim, ao estabelecer a inter-relação entre a LA e a atividade de revisão, tenho como propósito principal sugerir ao revisor, a exemplo do que propõe Moita Lopes (2006, p. 90) para o linguista aplicado, “situar seu trabalho no mundo, em vez de ser tragado por ele ao produzir conhecimento que não responda às questões contemporâneas”. Para tanto, o revisor precisaria considerar

não a teorização elegantemente abstrata que ignora a prática, mas uma teorização em que teoria e prática sejam conjuntamente consideradas em uma formulação do conhecimento na qual a teorização pode ser muito mais um trabalho de *bricolage*, tendo em vista a multiplicidade dos contextos sociais e daqueles que os vivem (MOITA LOPES, 2006, p. 101).

Como enfatiza o autor, é necessário um conhecimento que leve em conta as vozes de cada um daqueles que vivenciam as práticas sociais, isto é, o conjunto de pessoas concretamente envolvidas nas questões de uso da linguagem. Isso, porém,

sem perder de vista a dimensão social, múltipla e dinâmica da linguagem.

Todavia, essa possibilidade de produzir conhecimento em LA inter-relacionando indistintamente prática e teoria é uma conquista recente. Na busca de se estabelecer como ciência autônoma, tem enfrentado resistências devido à sua relação originalmente estreita com a Linguística Teórica (LT). O entendimento da LA limitado ao ensino-aprendizagem de línguas como mero consumo, não como produção de teorias, e como área interdisciplinar, são dois fatores que reforçaram esse viés.

Segundo Cavalcanti (1986, p. 5), esse “falso equacionamento da LA com a aplicação de teorias linguísticas foi alimentado em dois períodos da história da Linguística, isto é, no estruturalismo e no gerativismo”. Para desfazer esse entendimento, a autora propõe a ampliação da LA para “um contexto social mais amplo [...] a interação face a face (conversação) ou ouvido a ouvido (conversação telefônica) e a interação a distância mediada pelo texto” (CAVALCANTI, 1986, p. 8-9). Procurando se contrapor a essa visão equivocada da LA, Celani (1992, p. 19) esclarece:

Os linguistas aplicados não procuram usurpar as funções dos linguistas, psicólogos ou professores. A partir de interpretação multidisciplinar para a solução de problemas relacionados à linguagem, de uma redefinição sempre nova para cada novo conjunto de problemas, a LA adquire uma autonomia organizacional que lhe justifica o uso do nome como área de direito próprio.

Desse modo, a LA pode ser considerada uma área autônoma de produção de conhecimentos com objeto de estudo definido: questões de uso da linguagem, dentro ou fora do contexto escolar. Como propósito, a LA pretende compreender as relações humanas mediante a produção de tratamentos condizentes com as situações reais. Isso explica por que os linguistas aplicados têm um papel dinâmico a realizar em qualquer

atividade social humana, seja em situações do cotidiano que ocorrem em família, seja em interações no trabalho, seja em contexto escolar, uma vez que estão diretamente empenhados na investigação dos problemas humanos que derivam das várias questões de uso da linguagem e na otimização das práticas pessoais e profissionais. Daí também ser pertinente a proposta de Moita Lopes (2006, p. 99) de uma “LA híbrida ou mestiça, que possa tentar compreender a vida contemporânea”.

Essas orientações da LA a tornam uma área de conhecimento especialmente adequada às discussões e análises aqui referidas, haja vista o fato de que a revisão de textos constitui uma atividade relacionada com as questões de linguagem, presentes em várias instâncias da vida humana, como trabalhos escolares e acadêmicos, jornalísticos e publicitários, jurídicos e legislativos, em âmbito público, e ainda nas relações familiares, nas conversas entre amigos, nas conversas ao telefone e celular, entre outras, em âmbito privado.

Reverendo os dizeres sobre revisão

Em uma perspectiva tradicional, a revisão é vista como uma etapa subsequente à produção escrita, principalmente de alunos, com o objetivo principal de corrigir o texto e detectar transgressões nas convenções da norma culta. Tal concepção é pautada no senso comum de que revisar resume-se a corrigir ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, de acordo com as normas apontadas em gramáticas, dicionários e manuais, sendo a revisão tratada como uma das etapas de reescritura em que se focalizam os aspectos estruturais do texto.

Porém, há estudos que apontam a revisão como uma atividade recursiva, a qual pode ocorrer em qualquer etapa do processo, deixando de lado a concepção de etapas lineares, conforme mostra Gehrke (1993, p. 121), recorrendo a outros autores, que concebem a revisão como

“uma atividade reflexiva e expressiva” (BOIARSKY, 1982); “exercício do pensamento crítico que conduz à descoberta e à redução de entropia” (MARDER *et al.*, 1982); “conjunto de processos iguais: o processo releitura/revisão” (HALL, 1982); “a revisão na escrita e a leitura crítica são ‘dois processos espelhando-se um no outro’” (FITZGERALD, 1989); “tarefa de ajustar intenções e convenções” (NOLD, 1982); “pragmática da autoavaliação” (BEACH, 1982); “a empatia ou a adoção da perspectiva do outro como o aspecto fundamental da revisão” (SPEAR, 1982); “uma sequência de mudanças na composição” (SOMMERS, 1982); “dissonância entre os planos e os objetivos estabelecidos para um determinado texto e os planos e objetivos do escritor para a escrita em geral” (HAYES *et al.*, 1985).

Essas abordagens reforçam que a revisão consiste em uma atividade de rever e retrabalhar um texto, diferentemente da ideia de linearidade, na qual cada etapa sucede a outra predeterminada.

A revisão também é tratada como processo recursivo, no modelo de escritura de Hayes e Flower (1981), sendo constituída por dois outros subprocessos, quais sejam: a leitura e a editoração, podendo a revisão interromper o processo de escritura em qualquer ponto, daí ser associada a um texto em progressão.

Seguindo a mesma abordagem cognitivista desse modelo de escritura, em estudo posterior, Hayes *et al.* (1987) propõem três subprocessos centrais na atividade de revisão – a definição da tarefa, a avaliação e a estratégia de seleção – os quais influenciam e são influenciados pelos conhecimentos do revisor acerca dos objetivos, critérios e restrições para os textos.

Em relação à definição da tarefa a ser executada, o revisor deve inicialmente especificar se vai revisar pela clareza ou pela elegância, segundo os objetivos do escritor; quais traços do texto vai examinar, se os globais ou os locais; como vai proceder a tarefa de revisar, se em um passo ou em vários. Para os autores, esse subprocesso se constitui na base de todas as outras tarefas de revisão, uma vez que reflete as concepções subjacentes do que

significa revisar, quais atividades particulares estão envolvidas nesse processo, além do modo como devem ser gerenciadas.

Na avaliação, subprocesso seguinte, o revisor aplica os objetivos e critérios determinados na definição da tarefa, tendo a leitura um papel fundamental, uma vez que nessa etapa o texto é lido com o objetivo de serem compreendidos, avaliados e definidos problemas.

Essa detecção e esse diagnóstico de problemas gerados pela avaliação possibilitam que o revisor selecione estratégias tanto para ignorar esses problemas ou buscar mais informações para esclarecê-los, quanto para modificar o texto, reescrevendo-o.

Segundo os autores, a análise de protocolos verbais de sujeitos engajados no processo de revisão lhes permitiu relacionar habilidades presentes na leitura para avaliar/revisar. Eles observaram que as habilidades de leitura implicadas na revisão são as mesmas de ler para compreender, porém com as exigências adicionais de avaliar e definir problemas. Quanto aos problemas de ortografia e gramática, ambiguidades e referência, lógica e inconsistências factuais e transgressão de esquemas, de estrutura textual, incoerências, desorganização, tom inapropriado, complexidade, Hayes *et al.* (1987) propõem como soluções nova grafia, construções e interpretações alternativas, novos exemplos e evidências, analogias e elaborações, reorganização, planos alternativos, novo conteúdo e novo tom.

De acordo com esse modelo, o revisor, ao engajar-se na construção da representação interna do texto e da resposta do leitor virtual, pode empregar os três subprocessos propostos, fazendo-os interagir, ou seja, concomitantemente à compreensão do texto ocorrem a avaliação e a definição de problemas, daí por que o comportamento do revisor é diferente daquele do leitor comum, uma vez que o revisor detecta e diagnostica eventuais problemas do texto e procura dar-lhes soluções.

Dahlet (1994) enfoca a revisão de texto como a terceira das operações que compõem a produção escrita, subsequente à planificação e à textualização. Subdivide, por sua vez, as operações de revisão em outras duas: as de “operações de retorno crítico ao texto”, por meio das quais são detectadas as possíveis incorreções ou violações da norma culta e diagnosticados os fatores geradores de incompreensão, e as de “operações de adequação definitiva”, destinadas a elidir as falhas encontradas.

A revisão, como processo de alteração de um texto com o objetivo de melhorá-lo como um todo, detecta dois obstáculos por parte do aluno, de acordo com Dahlet (1994, p. 90): “uma dificuldade cognitiva, a da autoavaliação, e uma dificuldade metodológica, a de considerar tal alteração, seja global seja local”. Para solucionar tais problemas, o autor sugere a redação coletiva e o “conserto” de textos como acompanhamento do retorno crítico do aluno ao seu texto.

Dolz e Pasquier (1995) recomendam uma pausa para revisão-reescrita, decorrido um tempo da escrita da primeira versão, na fase de aprendizagem da escrita de um gênero. Para eles, esse tempo facilita o distanciamento que o aluno necessita para refletir sobre sua própria produção. Além disso, os professores podem desenvolver atividades de ensino e aprendizagem sobre as diferentes dimensões textuais consideradas difíceis na primeira versão, como pontuação, tempos verbais, organização do conteúdo temático, entre outras, assim como as técnicas próprias da revisão, discutindo as diferentes possibilidades de apagamento, substituição, deslocamento, em função de critérios de legitimidade e eficácia comunicativa.

Em trabalho posterior, Dolz e Pasquier (1996), ao defenderem métodos indutivos de aprendizagem, em substituição aos tradicionais métodos transmissores frontais, consideram as atividades de revisão e reescrita mais formativas que a simples correção normativa, levando o aluno a adotar uma postura crítica em relação ao seu próprio texto.

Dentre os poucos estudos desenvolvidos no Brasil referentes à atividade de revisão, embora sem tê-la como foco central, encontram-se os de Serafini (1992), Dellagnelo (1998) e Garcez (1998).

Serafini (1992) aponta duas modalidades de revisão no texto: a de conteúdo e a de forma. A primeira, global, requer uma compreensão ampla do texto visando à sua clareza, coerência e coesão; a segunda, local, pode ser feita mecanicamente, mediante a aplicação de regras em determinados trechos, cortando e simplificando frases longas ou retorcidas, suprimindo palavras supérfluas, entre outras.

Dellagnelo (1998), ao focalizar uma situação escolar, sugere um modelo analítico para a revisão de textos produzidos por alunos-escritores, baseando-se em uma visão processual da escrita bem como em um conjunto de regras referentes a conteúdo, forma, organização textual, gramática.

Garcez (1998, p. 33), em sua pesquisa acerca dos modos de participação do outro na escrita de textos escolares, ao se referir à revisão do ponto de vista cognitivo, diz que “para os cognitivistas o processo de revisão envolve ações mentais em um *continuum* de representação de um problema, que vai de sua percepção e localização até o acesamento de procedimentos complexos”. Para ilustrar essa perspectiva, a autora indica os estudos de Bartlett e de Scardamalia e Bereiter (1983), além do modelo de Hayes *et al.* (1987).

Partindo da noção de estratégias, Bartlett (1982 *apud* GARCEZ, 1998, p. 30-31) identifica três etapas na revisão: “a detecção do problema” (que exige leitura ativa), “a identificação” do problema (que varia de redator para redator) e “a correção propriamente dita” do texto (que exige conhecimento das questões sintáticas, semânticas e estilísticas). Nessa perspectiva, a revisão depende da geração e da correção de estratégias efetivas de detecção, identificação e rearranjo dos elementos do texto.

Scardamalia e Bereiter (1983 *apud* GARCEZ, 1998, p. 30-31) também distinguem três etapas no processo de revisão: a primeira consiste na “comparação entre a intenção, o plano inicial de escrita, e o produto ou execução”; a segunda, na “diagnose ou identificação dos problemas e determinação das trocas necessárias e das alternativas de como fazê-las”; a terceira, na “operação propriamente dita de mudanças no texto”.

Também em situações escolares, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a Língua Portuguesa dão destaque à atividade de revisão de textos de alunos, no ensino fundamental, ao considerarem-na como

espaço privilegiado de articulação das práticas de leitura, produção escrita e reflexão sobre a língua [...] conjunto de procedimentos por meio dos quais um texto é trabalhado até o ponto em que se decide que está, para o momento, suficientemente bem escrito. [...] Espécie de controle de qualidade da produção, necessário desde o planejamento e ao longo do processo de redação e não somente após a finalização do produto (BRASIL, 1997, p. 54-55).

Por entenderem a revisão como uma atividade complexa que requer distanciamento do próprio texto, os PCN recomendam que, no processo de revisão com escritores iniciantes, sejam analisados textos alheios de forma coletiva, “ocasião em que o professor pode desempenhar um importante papel de modelo de revisor, colocando boas questões para serem analisadas e dirigindo o olhar dos alunos para os problemas a serem resolvidos” (BRASIL, 1997, p. 55).

Em uma perspectiva diferente, por levarem em conta os profissionais que participam do processo de revisão em contextos extraescolares, destaco as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2002a, 2011), o romance *História do cerco de Lisboa* (SARAMAGO, 1998) e o artigo científico “A relação exemplar entre autor e revisor (e outros trabalhadores textuais semelhantes) e o mito de Babel” (ARROJO, 2003) bem como duas publicações que enfocam mais especificamente da

revisão de textos sob a ótica do revisor: o *Manual de revisão*, produzido por Guilherme (1967), no estado do Ceará, e o *Manual do revisor*, editado por Malta (2000), no estado de São Paulo. Esses manuais, por abordarem pontos que precisam ser levados em conta nas atividades cotidianas do profissional da revisão, serão descritos e analisados pormenorizadamente no capítulo “Revisão de textos em manuais”.

De acordo com a NBR 6025 (ABNT, 2002b, p. 1), há dois tipos de revisão: a de originais e a de provas. Na revisão de originais (ou “copidesque”), faz-se a “normalização ortográfica, gramatical, literária e de padrões institucionais, aplicando-se as técnicas editoriais e marcações para uniformizar o texto como um todo”, e na revisão de provas, “também chamada de revisão de cotejo ou conferência”, assinala-se com “símbolos e sinais convencionados aquilo que difere do original”¹.

Subsidiada pela vertente psicanalítica, Arrojo (2003) faz uma análise da relação autor-revisor, tendo por base o livro *História do cerco de Lisboa* de José Saramago². Nesse trabalho, a autora relaciona a decisão tomada pelo personagem Raimundo

1 Cf. os sinais de revisão na NBR 6025 (ABNT, 2002b). Esses códigos, “em torno de quarenta ou menos, embora, extensivamente, ultrapasse a centena” (ARAÚJO, 2008, p. 394), são semelhantes aos apontados em outros trabalhos como o de Guilherme (1967), sendo os da ABNT, os adaptados por Malta (2000) e os efetivamente utilizados no dia a dia de gráficas, jornais e editoras em número menor que os propostos pelos manuais e publicações.

2 *História do cerco de Lisboa*, do autor português José Saramago, foi originalmente publicado em 1989. Nesse livro, paralelamente à história do cerco de Lisboa, o autor conta outra: a de um revisor de textos, personagem solitário e tímido, que vive “fechado em casa, triste como um cão sem dono” (SARAMAGO, 1998, p. 299), ganhando a vida com a revisão de textos que muitas vezes despreza. Entretanto, sempre respeita a posição que lhe cabe na hierarquia do trabalho com as palavras, até o momento que resolve ignorar essa hierarquia e muda o texto do autor, o que leva sua vida pessoal e profissional a passar por mudanças, como deixar de pintar o cabelo e receber proposta para escrever outro livro sobre a referida história.

Silva, revisor de uma editora lisboeta, de acrescentar um “não” à linha que “redondamente afirma que os cruzados auxiliarão os portugueses a tomar Lisboa” com o mito da torre de Babel. Segundo ela, ao pôr um “não” em um livro escrito por outra pessoa, ignorando a hierarquia entre autor e revisor bem como todas as normas que regem seu trabalho, Raimundo transforma-se em um revisor “subversivo”. Assume, assim, com esse “ato de consciente e extrema interferência”, o desejo de reescrever o texto revisado por ele. Para a autora, há na rebelião do revisor Raimundo da Silva um desafio comparável ao dos temerários construtores da torre de Babel que visavam a atingir o céu, punidos por Deus com a perda da língua original, o que estabeleceu entre eles confusão e consequente impossibilidade de levar adiante o projeto da torre.

Para Arrojo (2003, p. 204), fica “claro o paralelo que se pode estabelecer entre a radical assimetria de poder que separa os humanos e Deus, no mito de Babel, e a oposição hierarquicamente marcada entre revisor e autor, no universo armado em *História do cerco de Lisboa*. Na avaliação da autora, essas relações de conflito são

consequência direta de concepções de “original” e de autoria que partem de noções essencialistas de linguagem, segundo as quais seria possível congelar significados e protegê-los em “invólucros” textuais que deveriam ser abordados com todo o cuidado. [...] significados originalmente definidos pelo autor (ARROJO, 2003, p. 193, grifos da autora).

O revisor de texto ainda é visto por alguns escritores, conforme as vozes aqui resgatadas o demonstrarão, como um profissional que deveria apenas corrigir os erros gramaticais, sendo sua situação profissional, como aponta Arrojo, (2003, p. 193): “[...] geralmente associada a uma reputação de traidor marginal e de escritor desajeitado”.

Uma análise comparativa desses trabalhos expostos, com exceção dos de Arrojo (2003), da ABNT (2002a, 2011) e dos dois

manuais citados, permite constatar que a revisão geralmente é focalizada em situações de sala de aula. Devido a isso, a literatura relacionada com a atividade de revisão, especialmente sobre a interação revisor-autor-texto, é escassa, quase inexistente. Nas poucas vezes que foge a essa regra, a revisão se apresenta como uma tarefa voltada meramente para a resolução de problemas de ordem estrutural e notacional de perspectiva cognitivista, não levando em conta os aspectos discursivos que cercam as metas volitivas do autor.

Contornando esses dois vieses já demarcados, procuro enfocar a revisão de textos cotejando práticas e experiências de profissionais atuantes nessa área, dando especial ênfase à sua interação com autor(es). Para isso, amparo-me na concepção bakhtiniana de linguagem, a qual, conforme Faraco (2001, p. 8-9), centra “a atenção sobre as práticas discursivas, ou seja, sobre a língua em sua integridade concreta e viva”, e reconhece que “o eu só aparece como presença de si para si mesmo pela mediação do outro”, concluindo ser “fundamental que a intersubjetividade deixe de ser abordada como acidental ou fortuita e passe a ser abordada como eixo orgânico da realidade linguística”.

Isso se justifica, ainda, porque não se pode dar ao ser humano e sua vida, suas experiências, suas práticas sociais e discursivas, seu trabalho e sua luta, outro enfoque que não seja aquele que passa pela semiotização do mundo. Como afirma Bakhtin (2003, p. 319), “não perguntamos à natureza e ela não nos responde. Colocamos as perguntas para nós mesmos e de certo modo organizamos a observação ou a experiência para obtermos a resposta”. Essa organização implica sempre a interação com o outro, conforme será reafirmado ao longo dos capítulos que seguem.

Escrita social e discursiva

[...] o ato de fala impresso constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diversas esferas da comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre os trabalhos posteriores etc.) [...] Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc.

Bakhtin/Volochinov

Nas atividades desenvolvidas pelo revisor de textos, profissional que tem como material de trabalho a escrita em suas diversas configurações, seja em papel, seja em tela, seja em qualquer outro suporte, é necessário reforçar a importância dessa modalidade da linguagem ao longo dos tempos. Com esse objetivo, este capítulo percorre a história da escrita, ressaltando sua presença nas diversas esferas da atividade humana.

Um dos primeiros registros acerca da escrita no ocidente se encontra em *Fedro*, de Platão (1973). O diálogo trata da origem da escrita e sobressai o duplo sentido da palavra *phármakon*,

vista ora como “remédio”, ora como “veneno”³, cuja ambiguidade é extensiva à própria escrita. De fato, para enfatizar a dupla natureza da escrita, positiva e negativa, dependendo do ângulo de abordagem, Sócrates se reporta ao mito egípcio de Tamus e Teut. Segundo esse mito, Teut, um deus inventor, sempre que criava um novo invento tinha de submetê-lo ao juízo do rei Tamus, que o aprovava, ou não, dependendo da avaliação que fizesse da sua necessidade ou utilização. Teut, que também inventara os números, o cálculo, a geometria, a astronomia, o jogo de damas e dados, ao submeter a invenção da escrita à avaliação do rei, recebeu duras críticas.

Para Tamus, a escrita tornaria os homens esquecidos, pois eles deixariam de cultivar a memória e passariam a confiar apenas nos livros escritos, daí ele considerá-la um veneno, e não um remédio. Teut, defendendo sua invenção, argumenta que a escrita poderia aumentar a possibilidade de armazenamento de informações muito além da capacidade da memória humana

3 Sobre essas duas visões da escrita – como “remédio” e como “veneno” –, sugiro a leitura dos trabalhos de Coracini e Santos, além do de Derrida (1997), autor em que elas se apoiam para seus estudos. Coracini (2006, p. 140), ao estabelecer uma analogia das primeiras escritas com a escrita digital, assinala a “revolução que a escrita trouxe para o mundo grego inteiramente voltado para a oralidade, que garantia a verdade, pelo raciocínio lógico da maiêutica e da presença dos interlocutores, como atesta Fedro, de Platão: a escrita trazia, ao mesmo tempo, a permanência do pensamento – remédio – e a sua destruição – veneno”. Santos (2003, p. 133-142), por sua vez, faz uma profunda leitura dos diálogos de Platão, esclarecendo várias questões, entre as quais essa ambiguidade relacionada com a escrita, particularmente em *Fedro*. Reforçando a conclusão de Derrida (1997, p. 11) de que “Somente uma leitura cega ou grosseira pôde, com efeito, deixar correr o boato de que Platão condenava *simplesmente* a atividade do escritor”, Santos (2003) diz que a conclusão desse diálogo platônico é menos a condenação da escritura em nome de uma fala presente e viva, e mais a preferência de uma escritura à outra. Ou seja: “[...] o *Fedro* procura também, na sua escritura, salvar – o que também é perder – a escritura como o melhor, o mais nobre jogo” (DERRIDA, 1997, p. 11).

convencional, ao proporcionar o registro e a preservação da fala e do pensamento, ampliando, assim, a memória social e cultural.

Utilizando-se de diálogos ora entre Sócrates e Fedro, ora entre Tamus e Teut, Platão procura mostrar que há duas maneiras de escrever: uma má, desconexa, e outra boa, conexa. É nesse jogo dialógico que Platão utiliza a palavra *phármakon* como metáfora da escrita, que implica, para ele, tanto “remédio” quanto “veneno”, dependendo do mau ou bom uso que se faça dela.

Na realidade, se a escrita é, como se pode crer, um fenômeno eminentemente social, e tendo em vista a advertência de Platão sobre o seu uso “racional”, pretendo desenvolver nas páginas deste livro uma discussão sobre os vários usos do *phármakon* e alguns temas correlatos.

Caminhos da escrita

Desde os seus primórdios, o ser humano procurou usar meios pelos quais manifestasse aos outros suas ideias, criando para isso sinais e convenções que o ajudassem a se comunicar, como gestos e danças. Além disso, quando longe de seu grupo, nossos antepassados careciam de meios eficazes de comunicação.

Formas rudimentares de escrita foram sendo desenvolvidas a fim de suprir aquela carência, tornando-se, pouco a pouco, um meio cada vez mais eficaz de comunicação, divulgação e preservação das conquistas socioculturais do homem séculos afora. Por possibilitar ao sujeito interagir com outrem, confrontando, informando, transmitindo ideias, sentimentos e intenções, a escrita se firmou como um dos principais canais de comunicação, seja para dar conta de um simples aviso, de um convite ou cumprimento de aniversário, seja para informar com segurança detalhes sobre as variações climáticas, um confronto étnico ou uma grande descoberta científica.

O estudo da escrita, bem como suas características, seus relacionamentos com a cognição e as práticas sociais institucionalizadas, sofreu grande impulso quando se buscou compreendê-la como modalidade da língua que tem especificidades próprias como materialidade linguística. Essa materialidade passou por várias formas de representação e suportes: desde a escrita pictórica gravada em cavernas pelos nossos ancestrais, passando pelas escritas ideográfica e fonográfica, até chegar à escrita logográfica chinesa, à escrita mista logográfico-silábica usada no Japão, à escrita alfabética criada pelos gregos e, hoje, à escrita digital na tela dos aparelhos de computador, notebook e celular. Para examinar esse percurso da escrita, apoio-me principalmente nos estudos de Gelb (1963) e Olson (1997), porque esses autores relatam o desenvolvimento da escrita pelas lentes da história, desde suas primeiras manifestações – o sistema pictográfico e os recursos de identificação mnemônica, a escrita em suas fases lexical-silábica, silábica e alfabética – até a tecnológica, conforme se verá a seguir.

Gelb (1963) mostra que a necessidade individual de se expressar e a necessidade social de se comunicar, inerentes ao homem, estão inter-relacionadas. Daí os precursores da escrita – o sistema pictórico, para expressar ideias humanas visualmente, e os recursos de identificação mnemônica, como os símbolos heráldicos e os símbolos usados por indígenas para registrar o tempo – serem fundamentais para se compreender tais necessidades, embora nenhum deles, segundo o autor, tenha se destacado mais do que o sistema alfabético.

Olson (1997) trata da importância social da escrita com exemplos práticos, como a assinatura em contratos selados, as inscrições de mercadorias em lojas e armazéns e os nomes em ruas e sepulturas; o registro de modelos de crochê, de programas de computador ou de receitas culinárias; o registro de uma patente dando crédito a uma invenção, ou a publicação de uma realização científica reforçando sua credibilidade, entre

outros. De fato, são inúmeros os exemplos que podem compor essa lista, como contratos de transações comerciais, anúncios publicitários, avisos fúnebres, entre outros, que comprovam os múltiplos usos da escrita nas mais diversas esferas da atividade humana.

Segundo o autor, a origem dos sistemas gráficos iniciais e sua utilização entre os homens confirmam a importância da escrita, cujo emprego remonta ao caso do sistema de peças de argila desenvolvido na Mesopotâmia cerca de nove mil anos atrás a.C., com marcas e formas distintas, usado para contar ovelhas, gado e outros animais, mercadorias de vários tipos, como óleo e grãos, entre outros. Esse sistema teve, portanto, além de objetivos contábeis, uma função comunicativa, uma vez que as marcas permitiam o entendimento de quanto e do que se tratava.

À época do surgimento das cidades, cerca de quatro mil anos atrás a.C., esse artifício se aperfeiçoou significativamente: as peças passaram a ser furadas e reunidas em amarrilhos, sendo, em seguida, guardadas em envelopes, ou *bullae*, cujas marcas, para alguns autores, constituem a primeira forma de escrita. Posteriormente, surgiram sinais convencionados em tabuinhas, nas quais se relacionava o conteúdo de um armazém por meio de uma sintaxe flexível que permitia a combinação e a recombinação de símbolos portadores de uma ampla variedade de significados.

Esse processo sintático foi importante porque, conforme explica Olson (1997, p. 89-90), “assim como é a sintaxe que faz com que uma linguagem seja uma linguagem, também é a sintaxe que torna um sistema gráfico ‘gerativo’ [...] uma escrita com sintaxe proporciona, pela primeira vez, um modelo apropriado para a fala”. Com essa compreensão, ele procura estabelecer uma relação entre a fala e a escrita na qual esta não seja mera representação daquela.

Desse modo é que, ao avançar em sua evolução, a escrita cuneiforme dos primeiros textos refletia de forma clara o conhecimento linguístico do escrevente e permitia ao leitor inferir a linguagem utilizada, ou seja, a introdução de signos representando as palavras, e não as coisas ou objetos, como ocorria nas tabuinhas. O signo passa então a ser logográfico tornando-se a representação de uma palavra pela pronúncia. Com essa substituição dos signos com base no som, traziam-se as palavras à consciência, podendo-se, por meio desse novo sistema de escrita, representar tudo o que era dito. Dessa forma, reconheciam-se tanto a representação da sintaxe como a das palavras combinadas sintaticamente, o que possibilitava até mesmo o ingresso de novas palavras no léxico.

Para Olson (1997), essas escritas logográficas proporcionam um modelo que pode ser visto como linguagem, independentemente das coisas de que trata. As palavras deixam de ser emblemas e se diferenciam tanto das coisas como dos nomes das coisas; passam a ser objetos de definição e temas de reflexão filosófica por meio da escrita, que oferece um modelo para a fala. Esse modelo, não sendo uma representação direta, faz com que a linguagem possa ser analisada nos seus constituintes sintáticos e que se tome consciência das palavras como entidades linguísticas.

No que tange à contribuição da escrita para o desenvolvimento das civilizações e o desenvolvimento da ciência moderna, segundo Olson (1995), duas perspectivas se destacam: a vertente instrumental e a vertente de mudança conceitual. A primeira sublinha que a prensa gutenberguiana e sucessoras desempenharam papel decisivo nesse processo, uma vez que possibilitaram a formação de um vasto acervo de obras, em sua grande maioria, livres dos erros dos copistas, e que, graças à variedade de cópias de cada exemplar suscetíveis de ser reproduzidas ilimitadamente, podem ser compulsadas simultaneamente por leitores nos mais diversos lugares e épocas.

Nessa perspectiva, as mudanças culturais estão associadas às mudanças nas formas de comunicação das práticas sociais e institucionais, permanecendo os processos cognitivos individuais em grande parte inalterados.

Para a segunda vertente, a cultura escrita foi responsável por uma nova compreensão da distinção conceitual entre o dado, encontrado nos textos ou na natureza, e as percepções e interpretações subjetivas do leitor. Tal distinção tornou-se fundamental para o surgimento do mundo moderno, uma vez que as mudanças culturais estão associadas às alterações psicológicas, às formas alteradas de representação e às formas de consciência.

Na verdade, ambas as vertentes foram importantes, uma vez que a escrita como meio de comunicação – a imprensa – e a competência por ela exigida – a cultura escrita – permitiram estabelecer a diferenciação entre o dado e o interpretado, ou seja, fixaram o registro escrito como o dado com o qual as interpretações podiam ser comparadas. Conforme diz Olson (1995, p. 167-168), “a escrita implica a preservação de uma parte da língua – aquilo que realmente foi dito, o dado, que poderia ser contrastado com as devidas interpretações e as intenções que estão por trás”. Com isso, criou-se um texto fixo, objetivo e duplicado do original, o qual foi posto ao alcance de milhões de pessoas.

De acordo com Narasimhan (1995, p. 202), do ponto de vista cognitivo, a cultura escrita sustenta e fortalece o padrão intelectual em conformidade com a utilização de diversos processos reflexivos desenvolvidos na interação do ser humano com o mundo exterior e com as diversas tecnologias que lhe dão suporte, a exemplo das escritas textual, visual e computacional. Essas tecnologias apoiam e ampliam os processos reflexivos por meio de várias formas de representação como diagrama, esquema, carta, mapa, quadro, animação por computador, entre outras. A base do padrão intelectual é a reflexão, sendo

a cultura escrita uma decorrência da sustentação desse padrão por tecnologias cujo uso seja adequado e efetivo.

O autor reconhece três tipos de prática de cultura escrita que, no seu entender, contribuíram para a transformação cultural do homem. O primeiro seria o processo de definição da interpretação, a qual se relaciona com o sentido que é dado ao texto, com a organização da concepção individual como sistema de regras e procedimentos de verificação, com os subsídios dicionários, índices e tratados, com a disponibilidade de diálogos, comentários, ensaios, havendo, assim, um interesse geral pelo método utilizado. O segundo, a tecnologia voltada à imprensa, relacionada com a publicação e a divulgação de livros, envolve atividades culturais, como a criação de uma comunidade informada e leitora da produção cultural em permanente expansão. O terceiro, o processo de escolarização e ensino, volta-se especialmente para as práticas de apoio ao ensino e para as conceitualizações e os recursos voltados para isso.

Não se pode negar, conforme contextualiza Narasimhan (1995), que, de uma perspectiva mais geral, por meio da institucionalização e das várias formas de tecnologia da escrita, grupos mais amplos de pessoas passaram a ter acesso a mais saberes. Essa nova cultura, com potencial papel multiplicador, provocou mudanças qualitativas na capacidade de interação humana, uma vez que articula aspectos do mundo, seja do mundo imediatamente presente, seja do mundo espaçotemporal distanciado ou virtual.

A escrita como objeto de estudo

Em vista de sua reconhecida relevância, a escrita vem sendo explorada como objeto de estudos científicos, com destaque para sua aquisição, produção e prática. Assim, as pesquisas sobre a escrita abrangem várias de suas dimensões, desde a sua criação como representação da fala, até seu uso como prática

social e discursiva, mostrando sua importância na evolução de novas formas de manifestação e organização da sociedade.

Em uma perspectiva histórica, a *abordagem evolutiva* mostra o caráter sequencial do desenvolvimento da escrita como tentativa de representação da fala. Isso se deu em quatro fases: a da escrita pictórica, que expressava as ideias diretamente; a dos sistemas de escrita baseados em palavras; a dos sistemas silábicos; e a do sistema alfabético. Na avaliação de Olson, (1997, p. 83), existe um equívoco nessa abordagem porque “[...] os sistemas de escrita foram criados não para representar a fala, mas para comunicar informações. Sua relação com a fala é, na melhor das hipóteses, indireta”.

Um dos primeiros teóricos a se debruçar sobre as questões atinentes ao desenvolvimento da escrita foi Luria (1988), para quem a história da escrita se inicia muito antes de o ser humano começar a rabiscar as primeiras letras. Para defender essa tese, o autor utilizou dados produzidos por crianças que não estavam participando de um processo escolar de alfabetização. Seu objetivo era demonstrar que sinais, marcas e desenhos utilizados como símbolos pelas crianças adquiriam um significado funcional e começavam a refletir o conteúdo registrado. Esse período primitivo, segundo ele, chega ao fim quando a criança inicia o processo de escolarização, existindo um longo período entre a elaboração das primeiras formas simbólicas de representação e a elaboração da escrita na sua forma cultural.

Nesse processo, de acordo com Luria, o gesto é o signo visual inicial que contém a escrita, sendo os signos escritos simples gestos que foram fixados, constituindo-se na primeira representação do significado. Sob a influência desses gestos é que surge o desenvolvimento do simbolismo nos desenhos, sendo estes, por sua vez, caracterizados como simbolismos de primeira ordem que passam a simbolismos de segunda ordem quando a representação gráfica começa a designar algum objeto, ao qual

se dá um nome apropriado. Nesse deslocamento do desenho de coisas para o desenho de palavras, começa o desenvolvimento da escrita. Não se torna, todavia, de um processo automático, conforme explica Luria (1988, p. 180): “de forma alguma, em uma linha reta, com um crescimento e aperfeiçoamento contínuos. Como qualquer outra função psicológica cultural, o desenvolvimento da escrita depende, em considerável extensão, das técnicas de escrita usadas”.

Inicialmente, portanto, a escrita funcionou como um sistema semiótico de segunda ordem, precisando da mediação de outros sistemas para realizar as funções de representação e comunicação. Aos poucos, no entanto, começou a ganhar autonomia e a se constituir em um sistema de primeira ordem, adquirindo a função de mediadora na relação entre o homem e a realidade. Nesse processo evolutivo, a escrita passou por várias etapas, desde o simbolismo dos gestos, dos jogos, dos rabiscos, da escritura de histórias ouvidas, até chegar à escrita pela escrita.

Posicionando-se criticamente em relação a essa visão da escrita pela escrita, Vygotsky (1984) considera que as transformações pelas quais a sociedade e a linguagem passam se dão na troca com o outro, ou seja, é por meio da organização, da atividade praticada e da interação social entre seus pares que o indivíduo se constitui e é constituído. Segundo o autor, existem tarefas que o ser humano só pode alcançar com a intervenção de outro indivíduo mais hábil, na interação social mediada por uma pessoa mais experiente, o que lhe propicia o desenvolvimento intelectual. Dentre os sistemas simbólicos utilizados para isso, destaca-se a escrita, cuja materialidade linguística é concretizada nas dimensões temporal e espacial devido à sua natureza gráfica, por meio da qual o sujeito pode comunicar ideias, regular comportamentos, agir sobre o mundo e outros indivíduos. Nesse sentido, a escrita teria, portanto, o papel de mediadora.

A *abordagem cognitivista*, por sua vez, trata a escrita desde a percepção das letras até o uso do conhecimento armazenado na memória investigando a sua relação com os processos de compreensão, os modelos de memória, a inferência e o pensamento. Um de seus princípios básicos é procurar entender e esclarecer como o ser humano representa mentalmente o mundo em que vive de uma maneira específica e que estruturas da mente possibilitam as atividades cognitivas. Com o objetivo de decifrar os mecanismos mentais do sujeito buscando seus padrões abstratos e universais nos processos de compreensão e inferências, essa visão restringe seu estudo ao desenvolvimento do pensamento abstrato. Para tanto, a relação entre a escrita e a cognição é abordada geralmente a partir de uma comparação entre as sociedades ágrafas e as que faziam uso da escrita, focalizando as implicações que decorrem dessa diferença.

Para Gnerre (2003), a relação entre a escrita e a cognição ganhou projeção devido ao estudo comparativo entre as comunidades que não dominam e as que dominam a escrita. Os resultados desse estudo foram tão surpreendentes, que foi lançada a hipótese de que a história dos povos poderia ser dividida em dois momentos: o dos que possuem o sistema da escrita alfabético e o dos que não o possuem. Com isso, expõe-se a complexidade do estudo das relações entre a língua escrita e o desenvolvimento cognitivo, campo ainda carente de pesquisas mais consistentes, principalmente no que se refere ao surgimento da escrita e sua relação com os modos de pensamento.

Levando em consideração os efeitos da escrita sobre o conhecimento humano, Denny (1995) aponta as diferentes formas do pensamento enfatizando que tais diferenças estão relacionadas com as maneiras, e não com a capacidade de pensar. Segundo o autor, há quatro tipos de pensamento humano – o diferenciado, o integrado, o contextualizado e o descontextualizado –, os quais estão ao alcance de qualquer indivíduo.

O autor destaca, dentre esses tipos, o descontextualizado como a forma mais característica das sociedades que utilizam a escrita, o que ocorre porque quando um grupo social aumenta e se distancia do seu contexto comum, a mensagem fica mais complexa necessitando de uma grande quantidade de informação, uma vez que o locutor já não tem segurança de que seu destinatário partilha desse contexto, ou seja, nem todos os membros compartilhem as mesmas informações. Graças ao crescimento populacional, aumenta a interação entre estranhos, os quais, por não compartilharem o contexto comum característico de sociedades de pequeno porte e terem níveis de conhecimento diferenciados, não podem inferir os elementos necessários à compreensão de determinadas informações. O pensamento descontextualizado seria, então, resultado da cultura escrita. Esta, entretanto, apenas amplifica a descontextualização, que aparece em toda sociedade que cresce e que necessita da comunicação entre pessoas de conhecimentos diferentes. Para Denny, o pensamento ocidental se diferencia das demais formas de pensamento por sua descontextualização, e não por ser mais reflexivo, mais abstrato, mais complexo e mais lógico.

Ao estabelecer uma analogia entre o pensamento descontextualizado e a expansão das cidades, o autor defende que isso ocorreu quando as pessoas começaram a relacionar os símbolos inscritos com os objetos de forma mais complexa, uma vez que as transações comerciais exigiam a representação das relações entre os objetos, tais como possuir e pagar, ao lado da representação dos objetos em si.

Em apoio às ideias de Denny (1995) sobre a relação entre a expansão das cidades e do pensamento descontextualizado, Cole (1996) aponta o surgimento dos sistemas de escrita cuneiforme em argila como uma necessidade de ampliação dos processos de interação face a face. Para Cole, isso provocou uma mudança crucial na maneira como as pessoas se inter-relacionavam, especialmente na atividade mercantil.

Olson (1995), por sua vez, admite quatro hipóteses por meio das quais um sistema de escrita modifica o processo cognitivo, a saber: a modalidade visual, que capta e processa o sistema de representação notacional da língua; o meio de comunicação, pelo qual formas especializadas de discurso podem surgir; a habilidade mental, com seus efeitos cognitivos na aquisição da leitura e da escrita; a metalinguística, segundo a qual a escrita elege a língua como seu objeto de reflexão. Tomados isoladamente, esses modelos privilegiam a escrita ora como uma modalidade sensorial dotada de alto grau de espacialização, ora como um meio, ora como uma habilidade mental, sendo, portanto, passíveis de crítica, na medida em que realçam apenas aspectos isolados da escrita.

Focalizar a escrita como uma atividade metalinguística permite abordá-la em sua dupla dimensão: a de tomar consciência, simultaneamente, do mundo e da linguagem, tanto como referência ao mundo representado quanto como meio para representá-lo. Tal abordagem, portanto, além de englobar as explicações das outras, é o caminho mais promissor, de acordo com o autor, para explicar as vantagens intelectuais da escrita, uma vez que esta, por si mesma, constitui uma atividade metalinguística.

Reconhecendo ter feito “simplificações excessivas” (OLSON, 1995) sobre a escrita, Olson (1997) retoma sua ideia de focalizá-la como atividade metalinguística. Para tanto, deixa de lado a tese da autonomia do sentido textual e defende que a escrita oferece um modelo para a fala, o que o leva a outra análise das implicações conceituais e cognitivas da escrita, conforme se pode constatar nos seus questionamentos de algumas crenças então existentes sobre a aquisição da escrita. Dentre essas crenças, ele destaca: a escrita como transcrição da fala; a escrita como algo acima da fala; o sistema de escrita alfabética como uma superioridade tecnológica; a escrita como veículo do progresso social; a escrita como instrumento do

desenvolvimento cultural e científico; a escrita como instrumento de desenvolvimento cognitivo.

Embora para o autor a escrita e suas implicações conceituais não possam deixar de ser levadas em consideração, e seus modelos para “a interpretação do que é dito” sejam “menos adequados” do que seus modelos para “o que é dito” (OLSON, 1997, p. 35), ele reconhece que isso não leva à construção de uma teoria. Para tanto, argumenta que a escrita não se resume a uma mera transcrição da fala, mas fornece um modelo conceitual desta modalidade, sendo assim, por princípio, metalinguística.

Outro estudo que destaca entre as qualidades da escrita seu poder transformador das estruturas mentais é o de Ong (1982). Segundo o autor, tal alteração se dá devido ao exercício de operações mais abstratas, uma vez que a escrita, mais do que qualquer outra criação artificial “[...] é absolutamente valiosa e, aliás, essencial para a realização do potencial interior humano mais completo” (ONG, 1982, p. 82). Ele enfatiza a importância tecnológica da escrita argumentando que, em uma sociedade por ela tecnologizada, o pensamento seria mais complexo, inovador e objetivo.

A abordagem social é a contrapartida linguística para essa discussão entre escrita e cognição. Dentre os construtos teórico-metodológicos produzidos sobre essa problemática, destaco os do Círculo de Bakhtin e os de Vygotsky.

O Círculo de Bakhtin porque, ao se opor à concepção estruturalista que se atém apenas ao sistema abstrato das formas da língua, propõe que a linguagem e suas relações dialógicas sejam consideradas nas atividades desenvolvidas pelos sujeitos nas diferentes esferas sociais, o que implica a situação concreta em que gêneros orais e escritos ocorrem, ou seja, as condições de produção, circulação e recepção, conforme mostrarei mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Vygotsky (1984; 1987), por sua vez, posicionando-se também criticamente em relação a essa visão restrita, considera que as transformações pelas quais a linguagem e a sociedade passam se dão na troca com o outro, ou seja, é por meio da organização, da atividade praticada e da interação social entre seus pares que o sujeito se constitui e é constituído. O autor destaca o papel mediador da escrita nesse processo, haja vista que por meio dela o homem pode comunicar ideias, regular comportamentos, agir sobre o mundo e sobre outros sujeitos.

Essa concepção da escrita como prática social, perspectiva adotada neste livro, é ratificada entre alguns autores, os quais, por isso, merecem destaque, conforme segue.

Para Oliveira (1997, 2001, 2002, 2004, 2008), a especificidade da escrita precisa ser buscada no campo das práticas sociais e discursivas, por constituir-se ela própria em ponte de comunicação/mediação das funções psíquicas superiores e das interações com as outras pessoas, sendo, assim, indispensável às práticas de linguagem nos diversos gêneros do discurso. A autora, ao longo de seus estudos, reforça a ideia dessa concepção de escrita focalizando conceitos bakhtinianos fundamentais nesse processo, como os de relações dialógicas, vozes, alteridade, relacionando-os com o ensino de línguas e produção textual, com as práticas cidadãs, com a cultura contemporânea, com a pesquisa em Linguística Aplicada, entre outros.

Kleiman (1995) ressalta que os atos de escrever e ler não podem ser concebidos somente como habilidades de codificação e decodificação, mas como atos usados efetivamente na vida cotidiana. Para ela, isso se justifica porque as práticas sociais diárias exigem a utilização da leitura e da escrita nos diferentes gêneros, e não somente como tecnologias ou (de)codificações, podendo advir de agências como família, igreja, rua, local de trabalho, entre outras, situadas além da escola. O destaque dado pela autora ao ato de ler é compreensível porque, assim como a escritura, a leitura é um evento social: ler e escrever são

formas de interação que envolvem sujeitos ativos. Dito de outro modo, o autor em geral não escreve para si, mas para um leitor, determinado ou não, que também participa da construção do sentido que emerge do texto. Nessa relação de responsabilidade mútua, como enfatiza Kleiman (1989, p. 65), “ambos têm a zelar para que os pontos de contato sejam mantidos, apesar das divergências possíveis em opiniões e objetivos”. Desse modo, concebida como processo interativo, a leitura constitui-se também como atividade fundamental que exige uma inter-relação permanente com a sua contraparte: a escrita.

Garcez (1998), focalizando a inter-relação leitura e escrita, estuda os modos de participação de alunos e professor em comentários de textos em curso de redação no ensino médio, para enfatizar a importância de o aluno desenvolver uma atitude crítica em relação ao seu próprio texto. Para isso, a autora considera a natureza mediadora da participação do outro na construção da escrita, demonstrando que tanto o professor como o colega contribuem de forma efetiva para o desenvolvimento de procedimentos reflexivos por parte do aluno, que assume outra perspectiva sobre o seu próprio texto, adotando assim o papel de leitor crítico na releitura/reescritura. Nesse trabalho, ela aponta caminhos para uma reorientação das relações sociais na escola, com ênfase na responsabilidade do professor como criador de oportunidades e agente participante nos processos de apropriação da linguagem e das práticas sociais pelos alunos, levando-os “a uma independência maior na produção escrita competente” (GARCEZ, 1998, p. 80).

Marcuschi (2003), reforçando sua visão de escrita já defendida em outras publicações, aponta contextos sociais básicos em que ela é utilizada, como os do trabalho, da escola, do dia a dia, da família, da vida burocrática, da atividade intelectual. Ele ressalta que, como os objetivos de uso da escrita não se esgotam na sala de aula, geram inevitáveis desdobramentos, daí surgindo novos “gêneros textuais e formas comunicativas

[...] cartões e cartas pessoais para serem escritos [...] cheques para assinar, contas a fazer, recados a transmitir e listas de compras a organizar [...] ocorrências a registrar” (MARCUSCHI, 2003, p. 19-21). Ao citar esses exemplos, entre outros, o autor ilustra a necessidade e a importância da escrita como prática social em diversas situações cotidianas.

Corrêa (2004), por sua vez, com base na análise de textos dissertativos de vestibulandos, em que focaliza a relação oral-escrito, propõe outra alternativa que não as normativas (da dicotomia estrita) e descritivas (do *continuum* tipológico). Segundo ele, a dicotomia oral-escrito pode ser desfeita se se considerar indistintamente o texto escrito e o texto oral como constitutivos um do outro; que a inter-relação das práticas do oral/falado e do letrado/escrito permite entender que o ato de escrever implica uma retomada tanto dos textos escritos/lidos quanto dos falados/ouvidos. O autor sublinha que, ao se conceber a dialogia como uma dimensão constitutiva da escrita, dar-se-ia um primeiro passo para estender essa heterogeneidade a outros gêneros e outras situações de uso da escrita, trazendo à tona práticas linguísticas presentes na sua ampla utilização. Destarte, conclui Corrêa (2004, p. 297): “Dar voz a essas práticas corresponderia, na verdade, a explorar a reflexão do aluno sobre a escrita e sobre a sua própria constituição como escrevente”.

Vale lembrar, a esse respeito, que a escrita é concebida na *abordagem social* como uma atividade por meio da qual indivíduos/grupos interagem verbalmente, mesmo estando em situações espaçotemporais diferentes, conforme reforça Bazerman (2006, p. 11-12):

A escrita, imbuída de agência, [...] está profundamente associada a valores de originalidade, personalidade, individualidade [...] fornece-nos os meios pelos quais alcançamos outros através do tempo e do espaço, para compartilhar nossos pensamentos, para interagir, para influenciar e para cooperar.

Apoiando-se nas ideias bakhtinianas, Bazerman (2006, p. 128) afirma ainda que “o espaço referencial em si é uma projeção do texto como percebido pelo leitor [...] o fórum em que o autor e a audiência se encontram, dentro do qual enunciados prévios são invocados como relevantes, é também uma projeção do texto percebido”.

Ao destacar o imaginário social compartilhado e a ideia de agenciamento próprio da escrita, o autor enfatiza esta como prática social e meio pelo qual o sujeito se relaciona com as audiências as mais diversas, como as pessoais, comerciais, escolares, jornalísticas, entre outras, conforme se pode depreender de suas próprias palavras:

Não são apenas as grandes figuras históricas que se inscreveram nas páginas das histórias que expressam agência através da escrita. Cada vez que compartilhamos nossos pensamentos numa carta para um amigo; fazemos um pedido numa carta comercial; expressamos nosso ponto de vista numa carta ao editor [...] Cada vez que estudantes escrevem um ensaio. [...] Cada vez que uma pessoa escreve para realizar um trabalho profissional [...] a escrita nos ajuda a tornar real e forte nossa presença num mundo social em que asseveramos nossas necessidades e nosso valor (BAZERMAN, 2006, p. 12-13).

Nessa visão da escrita como prática social, pessoas atuam nas diferentes atividades mediadas pela linguagem, quer relacionadas com o espaço público, quer com o espaço privado. O autor sugere que se realizem ações por meio do discurso escrito em um mundo em transformação, mais uma vez amparado na concepção discursiva bakhtiniana, para quem as obras escritas, sejam científicas, sejam artísticas, apesar de suas diferenças com as réplicas do diálogo cotidiano, são intrinsecamente dialógicas, ou seja:

[...] também estão nitidamente delimitadas pela alternância dos sujeitos do discurso [...] A obra, como a réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência educativa sobre os leitores, sobre suas

convicções, respostas críticas, influência sobre seguidores e continuadores [...] é um elo na cadeia da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003, p. 279).

Essa perspectiva é particularmente importante na atividade de revisão de textos, uma vez que, ao considerar as várias possibilidades de uso e forma da escrita, assim como a relevância dos aspectos históricos e culturais, fornece a base para uma melhor compreensão da diversidade de gêneros com os quais o revisor trabalha. Desse modo, não basta o conhecimento das regras da gramática tradicional, pois estas representam uma norma: a “norma culta” – apenas uma dentre tantas outras normas que circulam nas diversas esferas da atividade humana –, que não responde a vários questionamentos detectados pelo revisor relacionados com o querer-dizer do autor, os lapsos de memória, as falhas de escritura, entre outros aspectos que só um profissional com certa experiência pode identificar.

Do discurso à estrutura

A língua existe não por si mesma. É apenas através da enunciação que toma contato com a comunicação, imbuí-se do seu poder vital e torna-se uma realidade. As condições mutáveis da comunicação socioverbal precisamente são determinantes para as mudanças de formas no que concerne à transmissão do discurso de outrem.

Bakhtin/Volochinov

O principal objetivo deste capítulo é apresentar o referencial teórico-metodológico que embasa este livro, constituído principalmente pelas ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Destaco, no repertório conceitual desse Círculo, o conceito de interação socioverbal, que possui um papel central no seu pensamento. Para isso, somam-se a esse conceito-chave o princípio da exotopia e a problemática dos gêneros do discurso.

Como será mostrado, tais construtos teórico-metodológicos se inter-relacionam sendo fundamentais para a compreensão dos revisores sobre suas atividades profissionais no trabalho de revisão.

Interação socioverbal

Defendendo o diálogo, em sentido amplo, travado nas atividades desenvolvidas pelos sujeitos nas diferentes esferas da vida humana, o Círculo de Bakhtin propõe um caminho dialógico para se examinar a língua envolvendo as situações concretas em que os enunciados são produzidos, ou seja, as condições

de produção, circulação e recepção, e não apenas o sistema abstrato das formas da língua nem o psiquismo individual do autor. Por esse percurso, analisam-se:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1990, p. 124).

Pela via supracitada, a linguagem é analisada primordialmente na interação, como atividade e processo, e não apenas como sistema e produto. Desse modo, considera-se o horizonte social da época, isto é, o conjunto de valores que permeia o signo linguístico espaço-temporal.

No primeiro passo, estudam-se as formas e as peculiaridades da interação verbal em relação com suas condições de produção, momento em que se torna fundamental a definição dos interlocutores e das relações sociais e físicas que eles mantêm no processo de interação. Em seguida, no estudo da escolha das formas de manifestação dos dizeres, são analisadas as formas particulares dos enunciados, como elementos de uma interação, o que é reafirmado e aprofundado em Bakhtin (2003), na teoria dos gêneros do discurso. Só após esses dois níveis, o enunciado é submetido à análise de sua composição gramatical e estilística, consideradas aí as formas da língua na sua interpretação tradicional. Desse modo, a análise se atém tanto aos aspectos discursivos quanto aos estruturais.

Com essa proposta, Bakhtin/Volochinov (1990) reforçam a focalização da interação socioverbal como aspecto fundamental nas atividades humanas, em situações concretas de comunicação, em um contínuo processo de encontro/confronto de vozes e posições axiológicas.

Ainda na década de 1920, o Círculo enfatiza essa proposta metodológica com a ideia de “arquitetônica”, segundo a qual a forma verbal não pode ser focalizada apenas em sua realização material, separada do conteúdo e do modo como se relaciona axiológica e esteticamente com ele. Nessa perspectiva bakhtiniana, as construções arquitetônicas seriam “as formas dos valores morais e físicos do homem estético, as formas da natureza enquanto seu ambiente, as formas do acontecimento no seu aspecto de vida particular, social, histórica etc.”, enquanto as formas composicionais organizariam o material, tendo “um caráter teleológico, utilitário, como que inquieto, e estão sujeitas a uma avaliação puramente técnica, para determinar quão adequadamente elas realizam a tarefa arquitetônica”. Assim, a forma arquitetônica determina a escolha da forma composicional, o que não quer dizer que “[...] a forma arquitetônica existe em algum lugar sob um aspecto acabado e que pode ser realizada independente da forma composicional”. Ou seja, de um lado, a forma verbal é “[...] efetivamente material, inteiramente realizada no material e a ele ligada”, e, de outro, “enquanto valor, nos coloca além dos limites da obra como material organizado, como coisa” (BAKHTIN, 1990, p. 25-28).

Nesse sentido, considero que a principal preocupação do revisor seja com a análise do texto na sua singularidade, cabendo-lhe “[...] compreender a forma e o conteúdo na sua inter-relação essencial e necessária: compreender a forma como forma do conteúdo, e o conteúdo como conteúdo da forma, compreender a singularidade e a lei das suas inter-relações” (BAKHTIN, 1990, p. 69). Fazer uso desses conceitos no processo de revisão considerando a construção arquitetônica dada pelo autor (escrevente iniciante ou experiente) ao texto, é fundamental para se desenvolver um bom trabalho, pois assim o revisor pode melhor analisar qual a forma que o autor dá ao conteúdo temático em determinado texto, a qual implica posições avaliativas.

Princípio da exotopia

Complementando a noção de alteridade que permeia as ideias do Círculo, Bakhtin (2003) diz que para que o autor possa dar acabamento à atividade de criação estética, conceito que é mais desenvolvido quando ele trata dos gêneros do discurso, há necessidade de um segundo olhar: o olhar exterior do outro, o qual pode ocorrer em dois planos: o espacial, que é o do corpo, e o temporal, que se relaciona com a alma. Para tanto, propõe o princípio da exotopia, ou seja, de distanciamento entre autor e personagem/herói ou obra. No plano espacial, essa posição de fora é aquela em que

O excedente de minha visão em relação ao outro indivíduo condiciona certa esfera de meu ativismo exclusivo, isto é, um conjunto daquelas ações internas ou externas que só eu posso praticar em relação ao outro, a quem elas são inacessíveis no lugar que ele ocupa fora de mim; tais ações completam o outro justamente naqueles elementos em que ele não pode completar-se. [...] O excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste (BAKHTIN, 2003, p. 22-23).

Nessa fronteira móvel, o eu pode completar o outro procurando olhar o mundo desse outro da forma axiológica que este o vê, com o distanciamento permitido pela sua posição externa.

Para explicar o movimento exotópico no plano temporal, Bakhtin faz uma reflexão acerca do significado que as fronteiras temporais possuem na construção do eu e do outro, recorrendo para isso à dimensão estética da criação literária. Para tanto, analisa a relação entre o autor e o herói ressaltando que a “realidade” deste depende de um olhar exterior daquele. Essa atitude estética pressupõe uma valorização da vida interior do outro aceitando-o com seus valores. Esse ativismo que vem

de fora é denominado de compreensão simpática por Bakhtin (2003, p. 119), ou seja:

O enfoque estético da existência interior do outro exige, em primeiro lugar, que não confiemos nem depositemos esperança nele, mas que o aceitemos com seus valores afora a confiança e a esperança, que não estejamos com ele nele, mas fora dele (porque nele, por dentro dele, não pode haver nenhuma posição axiológica fora da confiança e da esperança).

Nessa perspectiva, o outro contribui para o processo de construção de alguém que não pertence de forma integral a si mesmo, que existe a partir do olhar externo, sendo ambos construídos ao mesmo tempo com base em referenciais espaço-temporais que preexistem a eles, existem no seu presente e vão existir depois deles, em um processo dialógico de acordos, confrontos, sempre do ponto de vista axiológico.

Na atividade de revisão, há necessidade de o revisor utilizar sua posição exotópica em relação ao(s) autor(es) no processo interacional, pois isso pode ajudá-lo no papel de colaborador do autor com vistas ao acabamento do texto. Com esse excedente de visão, o revisor mostra ao(s) autor(es) aspectos linguístico-discursivos que lhe(s) passarem despercebidos por um excesso de ensimesmamento, comum aos que escrevem, e que o(s) leva às vezes a descuidar do distanciamento necessário à observação de detalhes composicionais e estilísticos do texto.

Particularmente no cotidiano profissional, essa posição exotópica do revisor na interação com o autor é fundamental para subsidiar o trabalho de revisão. A troca de conhecimentos que ocorre nesse processo exerce o importante papel de afastar os obstáculos que se interpõem a uma análise que considere trabalhar a linguagem nas situações discursivas as mais diversas.

Não obstante isso, a visão dialógica de linguagem desenvolvida pelo Círculo, que implica os conceitos de interação, alteridade, ativismo e exotopia, havia sido introduzida em

estudos anteriores por Bakhtin, Volochinov e Medvedev. De fato, um dos primeiros trabalhos do Círculo considera o discurso escrito como diálogo em sentido amplo, uma vez que se trata de um enunciado que sempre responde ativamente a algo: “refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1990, p. 123).

Bakhtin/Volochinov (1990, p. 112-117) enfatizam essa importância da relação do mundo social com o mundo interior, ao explicarem que

mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. [...] Não pode haver interlocutor abstrato [...] O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um *auditório social* próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações etc. [...] Assim, a personalidade que se exprime, apreendida, por assim dizer, do interior, revela-se um produto total da inter-relação social. A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social (grifos dos autores).

Para avançar nessa direção, é necessário discutir o construto bakhtiniano dos gêneros do discurso, que implica as noções acima referidas, as quais são subsídios indispensáveis ao trabalho de revisão, conforme segue.

Gêneros do discurso

Conforme exposto ao longo deste livro, o Círculo começou a discussão sobre gêneros subsidiada por uma concepção dialógica de linguagem desde a década de 1920, o que pode ser compreendido pelas próprias palavras de Bakhtin/Volochinov (1990, p. 43):

Mais tarde, em conexão com o problema da enunciação e do diálogo, abordaremos também o problema dos gêneros linguísticos. A este respeito faremos simplesmente a seguinte observação: cada época e cada grupo social têm seu repertório

de formas de discurso na comunicação socioideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas.

Com a proposta de estudo dos gêneros⁴ em uma perspectiva mais ampla que não à restrita aos gêneros literários, relacionando-os com as atividades desenvolvidas nas diversas esferas privadas e públicas da vida humana, Bakhtin (2003, p. 282) afirma que “em qualquer corrente especial de estudo faz-se necessária uma noção precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados (primários e secundários), isto é, dos diversos gêneros do discurso.” Como exemplos, ele cita anais, tratados, textos de lei, documentos de escritório, cartas oficiais e comuns, réplicas do diálogo cotidiano.

Desse modo, o autor dá relevo às relações da linguagem com a vida, o que responde às inquietações aqui postas acerca do trabalho de revisão, preenchendo as lacunas existentes com relação a um referencial teórico-metodológico que responda concretamente às dúvidas que afligem o profissional diante de problemas linguístico-discursivos em situação concreta de uso e que não podem ser solucionados apenas pelas regras gramaticais.

4 Para uma revisão de outras perspectivas teórico-metodológicas sobre gêneros, assim como das concepções de linguagem que as subsidia, cf. Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), que fazem um mapeamento dos principais conceitos, termos e explicações nesse campo de estudo, agrupando-os em três abordagens gerais – as sociosemióticas, as sociorretóricas e as sociodiscursivas –, as quais foram assim nomeadas pelos autores por se aterem mais ao caráter social da linguagem que ao estrutural e contemplarem a noção de gênero como ação social. Reconhecendo o pioneirismo do Círculo, os autores ressaltam “que esta gradação tem mais um caráter didático do que ontológico e que o trabalho precursor de Bakhtin (1992) é amplamente citado por todos os estudiosos desse campo” (MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH, 2005, p. 10).

Para um maior aprofundamento de sua teoria, Bakhtin (2003) propõe que o enunciado seja a unidade de estudo e análise em qualquer situação, defendendo assim a principal função da linguagem: a de interação socioverbal, e não apenas as funções secundárias de formação ou expressão do pensamento. Ao tomar esse viés, nesse texto o autor reafirma as ideias já sementeadas pelo Círculo na década de 1920 acerca dessa interação na vida cotidiana, quais sejam:

Toda situação inscrita duravelmente nos costumes possui um auditório organizado de uma certa maneira e consequentemente um certo repertório de pequenas fórmulas correntes. A fórmula estereotipada adapta-se em qualquer lugar, ao canal de interação social que lhe é reservado, refletindo ideologicamente o tipo, a estrutura, os objetivos e a composição social do grupo [...]. Uma análise fecunda das formas do conjunto de enunciações como unidades reais na cadeia verbal só é possível de uma perspectiva que encare a enunciação individual como um fenômeno puramente sociológico (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1990, p. 126).

Reforçando essa perspectiva, Bakhtin (2003) assinala como peculiaridades constitutivas do enunciado: a alternância dos sujeitos do discurso, que compõe o contexto do enunciado, distinguindo-o da oração; o acabamento do enunciado, que condiciona uma posição responsiva ou compreensão responsiva nos outros participantes da comunicação discursiva; a relação do enunciado com o próprio autor e com outros autores, sendo o autor que se responsabiliza por imprimir um estilo (determinado pela escolha nunca neutra dos recursos linguísticos), por abordar um conteúdo temático, por dar uma construção composicional ao enunciado; e a orientação para o destinatário, que é determinada pela área da atividade humana e da vida cotidiana a que se reporta um dado enunciado.

Dentre essas peculiaridades do enunciado, a noção de acabamento se distingue por implicar abertura para o outro e não o fechamento em uma estrutura, como ocorre quando se analisa apenas a oração. Pelo acabamento, pode-se reconhecer

o projeto de dizer do autor, a construção composicional que ele dá ao conteúdo temático, como ele se relaciona com seu destinatário, em que contexto de produção foi constituído, enfim, que estratégias discursivas o autor escolhe para interagir com outrem. Em outras palavras, o acabamento permite discernir como o autor constrói seu enunciado, gerando assim uma posição responsiva nos outros sujeitos do discurso, uma vez que, como diz Bakhtin (2003, p. 297), o enunciado “é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva”. Daí o acabamento estar sempre em construção exigindo uma compreensão responsiva, conforme explica Medvedev (2012, p. 194): “[...] em todos os campos da criação ideológica é possível somente um acabamento composicional do enunciado, porém, não é possível um acabamento temático autêntico dele”.

Nesse processo discursivo, a imagem que o autor tem dos seus destinatários interfere no seu modo de dizer, sem isentá-lo da responsabilidade pela recepção social do significado de seus enunciados. Os destinatários podem ser, na perspectiva bakhtiniana, um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, uma coletividade diferenciada de especialistas em algum campo especial da comunicação cultural, um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, entre outros. Nessa relação de alteridade, a vontade discursiva é realizada “antes de tudo na *escolha de um certo gênero do discurso*” (BAKHTIN, 2003, p. 301, grifos do autor). Desse modo, o autor e seu(s) destinatário(s) se inserem em uma dada situação sócio-histórica e área da atividade humana, sendo o autor aquele que se responsabiliza pelo enunciado e por orientá-lo para os destinatários. Na visão bakhtiniana, portanto, os gêneros caracterizam-se principalmente pela alternância dos sujeitos do discurso e pelas suas atitudes responsivas.

Bakhtin denomina os gêneros de primários e secundários. Os primeiros são compostos por conjuntos de enunciados simples, como uma conversa, um convite, os segundos têm como peculiaridades serem formados por conjuntos de enunciados mais complexos, como uma conferência, uma obra de ficção, um artigo científico. Por se constituírem das mais diversas formas de enunciado, os gêneros variam de acordo com a esfera social em que estejam, sendo muitas vezes flexíveis, o que se dá porque uma determinada função – científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana –, e dadas condições específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal geram um determinado gênero, ou seja, um enunciado relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. No que se refere particularmente ao discurso cotidiano, Bakhtin argumenta que este se molda em formas da língua que o ser humano domina antes mesmo de começar a estudar as regras gramaticais, daí sua importância na geração dos gêneros secundários.

A teoria bakhtiniana dos gêneros do discurso é importante para o trabalho do revisor, na medida em que pode subsidiá-lo no trato com o autor a respeito das questões relacionadas com o acabamento do texto, cuja construção composicional necessita de ajustes e adequações que os autores, às vezes, não conseguem fazer sozinhos. Isso ocorre porque, como afirma Bakhtin (2003, p. 284), “muitas pessoas que dominam magnificamente uma língua sentem amiúde total impotência em alguns campos da comunicação precisamente porque não dominam na prática as formas de gênero de dadas esferas”. Por isso, o revisor necessita estar familiarizado com os diversos gêneros produzidos nas diferentes esferas de atividade humana, pois só assim poderá interagir com o autor e ajudá-lo a realizar de modo mais acabado o seu projeto de discurso.

Tal projeto, conforme dito acima, pressupõe a vontade discursiva do autor que se realiza acima de tudo na escolha de um gênero, que é determinada em função da especificidade

de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática, do conjunto constituído dos parceiros, ou seja, “pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido” que determinam as peculiaridades estilísticas e composicionais do enunciado, cujos formatos não são fechados, mas flexíveis. Nesse sentido é que os recursos lexicais, morfológicos e sintáticos da língua como sistema, utilizados para mostrar a posição valorativa do autor, só assumem determinado juízo de valor se produzidos em uma situação discursiva concreta, pois “as palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes” (BAKHTIN, 2003, p. 289-290).

Essas peculiaridades é que fazem com que todo gênero, desde um menos complexo, como um bilhete ou uma conversa cotidiana, até o mais complexo, como um romance ou uma conferência científica, seja constituído de enunciados que se inter-relacionam. Segundo o autor, tais enunciados, por estarem inseridos em diferentes esferas da atividade humana, enfatizam a coexistência, em qualquer situação comunicativa, de uma pluralidade de vozes que não se fundem em uma só consciência, mas em pelo menos duas, gerando um dinamismo dialógico que só pode ser analisado no polo do enunciado.

Como exemplo de enunciado concentrado em um objeto, o que poderia caracterizá-lo como mais monológico, Bakhtin menciona uma obra científica ou filosófica, a qual não deixa de ser também uma resposta a algo que foi dito acerca de determinado tema. Mesmo que, nesse caso, a responsividade não seja exteriorizada nitidamente, ela poderá se manifestar de diversos modos:

na tonalidade do sentido, na tonalidade da expressão, na tonalidade do estilo, nos matizes mais sutis da composição. [...] Porque a nossa própria ideia – filosófica, científica, artística

– nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros. [...] O objeto do discurso do falante, seja esse objeto qual for, não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele. O objeto, por assim dizer, já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes (BAKHTIN, 2003, p. 298-299).

Com isso, o autor mostra que o ato de dizer algo está sempre permeado pelo discurso de outrem, mesmo que este seja o próprio autor em momentos anteriores, uma instituição, um grupo. Como observei antes, essa vontade discursiva passa pela escolha de um gênero, que é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação socioverbal, das necessidades de uma temática, da relação constituída pelos parceiros. Ao falar/escrever, o homem sempre utiliza os gêneros do discurso adequando seu dizer às formas genéricas e, ao ouvir/ler o outro, reconhece logo nas primeiras palavras o gênero, sua construção composicional, ou seja, desde o início, é sensível ao conjunto discursivo que, em seguida, no processo de fala/escrita, evidenciará suas diferenciações. Para argumentar sobre a importância dos gêneros na interação humana, afirma Bakhtin (2003, p. 283): “Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível”.

Destarte, na relação do enunciado com o próprio autor e com outros enunciados, os destinatários são muito importantes, uma vez que provocam atitudes responsivas. Tal interação só é concebível em condições concretas de produção, a partir das quais se cria uma cadeia discursiva, uma vez que as visões de mundo, as emoções, os juízos de valor são “[...] estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo de seu

emprego vivo em um enunciado concreto” (BAKHTIN, 2003, p. 292).

Seguindo as propostas teórico-metodológicas desenvolvidas pelo Círculo, é possível relacionar a prática com uma teoria que responda concretamente aos diversos aspectos da linguagem com os quais o revisor se depara e não encontra soluções nas normas gramaticais nem em uma postura autoritária dele próprio como profissional, conforme se constatará na segunda parte deste livro. Assim, para subsidiar a atividade de revisão, o profissional precisa levar sempre em conta, na interação com o autor, a sua posição exotópica, uma vez que é desse lugar que ele pode mediar seus conhecimentos para que o autor possa dar um melhor acabamento ao texto.

Para isso, é fundamental o conhecimento da concepção bakhtiniana de gêneros proposta, por demonstrar claramente que os textos podem ser entendidos como enunciados cuja dinâmica envolve tanto os modos de produção quanto os de circulação e recepção do texto, o que reporta à noção de alteridade. Desse modo, mesmo que não se tenha domínio teórico do tema, tem-se, na prática, um vasto repertório de gêneros do discurso que “[...] nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo teórico da gramática” (BAKHTIN, 2003, p. 282).

Nesse sentido é que, por estarem inseridos em uma complexa dinâmica cultural e submetidos às instabilidades inerentes aos processos sociodiscursivos, os gêneros são, na perspectiva bakhtiniana, um fenômeno que se define dialeticamente, seja entre a repetição e a inovação, seja entre a prescrição e a transgressão, seja ainda entre as continuidades e as rupturas. Em suma, como afirma Bakhtin (2005, p. 106): “O gênero sempre é e não é o mesmo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo”. Assim concebido, cada novo gênero é definido em relação a outros que lhe antecedem e tem o movimento como peculiaridade

intrínseca; mesmo representando modos de organização mais estáveis no interior de uma determinada esfera sociodiscursiva, todo gênero passa também por contínuas transformações em função das manifestações singulares, daí ter caráter flexível.

Com essa noção mais abrangente de gênero, Bakhtin ajuda a compreender, em meio ao hibridismo e à pluralidade das linguagens contemporâneas, como os discursos se organizam e se movimentam. Isso supõe ainda a consideração dos dois polos do texto – o do enunciado e o da oração (BAKHTIN, 2003) –, confirmando-se assim os postulados de Bakhtin/Volochinov (1990) no sentido de serem consideradas primeiramente as relações sociais e discursivas, em seguida as formas dos enunciados, e só depois a análise das formas habituais da língua.

Nessa perspectiva dialógica do texto, segundo a qual se focalizam tanto o polo do enunciado quanto o da oração, isto é, os aspectos discursivos e os estruturais, o revisor precisa entender que as palavras, em qualquer discurso escrito, seja de natureza poética, seja de natureza científica, seja de qualquer outra natureza, organizam-se nas interações socioverbais, nas visões de mundo e nos posicionamentos axiológicos do autor, assim como no conjunto das orações, dos períodos e das sentenças. Ou seja:

O processo de realização do objeto é um processo de transformação sistemática de um conjunto verbal, compreendido linguística e composicionalmente no todo arquitetônico de um evento esteticamente acabado; naturalmente, todas as ligações e inter-relações verbais de ordem linguística e composicional transformam-se em relações arquitetônicas extraverbais (BAKHTIN, 1990, p. 51).

Assim, a pluralidade de gêneros que circula nas diversas esferas da atividade humana e o processo de evolução e transformação de seus formatos e da constituição de novos gêneros precisam ser considerados no trabalho do revisor, o qual não pode voltar seu olhar apenas para os aspectos estruturais do texto, na perspectiva tradicional, a qual tende a classificar e pôr

em “caixinhas e suportes” vários gêneros institucionalizados, geralmente determinados e rotulados ou pelo conteúdo ou pela forma.

Em outras palavras, por trabalhar a linguagem, com a linguagem e sobre a linguagem de sujeitos discursivos, o revisor precisa considerar a língua como uma “sistematização aberta”, conforme propõe Geraldi (2003). Para tanto, é necessário levar em conta que “só uma concepção mais profunda da natureza do enunciado e das peculiaridades dos gêneros discursivos [...] permite compreender de modo mais correto também a natureza das unidades da língua enquanto sistema” (BAKHTIN, 2003, p. 269).

Essa proposta bakhtiniana do enunciado como elemento de análise aponta, de um lado, a situação social imediata, relacionada com os interlocutores e sua constituição como sujeitos sociais, e, de outro, o horizonte social da época, o conjunto de valores que permeiam o signo linguístico, e que são próprios de um dado espaço-tempo, uma classe ou um grupo social. Assim, são levadas em conta as interações verbais relacionadas com suas condições concretas de produção, para, em seguida, serem observadas as relações entre o autor e seu enunciado, com atenção especial para o tratamento exaustivo do objeto, o projeto de discurso do autor e a escolha das formas de manifestação desse discurso. Após a consideração desses dois níveis, o enunciado é submetido à análise de sua composição gramatical referente aos elementos internos da língua.

O revisor pode trabalhar, portanto, considerando a esfera de atividade em que o texto está inserido, a relação autor-destinatário, os modos das citações do discurso de outrem e as relações estabelecidas entre elas, assim como a ordenação sintático-semântica e as escolhas lexicais do autor, que determinam a forma do conteúdo da obra, a construção arquitetônica que harmoniza o todo do texto. Tal arquitetônica, ao levar em conta as partes que compõem o texto, integra o material, a forma e o

conteúdo, ou seja, “o *todo harmônico*, a partir de uma articulação de partes constituintes que as dota de uma unidade de sentido, em vez de limitar-se a ligá-las ou justapô-las mecanicamente”, conforme explica Sobral (2005, p. 109, grifo do autor).

Com isso, todo acabamento do texto, ou totalidade arquitetônica, admite perguntas sobre quem o produziu, para quem e em quais circunstâncias, o que remete à responsabilidade dos atos humanos, dos sujeitos responsivamente ativos que se constituem na interação com outros na sociedade e na história. Tais ideias lançam os fundamentos da tese dialógica do Círculo de Bakhtin, que se caracterizam por uma forte crítica ao teoreticismo e ao formalismo da época (1919-1921).

Em suma, os conceitos discutidos nesta primeira parte são de grande utilidade para a prática profissional na área de revisão, nas esferas editorial, acadêmica, escolar, entre outras, em virtude de fornecerem elementos fundamentais para análise dos vários gêneros do discurso com os quais o revisor depara no dia a dia, conforme se verá nos capítulos que seguem.

Manuais em discussão

Disse o revisor, Sim, o nome deste sinal é deletatur, usamo-lo quando precisamos suprimir e apagar, a própria palavra o está a dizer, e tanto vale para letras soltas como para palavras completas, Lembra-me uma cobra que se tivesse arrependido no momento de morder a cauda, Bem observado, senhor doutor, realmente, por muito agarrados que estejamos à vida, até uma serpente hesitaria diante da eternidade, [...] porém, em verdade lhe digo, senhor doutor, se me posso exprimir em estilo profético, que o interesse da vida onde sempre esteve foi nas diferenças, Que tem isso que ver com a revisão tipográfica, Os senhores autores vivem nas alturas, não gastam o precioso saber em despi-ciências e insignificâncias, letras feridas, trocadas, [...] E depois os revisores que acudam a resolver os problemas, Sois nossos anjos-da-guarda [...]

Saramago

A exemplo das gramáticas e dos dicionários, os manuais são guias orientadores em qualquer área, e, na atividade de revisão, isso não é diferente. Por tal razão, selecionei para análise duas publicações voltadas especificamente para essa atividade: o *Manual de revisão*, de Guilherme (1967), e o *Manual do revisor*, de Malta (2000)⁵.

5 São mantidos os títulos e autores reais dos manuais por se tratarem de edições disponíveis para o público em geral.

Faria Guilherme, advogado, jornalista e chefe do Serviço de Revisão da Imprensa Universitária do Ceará, escreveu o *Manual de revisão*, na década de 1960, com o propósito de apontar os tipos, etapas e técnicas de revisão, as condições materiais e as atribuições do revisor, com base na sua longa experiência na área de revisão.

Luiz Roberto Malta, ao produzir o *Manual do revisor*, com o objetivo de orientar profissionalmente aqueles que lidam com a palavra escrita e pretendem atuar como revisores, copidesques, redatores, também se baseou em seus 35 anos de atuação na área editorial e de revisão.

Procuro mostrar, nesses manuais, como os autores se posicionam em relação aos conhecimentos necessários ao revisor e aos problemas encontrados no texto, às mudanças da língua e às novas tecnologias, à interação com o autor, entre outras questões já citadas, para avaliar até que ponto eles contribuem para a manutenção das concepções cristalizadas acerca do trabalho de revisão.

O *Manual de revisão* tem por objetivo principal, conforme o autor, ajudar profissionais que queiram se dedicar ao “ofício” de revisar. Segundo o prefaciador, o jornalista José Raimundo Costa, “[...] o livro é audacioso, vai além, e dita normas também de redação e ministra ligeiras noções de artes gráficas. Será, sem dúvida, o vade-mécum do revisor” (GUILHERME, 1967, p. 13).

Referindo-se ao trabalho de revisão em sentido geral, Guilherme (1967, p. 1) diz:

tanto pratica ato de revisão o orador que, a bordo de uma aeronave, relê o discurso escrito horas antes do embarque, como o médico que, no hospital, procede a uma reauscultação do doente ou, então, o estrategista militar, na véspera de uma batalha, voltando a discutir com os seus imediatos os planos táticos anteriormente expostos.

Em sentido mais estrito, o autor esclarece que a revisão de texto propriamente dita, ou seja, a revisão prévia de originais

adotada inicialmente por poucos editores, em meados dos anos 1960, ampliou o conceito de revisão na área tipográfica.

Em vista disso, ele defende que a revisão de originais não poderia ser considerada rigorosamente técnica, uma vez que exige “a presença de todas as aptidões do revisor na sua feitura”, contribuindo assim para o aperfeiçoamento do material impresso, pois “os erros que o corretor iria assinalar por ocasião da revisão tipográfica já foram eliminados pelo revisor de textos” (GUILHERME, 1967, p. 6-7).

O *Manual de revisão* está organizado em oito capítulos, distribuídos ao longo de 133 páginas: (1) Revisão (sentido geral da palavra, acepções particulares, importância da revisão); (2) Tipos e espécies de revisão (revisão de texto e revisão tipográfica); (3) Etapas da revisão (revisão de texto, primeira revisão, segunda revisão, revisão de página, revisão de editora, revisão do autor, revisão e, jornal, revisão de máquina); (4) Técnica da revisão (chamadas, sinais de revisão, exposição e aplicação dos sinais); (5) O original (o que deve conter o original, a posição do revisor em face do original); (6) O revisor (a escassez de bons revisores, o desprestígio, o conferente, as condições materiais de trabalho); (7) Atributos do revisor (domínio da Língua Portuguesa e de outros idiomas, elevado nível cultural, conhecimentos tipográficos, olhos de revisor, imparcialidade, sigilo, espírito de cooperação, poder de concentração, desconfiança de si mesmo, atenção, rapidez, prática); (8) Particularidades ortográficas (brasileirismos, estrangeirismos e neologismos léxicos, duplicidade gráfica ou prosódica, nomes próprios, acentuação gráfica, apóstrofo, hífen, divisão silábica, iniciais maiúsculas, aspas, parênteses, abreviaturas, siglas).

Nessa ordem, o autor caracteriza a atividade de revisão, descrevendo desde os tipos, as etapas e as técnicas de revisão, as condições materiais, as atribuições e o posicionamento do revisor, até as particularidades ortográficas com base nas determinações da Academia Brasileira de Letras (ABL). Com isso,

ele enfatiza a importância do trabalho do revisor em qualquer publicação, a qual “deve ostentar boa apresentação gráfica e segura revisão, elementos que fornecerão o indispensável colorido ao conteúdo da produção e segurança do estilo do autor” (GUILHERME, 1967, p. 3).

Para chamar a atenção da importância do trabalho do revisor e dos atributos necessários para tal, o autor do *Manual de revisão* transcreve o seguinte trecho de artigo escrito por Francisco Wlasek Filho:

[...] é indispensável que os revisores sejam donos não só de uma cultura tão vasta quanto variada, como igualmente de bastante tirocínio profissional e gosto literário; que não se limitem apenas a corrigir descuidos ortográficos e tipográficos, mas falhas de memória, citações defeituosas, os lapsos da escrita e a pontuação inexata; numa palavra, os erros de toda espécie que escapam aos autores; que possam, enfim, desobrigar-se perfeitamente das suas funções, legitimando as justas e elogiosas referências que sempre mereceram dos mais célebres escritores e gráficos de todos os tempos, entre os quais, Firmin Didot, o criador dos caracteres do mesmo nome, e Victor Hugo, para quem eram modestos sábios, tão hábeis em polir as penas do gênio (WLASEK FILHO, 1966 *apud* GUILHERME, 1967, p. 43).

Com essa citação, em que utiliza a voz de outrem, no caso a de Wlasek Filho, que por sua vez recorre a outras vozes sociais reconhecidamente de autoridade, como Firmin Didot e Victor Hugo, Guilherme (1967) procura mostrar a necessidade de o revisor ter uma cultura ampla e não se ater somente à correção de problemas de ortografia e tipografia. Para Guilherme, só assim o revisor pode dar conta das “falhas de memória”, “lapsos da escrita” e “erros de toda espécie que escapam aos autores” e legitimar a importância de seu trabalho.

Malta (2000), por sua vez, no *Manual do revisor*, também tem como objetivo orientar profissionalmente aqueles que lidam com a palavra escrita e pretendem atuar como revisores, copidesques, redatores, apesar “da informatização dos meios

de comunicação”. Em 152 páginas, aponta desde requisitos para ser um bom revisor até testes para o profissional se autoavaliar, tudo visando a “chegar a um texto prático e atualizado”, o qual, segundo Malta, constituiria um instrumento que serviria de apoio ao revisor de texto no seu dia a dia, uma vez que, ao longo “dos últimos 30 anos, menos de dez títulos foram publicados sobre o tema”. Para ele, o “ofício” de revisar exige do profissional “minúcia” e, muito mais do que um conhecimento sólido da língua, uma “boa cultura geral e atenção”. Enfatizando a necessidade de, para se ter uma boa revisão, mais de um revisor ler um mesmo texto, o autor dá como exemplo “o falecido Círculo do Livro, [que] em sua melhor fase (décadas de 70 e 80) chegava a submeter um mesmo livro a nada menos de seis (!) revisores diferentes” (MALTA, 2000, p. 11-18).

Organizado em nove capítulos, tendo como apêndice o Acordo Ortográfico celebrado em 1990 entre os países lusófonos, além da bibliografia comentada, assim subdivide-se o *Manual do revisor*: (1) O que é revisão; (2) Requisitos para ser um bom revisor; (3) A técnica – como se faz revisão (apontando diferentes tipos de revisão, desde a do original traduzido aos filmes); (4) O local de trabalho (em casa ou em editora); (5) Instrumentos de trabalho; (6) Miscelânea – questões práticas (com dúvidas e controvérsias que perturbam revisores); (7) O mercado de trabalho (relacionamento com clientes); (8) Os preços; (9) Exemplos que são exercícios e exercícios que servem de teste (MALTA, 2000).

Na bibliografia comentada, Malta (2000) cita apenas dois títulos: *O livro: preparação & revisão de originais*, de Henry Saatkamp, publicado pela Abigraf/AGE em 1996, Porto Alegre, e *O livro: manual de preparação e revisão*, de Ildete Oliveira Pinto, publicado pela Ática, em 1993. Há, entretanto, outras publicações, como *Técnica de preparação de originais e revisão de provas tipográficas*, de Francisco Wlasek Filho, publicado pela Agir, em 1966; *Editoração hoje*, de Aluísio Magalhães et al., publicado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1981; o capítulo “Preparação de

originais”, de Antônio Houaiss, no livro *Editoração hoje*, de, Aluísio Magalhães *et al.*, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, em 1981; *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*, de Emanuel Araújo, publicado pela Lexikon e pela Fundação Editora da Unesp, em 2008; e *História do cerco de Lisboa*, de José Saramago, publicado pela Companhia das Letras, em 1998.

Tais publicações, embora não tratem especificamente de revisão, fazem menção a essa atividade mesmo que a restringindo à revisão tipográfica, como Araújo (2008, p. 391), para quem “A profissão de ‘revisor’, tal como hoje a entendemos, i.e., *revisor tipográfico*, sem compromisso com o conteúdo do texto, consolidou-se apenas no século XIX, sobretudo com a multiplicação de periódicos”, ou ainda Houaiss (1981, p. 54), quando enfatiza ser “quase um milagre que um livro com duas revisões seja apresentável [...] não se conhecem ainda livros *sem erro tipográfico*, mesmo com várias revisões”.

No primeiro capítulo, ao conceituar revisão, Malta faz uma lista das tarefas incorporadas pelo revisor moderno. Dentre essas, cita a tradicional revisão de originais e provas, que pode variar de uma a múltiplas revisões dependendo dos problemas encontrados no texto, e a releitura de livros já publicados que apresentem “erros”, conforme transcrito a seguir:

- revisar os originais aprovados para edição pelas editoras;
- revisar (se tiver conhecimento de outros idiomas) as traduções, cotejando-as com os livros originais;
- revisar as primeiras provas, comparando-as com os originais;
- revisar as segundas provas, tomando como base as primeiras e, quando necessário, reportando-se aos originais (inclusive, ainda se preciso, ao livro);
- revisar (menos comum, mas ocorre) terceiras provas, tendo como base as segundas;

- examinar (a palavra “revisar” não caberia bem aqui) as heliográficas (não é muito comum, mas se o revisor for funcionário de uma editora, acabará fazendo este trabalho);
- revisar (incomum, mas acontece) filmes que deram ou darão origem a heliográficas; e, finalmente;
- reler livros já publicados, em função de modificações que o autor quer fazer para uma nova edição, ou quando se desconfia que a edição publicada contém erros (MALTA, 2000, p. 16).

O autor mostra a nítida diferença entre revisar e copidescar, ao explicar que este é “um trabalho mais difícil e exigente que o de revisão propriamente dito [...] é – até certo ponto – reescrever, retrabalhar um original [...] mal escrito, com repetições, ausências” (MALTA, 2000, p. 16-17). Assim, para ele, o trabalho de copidesque é mais complexo do que o de revisão *stricto sensu*, porque necessita de reescritura.

Os manuais tratam da revisão em situações extraescolares, preocupados muito mais em dar “dicas” sobre aspectos gramaticais da língua e orientações ao profissional que atua em empresas editoriais e jornalísticas. Por isso, seus autores enfatizam, tanto no *Manual de revisão* quanto no *Manual do revisor*, a necessidade de o profissional dominar as regras linguísticas, conforme mostram as citações a seguir:

Não se concebe revisor que não mantenha firme *domínio sobre a sua língua vernácula em todos os seus aspectos*. Destarte, haverá de permanecer em dia com as regras, figuras e elementos de gramática; compreender as diversas espécies de metaplasmos; conhecer profundamente de ortografia em seus mais variados continentes; saber o porquê do agrupamento de palavras, assim como o conteúdo e observações constantes de cada grupo; penetrar os segredos e particularidades da sintaxe, mormente da análise sintática. Enfim, deverá impregnar-se do espírito da língua (GUILHERME, 1967, p. 49, grifos meus).

[...] ser revisor exige *ótimo conhecimento de português*. Em matéria de regras de acentuação, regência, crase [...] Um mergulho sério numa das diversas boas gramáticas é passo necessário (MALTA, 2000, p. 27-84, grifos meus).

Embora enfatize os conhecimentos linguísticos dizendo que eles deveriam ser exigidos tanto aos revisores experientes, na faixa dos 40-50 anos, quanto aos novos, Malta chama atenção para a cultura geral do profissional, a qual, segundo ele, só poderá ser alcançada com curiosidade, atenção, práticas de leituras as mais variadas, que podem ajudar o revisor a adquirir os conhecimentos necessários para desenvolver com sucesso sua profissão.

Dirigindo-se aos revisores menos experientes, o autor recomenda que não se deixem empolgar com os conhecimentos técnicos e alerta: “O domínio da técnica de revisão é tão importante para o revisor quanto o domínio da gramática, da ortografia, quanto a boa bagagem de história, geografia, biologia, cultura geral” (MALTA, 2000, p. 91). Com essa sugestão, ele reforça a importância de o revisor procurar desenvolver um olhar mais amplo à sua volta.

Exemplo ilustrativo da preocupação de Malta com a necessidade de o profissional não ficar restrito às normas gramaticais, mas procurar outros conhecimentos, é o de uma revisão de um trecho traduzido, no qual o revisor (no caso, ele mesmo) detecta vários problemas não vistos pela tradutora. Veja-se tal exemplo:

Versão da tradutora

Em 22 de maio de 1980, os jogadores profissionais de basquete ameaçavam greve. Na manhã seguinte, às 6 hs, sintonizei meu rádio de cabeceira na estação WINS, que anunciava terem os jogadores disputado a partida. Mais tarde, nesse mesmo dia, saí para comprar o New York Times e o Daily News. A manchete do Daily News dizia: “O baseball enfrenta greve hoje”. No dia seguinte havia um artigo no Daily News, no qual o colunista informava que havia mais de 446 milhões de aparelhos de rádio nos Estados Unidos, o equivalente à média de 5.7 aparelhos por casa (MALTA, 2000, p. 41).

Versão corrigida

Na quinta-feira 22 de maio de 1980, os jogadores profissionais de beisebol ameaçavam entrar em greve. Na manhã seguinte, às 6 h, sintonizei meu rádio de cabeceira na estação WINS, que anunciava terem os jogadores e os dirigentes resolvido a questão. Mais tarde, nesse mesmo dia, saí para comprar o *New York Times* e o *Daily News*. A manchete do *Daily News* dizia: “O beisebol enfrenta greve hoje”.

No dia seguinte havia um artigo no *Daily News*, no qual o colunista Val Adams informava que havia mais de 446 milhões de aparelhos de rádios nos Estados Unidos, o equivalente à média de 5,7 aparelhos por casa (MALTA, 2000, p. 41).

O autor sinaliza a importância dos aspectos discursivos, assim como dos estruturais, ao substituir “os jogadores disputado a partida” por “os jogadores e os dirigentes resolvido a questão”, buscando restaurar o sentido do texto; ao reorganizar o formato textual reestruturando-o em dois parágrafos; ao reescrever o trecho inicial inserindo o dia da semana: quinta-feira; ao substituir a palavra basquete por beisebol (em português). Também destaca as correções notacionais (trocando hs por h; 5.7 por 5,7; *New York Times* e o *Daily News* por *New York Times* e o *Daily News*, em itálico).

Malta (2000, p. 41) enfatiza que nesse trecho foi feito “mais do que uma revisão; foi um copidesque”. Com isso, ele chama a atenção para certas questões que transcendem o domínio restrito da gramática e demandam uma visão de mundo flexível, ampla e atualizada.

Para ele, o trabalho de revisão não será completo sem “ferramentas” para ajudar no cotidiano da atividade intelectual do profissional, como bons dicionários de línguas e outros mais específicos (de símbolos, de música, de economia de mitologia greco-latina); guias ortográficos; manuais (de redação, estilo, tira-dúvidas, regência verbal e nominal); gramáticas; enciclopédias; fascículos de jornais; atlas; almanaques; manuais de editoras e jornais. O autor alerta, entretanto, que as regras

práticas desses materiais, “nem sempre são válidas para revisão e copidesque de livros [...] às vezes as regras dos manuais das editoras ‘tombam’ com as regras de revisão expostas neste *Manual*, em gramáticas e tira-dúvidas” (MALTA, 2000, p. 152).

Guilherme (1967), por sua parte, apoiado em diretrizes da ABL, ressalta os aspectos notacionais e ortográficos da língua enfatizando a necessidade do conhecimento formal e sistemático por parte do profissional. Nessa perspectiva, elege como material de trabalho do revisor diversas “obras de consulta”, a saber:

vocabulário ortográfico, dicionários de Língua Portuguesa e de outros idiomas, dicionários de termos técnicos, de sinônimos e antônimos, de termos populares, analógico, etimológico, gramatical, de coletivos e correlatos, de masculinos e femininos, de regimes de substantivos e adjetivos, de regimes de verbos, gramáticas do vernáculo e de outras línguas, enciclopédias, Bíblia Sagrada, publicações especializadas em assuntos linguísticos e gráficos, revistas, catálogos etc. (GUILHERME, 1967, p. 47).

Ambos os autores reforçam a importância do uso desses materiais para lidar com as mudanças e transformações sofridas pela língua, como quando deparam neologismos, estrangeirismos, entre outras. Enquanto no *Manual de revisão* o autor se atém às instruções aprovadas pela ABL, destinadas à organização do vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa, em relação aos brasileirismos, estrangeirismos e neologismos léxicos, os quais, segundo ele, “merecem acolhida” e devem ser “reconhecidamente aceitos” (GUILHERME, 1967, p. 57-58), no *Manual do revisor*, o autor se apoia nas publicações do gramático Luiz Antônio Sacconi, as quais, segundo ele, merecem destaque “pela inclusão de neologismo, pela abordagem moderna”, não podendo, por isso, “faltar na estante do revisor” (MALTA, 2000, p. 149).

No que se refere à relação revisor-autor, apesar de não ser essa a preocupação central dos manuais, os autores assinalam alguns aspectos importantes, como a fidelidade do revisor ao

autor e ao seu texto original, conforme indicam os trechos a seguir:

Em tese, ninguém discute o princípio de que o revisor deve ater-se ao original. Com efeito, ao iniciar qualquer trabalho, *convém ao corretor colocar-se na posição do autor para mais bem sentir as suas dificuldades, intenções, limitações etc.* As alterações que processar não podem ultrapassar os limites do estreitamente necessário. Surgindo dúvidas, contudo, manda a experiência e o bom senso apresentá-las ao autor para o devido esclarecimento (GUILHERME, 1967, p. 40-41, grifos meus).

[...] *o bom senso e o profissionalismo exigem que o revisor/copidesque seja fiel ao conteúdo do original.* Copidesque que reescreve de cabo a rabo um livro de autor brasileiro ou uma tradução está é querendo se evidenciar, mostrar serviço. Este é um dos problemas do revisor: ele tem de se limitar à sua função. Tem de contribuir com seus conhecimentos, sua cultura geral ou especializada, claro está, mas não pode mostrar-se um autor frustrado, entrar em conflito com a editora, com o autor, com o tradutor de tanto mexer no texto. [...] E o pior é que acaba deixando passar acentos faltantes ou desnecessários, deixa verbo no singular quando o sujeito é plural, aceita crase diante de verbos no infinitivo (MALTA, 2000, p. 17, grifos meus).

Apesar de pregar uma postura de respeito do revisor aos autores, Guilherme (1967, p. 44) não deixa de criticar o tratamento dado por eles ao profissional: “Todo autor mima demais o seu amor próprio. Via de regra, coloca-se em ponto bastante elevado, não admitindo que um simples e desprestigiado revisor se arvore em emendador do que escreveu”, traduzindo, assim, a falta de reconhecimento que amiúde cerca o trabalho do revisor. O autor exemplifica essa situação focalizando especificamente as empresas jornalísticas e enfatizando a desvantagem financeira da profissão:

O profissional de revisão ainda não conseguiu atrair para si o conceito e o apreço que outros obreiros intelectuais de há muito granjearam [...] o desprestígio a que se acham relegados os corpos de revisores é simplesmente contrastador. Percebem ínfimos salários e recebem tratamento muitas vezes humilhante no que respeita às relações entre os integrantes dos

diversos departamentos funcionais da empresa, tudo ao lado de constantes críticas que sofre o seu trabalho. Todo mundo que erre, menos o revisor [...] (GUILHERME, 1967, p. 43-45).

Malta (2000, p. 82), por sua vez, enfatiza que o trabalho de revisão é necessário na contemporaneidade porque “enquanto houver livros, jornais, revistas, textos de propagandas, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, bulas, rótulos, enfim, textos a serem impressos, haverá revisores”. A ausência desse profissional, a seu ver, é a causa de tantos “absurdos hoje encontrados diariamente nos jornais”. Segundo ele, sempre subsistirão exemplares de materiais impressos em bibliotecas, residências, instituições de ensino, asilos, penitenciárias, orfanatos, daí por que “o trabalho do revisor – bem feito, ou deficiente – estará sendo lido, observado, elogiado ou execrado” (MALTA, 2000, p. 82-83).

O autor reafirma a importância do revisor quando trata do mercado de trabalho e faz uma breve referência aos corretores ortográficos dos computadores que “não roubarão trabalho antes confiado a seres humanos”, conforme observado a seguir:

É mais do que sabido que os tais corretores só atendem parcialmente às necessidades de correção de um texto. Eles não copidescam, não reescrevem, não descobrem erros de datas, de grafia, de nomes de personalidades, vultos históricos, nomes de países, cidades e assim por diante. Quem tiver vocação mesmo, quem for competente revisor/copidesque, sempre terá trabalho (MALTA, 2000, p. 82).

Entratanto, Malta (2000, p. 29) aponta um lado positivo nessas novas tecnologias, ao sinalizar que “dominar a informática, até para fazer revisões, aos poucos vai se configurando como uma necessidade profissional”.

Em relação às vantagens financeiras, ele avalia que o “ganho” do revisor, trabalhando em uma editora ou em casa, sempre dependerá de “sua capacidade”, “produtividade sem prejuízo da qualidade”, “versatilidade”. Para isso, tem de saber trabalhar com diferentes materiais e em diferentes circunstâncias,

como à noite, junto a máquinas gráficas; adaptar-se “ao humor e ao jeito de trabalhar de diferentes editores, autores ou gerentes editoriais e/ou de produção”. Além de apontar essas peculiaridades necessárias ao revisor, o autor chama a atenção de que tal trabalho não pode ser compensador se for desempenhado “esporadicamente, ou irregularmente, ou se tem [o revisor] outro emprego – professor, instrutor de alguma coisa, por exemplo” (MALTA, 2000, p. 82-83).

Para demonstrar que o mercado dá preferência a revisores que atendem determinados requisitos, o autor transcreve anúncios de jornais recortados ao longo de 1996 e 1997, os quais, segundo ele, são “representativos e falam por si”. Esses anúncios, publicados por editoras, empresas, jornais, setores publicitários, escolas, com o objetivo de contratar serviços de auditoria empresarial, edição de revistas farmacêuticas e médicas, editoriais, livros técnicos, entre outros, exigem como atributos do revisor: “mínimo de dois anos de experiência”, “disponibilidade em período integral”, “ter curso superior de Letras ou Comunicação Social”, “bom português”, “conhecimento em Word”, “noções de informática”, “domínio em Office 97”, “formação em Letras-USP, com experiência” (MALTA, 2000, p. 84-85). Essas exigências reforçam a necessidade de o revisor ter formação superior e de conhecer as novas tecnologias, além de experiência na área.

Assim, apesar de sugerirem que o revisor “ouça seu cliente”, que procure ter um “conhecimento mais amplo”, “versatilidade”, entre outras “dicas”, os manuais não apresentam um ponto de vista alternativo nem desafiam concretamente as vozes conservadoras das normas gramaticais, propondo uma fundamentação teórico-metodológica consistente. Ao contrário disso, eles também exercem o papel das gramáticas tradicionais, qual seja, dar orientações e prescrever normas e dicas sobre a revisão e o revisor, o que os configura como “autoridades” sobre a temática, isto é, vozes sociais que hierarquizam valores

e modos de interpretação, refletindo e defendendo finalidades comprometidas com interesses específicos, como propor uma determinada forma e função generalizante à tarefa de revisar. Nesse sentido, ao se identificarem e escolherem essas normas para se subsidiar, os autores tornam-se aliados das vozes que pretendem criticar fortalecendo seus efeitos autoritários.

Porém, essas normas gramaticais são insatisfatórias, apesar de precisarem ser levadas em consideração, porque deixam lacunas em relação aos aspectos discursivos, o que não significa dizer que o revisor interfira nos pontos de vista ou vontade discursiva dos autores, mas pode ajudá-los a dar acabamento ao texto, considerando a posição deles diante do dito.

Diálogo entre revisores

Considere, senhor doutor, a vida quotidiana dos revisores, pense na tragédia de terem de ler uma vez, duas, três, ou quatro, ou cinco vezes, livros que, Provavelmente, nem uma só vez o mereceriam, Fique registado que não fui eu quem proferiu tão gravosas palavras, conheço muito bem o meu lugar na sociedade das letras, voluptuoso, sim, confesso-o, mas respeitador, [...] enfim, só o revisor aprendeu que o trabalho de emendar é o único que nunca se acabará no mundo [...] Quer ver as últimas provas, Não vale a pena, as correções de autor estão feitas, o resto é a rotina da revisão final, fica nas suas mãos, Obrigado pela confiança, Muito merecida, Então o senhor doutor acha que a história e a vida real, Acho, sim, Que a história foi vida real, quero dizer, Não tenha a menor dúvida, Que seria de nós se não existisse o deleatur, suspirou o revisor.

Saramago

Entrevistas individuais

Para tratar mais concretamente sobre a atividade de revisão, destaco, nesta seção, trechos de entrevistas com três profissionais atuantes na área, todos com formação em nível superior, além da prática no trabalho de revisão de gêneros discursivos os mais diversos. Parti do entendimento de que com esses critérios eu selecionaria revisores que poderiam ajudar a caracterizar mais de perto o trabalho de revisão. Isso realmente aconteceu, como mostrarei a seguir, nas transcrições de parte

dos depoimentos dos revisores nomeados Lígia, Fernando e Aurélio.⁶

Lígia é graduada em Letras (licenciatura plena), especialista em Leitura e Produção de Textos, mestre em Letras e doutora em Linguística Aplicada. Tem experiência na revisão de monografias (de graduação e especialização), dissertações de mestrado, teses de doutorado, periódicos mensais, livros e documentos oficiais (pareceres, portarias), além de discursos de colação de grau, aula inaugural, entre outros gêneros discursivos.

Fernando é graduado em Ciências Sociais e Comunicação Social (ambos bacharelado). Acumula experiência como produtor de texto e copidesque/revisor na imprensa natalense em diversos jornais. Além de escritor e organizador de ensaios e livros, atuou também como editor de jornais e revistas, sempre dando acabamento a entrevistas, reportagens, resenhas, notícias, entre outros gêneros.

Aurélio é graduado em Letras (licenciatura plena) e especialista em Literatura Brasileira do século XX. Trabalhou como datilógrafo e fotocompositor em empresas jornalísticas da capital potiguar por vários anos e atua como revisor de jornais,

6 Utilizei inicialmente a entrevista individual enviada por e-mail como recurso metodológico inspirado em KRAMER, Sônia. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia. (Org.) *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 57-76. Para compreensão mais detalhada desse e outros recursos metodológicos utilizados ao longo desta segunda parte do livro, cf. OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. *Estratégias interativas em dissertações de mestrado*. 1998. 140f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998. OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. *Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos: entrelaçando dizeres e fazeres*. 2007. 172f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

folders, cartazes, entrevistas, editoriais, artigos, revistas, entre outros.

O material constituído pelos depoimentos de Lígia, Fernando e Aurélio é bastante ilustrativo do estágio em que se encontra a revisão de textos entre nós, hoje. Conforme se verá a seguir, eles abordam questões por mim sugeridas nas entrevistas individuais, como a relação com os autores, o papel do revisor nos dias atuais, os conhecimentos necessários à prática da profissão, além de informações acadêmico-profissionais e de problemas enfrentados na atividade de revisão.

Lígia, professora por vocação

Ao tratar de sua formação acadêmica e das áreas em que atuou, Lígia enfatiza sua “vocação como professora” e sua experiência no ensino público municipal, cuja baixa remuneração a levou a se submeter a um concurso federal para Técnico em Assuntos Educacionais. Ao ingressar nesse cargo, teve algumas experiências como revisora de monografias de graduação e especialização e de dissertações de mestrado, por indicação de pessoas que a consideravam uma leitora atenta. A partir de 1994, foi convidada oficialmente a trabalhar como revisora de textos escritos, devido à grande carência de profissionais qualificados nessa área, e passou a revisar institucionalmente periódicos e documentos oficiais, como pareceres, portarias, entre outros. Nesse mesmo período, iniciou o curso de Especialização em Leitura e Produção de Textos, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tal curso, segundo Lígia, “foi fundamental para o aperfeiçoamento da minha atividade como revisora [...] A essa época, eu já havia me transformado em revisora mesmo, gostava de ler os textos e enxergava cada vez mais profundamente os meandros que a linguagem é capaz de operar”. Ao resumir sua trajetória profissional, Lígia atribui ao seu trabalho como revisora o “gosto pela leitura e pela escrita, não por fruição,

posto que nunca de mim estiveram apartadas, mas por labor profissional”.

Sobre os conhecimentos que o profissional precisa ter para desempenhar bem a atividade de revisão de textos, Lígia se posiciona claramente: “Não considero que um bom revisor precise, necessariamente, fazer carreira acadêmica na área de Letras, Linguística, Linguística Aplicada ou Jornalismo, pois se ele tiver uma sólida formação inicial em uma dessas áreas, poderá ter um bom desempenho profissional [...] o próprio exercício da revisão aguça o olhar do revisor”. Entretanto, alerta que “a pós-graduação em estudos da linguagem propicia a esse profissional um trabalho diferenciado, porque alarga seu horizonte de percepção linguístico-textual-discursiva e o instrumentaliza a lidar com as diferentes dimensões do texto (formal, textual, discursiva, pragmática)”. Com isso, segundo Lígia, “o revisor tem condições de subsidiar o autor na aproximação entre o projeto de escrita que o autor tem e a sua intenção de dizer”. Para ela, chegando a esse ponto, o profissional prestaria, “de fato, um bom serviço de revisão”, pois “a simples correção linguística (ortografia, pontuação, concordâncias, regências) não é o fim a que um revisor deve chegar. Não é apenas isso que se deve esperar de um bom revisor”.

Lígia destaca ainda a importância de uma formação além da graduação, para que o profissional da área de revisão possa trabalhar com mais segurança, mais autonomia, aprimorando seus conhecimentos na área da linguagem, mediante o ingresso a cursos de pós-graduação, que têm temáticas mais verticalizadas nessa direção. Isso sugere que ela tem uma visão crítica dos currículos de graduação que, na maioria das vezes, se restringem ao ensino-aprendizagem dos aspectos linguísticos, desconsiderando os discursivos, tão necessários para uma maior compreensão do texto e, conseqüentemente, uma revisão mais aprofundada. Assim, apesar de enfatizar que um “bom revisor não pode negligenciar a dimensão linguística”, para Lígia, “o

aspecto discursivo é bem mais importante, porque é ele que dará sustentabilidade à escrita”, sendo fundamental observar “o gerenciamento de vozes que o autor opera; a condução dada à escrita; a adequação da linguagem ao gênero e aos interlocutores do texto, entre outros tantos aspectos”.

Mesmo ressaltando os aspectos discursivos, Lígia reconhece a necessidade do domínio linguístico por parte do revisor. Isso pode ser compreendido quando ela diz que um profissional da área de revisão, para subsidiar suas atividades, não pode deixar de “recorrer a um bom dicionário, uma gramática normativa confiável e, às vezes, uma gramática de usos”. Entretanto, em algumas ocasiões, segundo ela, é “o estilo do autor, a temática ou o gênero, ou todas essas peculiaridades” que lhe dão pistas para observar se há necessidade de utilizar “determinada terminologia ou letra maiúscula ou diferente paragrafação, não sendo possível seguir à risca determinadas orientações, porque cada texto responde a uma situação de comunicação diferente e isso requer, muitas vezes, adequações não previstas nos manuais que utilizamos como instrumentos de trabalho”. Esses posicionamentos de Lígia são importantes para caracterizar a atividade de revisão no mundo atual, cujas mudanças e transformações exigem do profissional mais autonomia e aprofundamento das questões relacionadas com a linguagem, que não se restringem às normas de gramáticas e manuais.

No tocante à relação do profissional com os autores e os problemas encontrados no texto, Lígia considera “fundamental a interação revisor-autor uma vez que os sentidos de um texto não estão dentro dele, mas são construídos na relação do leitor com o texto a revisar”, daí que algumas lacunas podem “não ser problemas de escrita, mas falta de conhecimento do próprio revisor em determinada área”. Nesse caso, só a explicação do autor permitirá que “o revisor possa analisar se aquilo que o autor quis expressar está coerente com o que foi escrito”. Para Lígia, como é nessa interação com o autor que podem

ser solucionados alguns problemas maiores do texto, ela não costuma “interferir em um texto alheio sem que antes haja essa conversa, a não ser que o problema encontrado seja de natureza formal. Se assim o for, não há muito o que se discutir, é só seguir a regra”. Ao reconhecer a falta de conhecimento do revisor em algumas questões, lacuna que somente pode ser preenchida na conversa com o autor, Lígia reafirma a interação necessária nas relações humanas em situações sociais, com a troca de ideias e experiências.

Lígia reforça a necessidade de interação entre o revisor e o autor, assim como o respeito a este, ao se posicionar sobre neologismos e mudanças linguísticas e dizer que se considera “tolerante” em relação a esses aspectos, atribuindo isso à sua formação na pós-graduação. Entretanto, reconhece que se “preocupa muito com a adequação da linguagem ao gênero discursivo e aos interlocutores de cada texto que revisa”, por isso sempre sugere “aos autores que não sejam ‘criativos’ demais no manejo da língua ao escreverem, por exemplo, para a esfera acadêmica ou outras esferas que exigem um padrão de maior formalidade”. Para Lígia, “esse cuidado do revisor ajuda a preservar a face do autor”. Com isso, ela chama a atenção para o respeito que o profissional deve ter com o autor, o que pode ser concretizado nas estratégias interativas utilizadas nos momentos de discussão do texto, as quais necessitam que haja abertura por parte tanto de um quanto de outro, já que, como diz Lígia, alguns problemas e algumas lacunas identificados pelo revisor se devem também à falta de conhecimento do revisor em determinada área e não apenas a deslizes do autor.

Em relação às novas tecnologias e sua influência na atividade de revisão de textos, Lígia diz que, por mais modernos que sejam os computadores e seus programas de revisão, não há como eles substituïrem o trabalho de um bom revisor. Ela argumenta que “os programas de revisão podem cuidar da dimensão formal de um texto (e isso é muito bom), mas eles

não são capazes de analisar as relações discursivas construídas em um texto”.

Lígia considera também que, apesar de sua importância e necessidade, a atividade de revisão não é reconhecida como deveria, possivelmente devido ao “preconceito ainda forte de que o trabalho do revisor se restringe a corrigir as vírgulas mal empregadas e as palavras equivocadamente escritas, função para a qual os programas de revisão (computador) já estão aptos a substituir o revisor.” Contrapondo-se a essa visão equivocada, ela diz que o trabalho de revisão é muito mais amplo, sendo “o revisor um profissional da linguagem que pode fazer a diferença na hora de tornar público o projeto de dizer de alguém”. Com isso, Lígia enfatiza mais uma vez a importância de, no seu trabalho, o revisor olhar para as relações discursivas, além das notacionais, as quais só podem ser compreendidas na interação com o autor, posição que ratifica na entrevista coletiva.

Fernando, dublê de autor e revisor

Ao discorrer sobre as áreas em que atuou, Fernando diz que a sua longa e contínua atividade na imprensa escrita natalense – como redator/copidesque, termo que ele faz questão de explicar como “espécie de revisor e reescritor de matérias jornalísticas”, assim como editor de jornal e revista, durante cerca de 30 anos de experiência, dando acabamento a uma entrevista, a uma reportagem, uma resenha, uma notícia de um evento, entre outros, além do trabalho de tradução –, tornou-o “um dublê de autor e revisor”.

Apoiado nessa longa experiência, Fernando defende que o profissional de revisão tem de ser uma pessoa com “boa experiência de leitura” e com uma “curiosidade sempre acesa para as questões da linguagem, suas inovações, neologismos, mudanças semânticas e ortográficas, tendências da língua, empréstimos, mudanças de regência, entre outras”. Daí por que vê como indispensável a prática diária de leitura de jornais, pelo menos

de um jornal local, além de jornais ou revistas nacionais, “que exprimem as tendências do português moderno, informação indispensável para quem tem a revisão como ofício”, função que, segundo Fernando, “é das mais espinhosas: pede tudo, praticamente, do profissional, e retribui pouco”.

Sobre as questões relativas ao ato de revisar *stricto sensu*, Fernando diz que leva em consideração tanto os aspectos linguísticos quanto os discursivos, pois “ambos são aspectos importantes e não podem ser negligenciados numa boa revisão”. Em defesa desse argumento, ele assinala que a importância dos aspectos linguísticos se dá devido à sua riqueza e diversidade e por serem indispensáveis para a produção textual, pois “definem o estilo, a forma de um autor, revelam o nível de seu desempenho linguístico, sua criatividade, capacidade de jogar com o instrumental que o vernáculo lhe oferece”. Os aspectos discursivos, por sua vez, diz ele, mostram de “que modo um autor realiza seus objetivos textuais, as ideias que defende, a capacidade de sondar os grandes problemas humanos – sociais, existenciais, psicológicos etc.”. Assim, para Fernando, “tanto o conteúdo quanto a forma de um texto são fundamentais, sobretudo quando se trata do fazer literário. Ainda quando a questão se restrinja a desempenho discursivo – capacidade de expressão de determinado enunciador – ambas as questões mantêm uma mútua relação que, quando desequilibrada, afeta também o equilíbrio do enunciado”.

Como instrumental básico para seu trabalho, Fernando cita dicionários, guias ortográficos e uma “boa gramática”. Ele frisa que os dicionários devem ter sido publicados, de preferência, em edições recentes, porque “como se costuma dizer, um dicionário com mais de 10 anos de publicação já está defasado em alguns aspectos importantes da língua. Mas não estão inúteis, e podem ajudar a dirimir dúvidas quando cotejados com edições mais recentes”. Fernando ressalva, porém, que esses suportes “devem ser utilizados criticamente, pois as questões de estilo,

sobretudo o literário, mas também o dialetal, o científico etc., têm sua especificidade e seu direito à cidadania no estado linguístico... É importante zelar pelo frescor, pela autenticidade de certos falares que, doutro modo, perdem todo o seu encanto próprio”. Segundo ele, fazer a conciliação dessas singularidades com a norma culta da língua “é uma tarefa que só a experiência e a sensibilidade treinada do revisor vão conseguir distinguir”. Com esse posicionamento, ele reforça mais uma vez a importância de o profissional não se limitar às normas preestabelecidas, mas se abrir para a heterogeneidade e a pluralidade linguísticas tão presentes no mundo contemporâneo.

Em relação às mudanças e neologismos por que passa a língua, “aposentando” certos vocábulos em troca de outros mais “modernos”, aportuguesando estrangeirismos, incorporando neologismos, entre outras, Fernando afirma que “as inovações linguísticas devem ser vistas com cautela”. Como exemplo, cita as gírias, as quais, por serem passageiras, não deveriam ser consideradas como inovações, pois “se esgotam quase sempre numa geração, sendo substituídas por outras, na geração seguinte”. Outro exemplo dado por Fernando se refere aos aspectos estruturais, como “a tendência a iniciar frases com pronomes oblíquos, o uso simultâneo de dois pronomes relativamente ao mesmo sujeito, as alterações na regência verbal, com troca de certa preposição por outra, como ‘sobre’ por ‘de’”, entre tantas outras, que, segundo ele, deveriam ser levadas em consideração na hora de decidir “como e o que revisar”. Essa preocupação por parte do profissional se justifica, de acordo com Fernando, porque “as línguas são organismos vivos, e, como tais, evoluem com as sociedades humanas que dela fazem uso”. É o caso, segundo ele, do português contemporâneo, “Língua Portuguesa, mas de forma brasileira, que, quando cotejada com o português de Portugal, revela já profundas diferenças, tanto de ordem semântica quanto discursiva”. Prosseguindo em sua argumentação, Fernando ressalta que “o revisor deve acompanhar com atenção o que se passa no universo linguístico, que é

o nosso, pois com certeza essa entidade abstrata, mas viva, que é o português brasileiro, está em permanente mutação, como todas as línguas vivas, e, portanto, apresenta sempre feições novas por baixo da aparente estabilidade linguística”.

No campo das novas tecnologias e sua interferência na atividade de revisão, Fernando comenta que as tecnologias da informática estão sempre trazendo novidades que pretendem tornar obsoleto o trabalho do revisor. Cauteloso, pondera não serem “muito boas, aparentemente, as perspectivas de trabalho para o revisor, no futuro”, embora, até o momento, essas inovações tenham se limitado a determinados “aspectos da correção ortográfica”. A seu ver, “as questões de estilo estão longe de serem resolvidas pela máquina porque nessa área as opções são várias, e quase todas válidas, e só quem pode decidir sobre isso é um ser pensante, [...] a máquina não pode penetrar na mente do autor e interpretar as nuances de significado, as segundas intenções de um verso, o duplo sentido proposital e sutil, latente, mas não explícito, de um trocadilho”. Para que isso aconteça, segundo Fernando, “a máquina teria de sentir como um ser humano, o que não parece provável, apesar de toda a evolução que venha a sofrer no futuro. Sempre haverá, portanto, áreas da língua inacessíveis à máquina. Isso será, como é hoje, tarefa do homem, isto é, do revisor”. Assim, Fernando na verdade está mais uma vez chamando a atenção para as relações dialógicas que são estabelecidas em um texto e que só um profissional com conhecimento na área focalizada pode compreendê-las adequadamente.

Fernando prossegue em sua abordagem sobre a importância do revisor comparando o trabalho deste ao do tradutor, para dizer que “ao contrário do tradutor, que hoje divide a capa de livros com o autor, o revisor ainda passa por um anônimo, que só ganha identidade para quem se dê ao trabalho de ler as informações constantes no verso da folha de rosto do livro que estiver lendo”. Para ele, independentemente de isso acontecer

com o revisor, seu trabalho precisa “precisa ser mais bem valorizado não só em termos sociais, mas principalmente econômicos”. Para tanto, aconselha Fernando, o revisor deveria “investir mais no seu próprio trabalho, tornando-o, preferencialmente, uma atividade-fim, e não uma atividade-meio (ou ‘bico’) como acontece com grande parte desses profissionais. [...] evoluir da condição de revisor-professor-produtor de texto-redator etc., para a condição de revisor que eventualmente realiza outros tipos de trabalho”. O depoimento de Fernando, que emerge como uma voz de autoridade devido à sua experiência tanto na revisão como na tradução, é sintomático e retrata as condições que são postas para o revisor, tanto do ponto de vista do financeiro quanto de prestígio intelectual, o que de certa forma corrobora a análise de Arrojo (2003) acerca do trabalho do revisor.

Ao tratar da relação que o profissional deve estabelecer com os autores no processo de revisão, Fernando diz que vê essa interação como indispensável, porque se por um lado só o autor é capaz de “dirimir determinadas dúvidas que não se esgotam na questão da norma culta”, como questões de “significado”, “conteúdo”, “intenção”, entre outras, por outro, o revisor também pode utilizar esse momento de interação “para corrigir ou melhorar colocações ambíguas e que passaram despercebidas ao autor”, solucionando assim os problemas encontrados no texto. Para ele, “nessa interação, tanto o revisor como o autor ganham, em termos de experiência e de enriquecimento profissional”.

As palavras de Fernando, amiúde coincidentes com as de Lígia, permitem entender que, na interlocução entre revisor e autor, ambos trocam conhecimentos e pontos de vista: enquanto o revisor intervém em aspectos relacionados com a linguagem, o autor intercede para melhor explicar seus posicionamentos, os sentidos que possam emergir de seus enunciados no texto. Nesse ponto, estabelece-se uma relação em que ora é o autor que assume o papel de autoridade que deve ser respeitada, ora é o revisor, instaurando-se assim um processo dialético entre eles.

Aurélio, revisor por acidente

Ao discorrer sobre sua formação e as áreas em que atuou, Aurélio diz que se tornou revisor de textos “por acidente”, para acompanhar a evolução gráfica. Tal ascensão começou quando ele mudou da função de compositor para a de revisor de textos. Aurélio enfatiza que também foi convidado para revisor graças a seu “esforço intelectual” e que tem o “privilégio” de estar exercendo essa atividade até hoje “com muito prazer”.

Segundo Aurélio, para desempenhar a função de revisor de textos, é necessário que o profissional detenha conhecimento em várias áreas, uma vez que se defronta com textos sobre os mais variados assuntos. Para ele, no entanto, mesmo considerando a diversidade temática e a questão relevante da contextualização, “o fundamental encontra-se na ortografia e nas concordâncias verbal e nominal”, pois o bom profissional, além de segurança e domínio linguístico, deve ser “um policial da língua”.

Reforçando tal posição, ao se referir às mudanças linguísticas e aos neologismos, apesar de reconhecer que o profissional tem se atualizar sempre “porque a nossa língua é mutável”, ele cita como exemplos formas lexicais e sintáticas, dizendo que “quando é para o bem comum, necessário se faz renunciar a algo em prol de uma boa causa”. Com essas palavras, Aurélio acentua que o revisor, na posição de “policial da língua”, deve seguir a norma culta, o que reflete um modelo tradicional de revisão, preso às normas gramaticais e que deixa de lado as peculiaridades de cada texto, com seus diversos temas e formatos.

Ao tratar da forma como as questões linguísticas e discursivas devem ser observadas em um texto, Aurélio se restringe a dizer que elas “não devem ser levadas pelo lado da importância, porque tudo é importante, tanto na área técnica quanto na

área literária”, demonstrando assim pouca familiaridade com essa problemática.

Em relação aos instrumentos de trabalho utilizados pelo revisor de textos, Aurélio aponta, a exemplo dos demais sujeitos da pesquisa, gramáticas e dicionários, enfatizando que não consegue trabalhar “sem contar com uma boa gramática, algum livro que auxilie rápido para que sejam tiradas algumas dúvidas, um bom dicionário”. Possivelmente por ter experiência com revisão na tela do computador, Aurélio ressalta também as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias: “com o aparecimento dos micros a coisa foi ficando mais atualizada. No próprio monitor o revisor pode realizar as correções que porventura achar necessário”.

Demonstrando mais uma vez sua experiência no manuseio de computadores, e talvez por isso mais abertura com relação às novas tecnologias e sua interferência no trabalho do revisor, Aurélio reconhece que “a área de computação se desenvolve muito rapidamente, sendo importante o profissional dominá-la, pois ela dispõe de vários recursos que o auxiliam de forma fantástica, como os do editor de textos, os de programas de consulta, os dos dicionários eletrônicos”. Segundo ele, os recursos proporcionados pelo editor de texto Word, como sublinhar “em *vermelho*” a palavra que esteja grafada de forma incorreta, e “na cor *verde*”, caso haja erro de concordância, verbal ou nominal, são importantes porque o profissional pode revisar diretamente na tela do computador.

Ainda segundo Aurélio, os programas de pesquisa como o Google ajudam a solucionar várias dúvidas por serem “de altíssima capacidade”, assim como um dicionário agiliza com precisão a consulta de ortográfica de palavras, além de fornecer subsídios, “como por exemplo, ao se digitar um verbo, dispor-se dele conjugado em todos os tempos e em todas as pessoas, em fração de segundos”. Apesar disso, Aurélio ressalta que “nem sempre o editor de texto está com a razão”, daí não acreditar que

“o conteúdo humano possa desaparecer, até porque a máquina sempre necessitará de pessoas, tanto para inventá-la e incrementá-la como para manuseá-la”. Com isso, ele enfatiza que a postura do revisor diante das novas tecnologias, as quais servem de instrumentos mediadores para o seu trabalho, não deveria ser de subserviência; pelo contrário, caso haja dúvidas diante das sugestões fornecidas pela máquina, a última palavra sempre será a do revisor.

No que se refere à relação entre o revisor e os autores no processo de revisão, Aurélio diz ser necessária “uma sintonia muito afinada no relacionamento entre ambos, para que o trabalho tenha o êxito desejado” e a interação entre revisor e autor ocorra “no mais alto nível de concordância”. Para ele, por um lado, os revisores, por terem “uma visão bem mais aguçada e se encontrarem em um outro ângulo de visão, podem ter mais facilidade para ver algo novo ou diferente”, e, por outro lado, os autores, “por saberem seu texto na ponta da língua e dominarem bem a área e o assunto”, não observam algumas “negligências” ou alguns “lapsos”. Daí por que seria necessário existir “um *feedback* entre as partes envolvidas no processo, para que se chegue a um consenso”. Dessa forma, segundo Aurélio, a relação entre o revisor e o autor ficaria mais sólida, “resultando num trabalho mais prazeroso”. Assim como os outros dois revisores, ele aponta a interação revisor-autor como fundamental no trabalho de revisão.

Ao tratar da situação atual do trabalho do revisor, Aurélio, toma como exemplo sua própria vivência para afirmar que “é altamente reconhecido, uma vez que dá plena soberania à função do revisor de textos”. Entretanto, ao se voltar para a situação do profissional na cidade, procurando mostrar a falta que faz um revisor nessa área, ele diz: “Muitos jornais não mantêm mais a pessoa do revisor, principalmente os de Natal. Por isso, pagam um alto preço com as críticas nem sempre construtivas”. Nesse aspecto, o desprestígio e a pouca visibilidade dada ao trabalho

do revisor na capital potiguar são um ponto coincidente entre Aurélio e os demais revisores entrevistados.

Entrelaçando dizeres

Comparando os pontos de vista dos revisores acerca dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades, todos são unânimes em afirmar a necessidade de experiência e vasto conhecimento do profissional para o efetivo exercício da revisão, mas ao tratarem das questões relacionadas com a linguagem, eles apresentaram algum grau de discordância. Enquanto Lígia e Fernando apontam para uma visão mais ampla de linguagem, Aurélio opta por uma visão mais conservadora, segundo a qual o revisor assume o papel de “um policial da língua”.

Nos depoimentos dos entrevistados, fica patente que o revisor precisa ir além dos conteúdos oferecidos pelos currículos de cursos de graduação. Isso pode ser observado na trajetória profissional de cada um deles, na busca de novos conhecimentos em cursos de pós-graduação, demonstrando a necessidade de enriquecerem e ampliarem suas formações e experiências: Lígia, quando enfatiza o aprofundamento de conhecimentos para o alargamento do olhar do revisor, para uma “percepção linguístico-textual-discursiva” e para as “diferentes dimensões do texto”; Fernando, quando se refere às questões de linguagem citando “neologismos”, “mudanças semânticas”, “tendências da língua”, “empréstimos”; e Aurélio, quando considera “a questão relevante da contextualização”, embora este último tenha afirmado que o “fundamental encontra-se na ortografia e nas concordâncias verbal e nominal”, demonstrando seu apego às normas gramaticais subsidiado por uma concepção mais sistêmica da língua. Até certo ponto, isso é compreensível uma vez que é questão pacífica na área de revisão que o profissional conheça as normas gramaticais e a estrutura da língua, haja

vista uma de suas principais tarefas ser a conformação do texto a nesses aspectos.

Complementando seus pontos de vista sobre a linguagem, Lígia ressalta o aspecto discursivo de um texto, sublinhando que “é bem mais importante, porque é ele que dará sustentabilidade à escrita”, e Fernando e Aurélio dizem que tanto os aspectos de ordem discursiva quanto os de ordem linguística são importantes. Ao reconhecerem a importância de ambos os aspectos, os três entrevistados concordam com a necessidade de o revisor subsidiar seu trabalho em uma concepção dialógica de linguagem proposta neste livro, o que lhe dará acesso às relações de sentido que permeiam o texto em processo de revisão, procedimento que implica analisar o modo como o autor organiza as ideias que defende, a relação com os outros, a valoração e entonação apreciativa dadas por ele a determinado tema. Isso não significa, entretanto, desconsiderar os aspectos linguísticos; estes, segundo eles, deveriam ser solucionados pelos revisores, bastando apenas “seguir a regra”, ou seja, a norma culta. Desse modo, demonstram que consideram o revisor como profissional responsável pelo conhecimento e domínio da língua, cuja autoridade na área é inquestionável.

Lígia, Fernando e Aurélio também se mostram receptivos ao tratarem das mudanças por que passa a língua, procurando compreender a vivacidade, mutabilidade e evolução linguísticas, o que reafirma a importância de o trabalho de revisão não se respaldar em uma concepção menos restrita de língua: Lígia, ao se preocupar com “a adequação da linguagem ao gênero discursivo e aos interlocutores de cada texto”; Fernando, ao dizer que “o português brasileiro está em permanente mutação, como todas as línguas vivas”; e Aurélio, ao enfatizar que “a nossa língua é mutável”.

O reconhecimento do dinamismo próprio à linguagem leva os revisores entrevistados a atentarem para a diversidade de gêneros do discurso que circulam nas diferentes esferas

da atividade humana, os quais, apesar de se constituírem por determinados tema, construção composicional e estilo, podem ser relativamente estáveis e, portanto, flexíveis, justamente devido às condições sócio-históricas em que são produzidos.

Para tanto, ao revisar um texto, o profissional precisa analisá-lo considerando os dois polos que o constituem: o do enunciado e o da oração, pois só assim pode ajudar o autor a dar acabamento ao seu texto em uma perspectiva dialógica, levando em conta a maneira como o autor se posiciona diante do tema por ele focalizado, como aciona outros autores para discuti-lo, ou seja, como ele inter-relaciona as vozes acionadas no texto, além dos aspectos linguísticos e notacionais.

Para revisar o texto nessa perspectiva, o revisor precisa, portanto, ter uma compreensão de língua diferente daquela que a vê como “sistema estável de formas normativamente idênticas [...] que não dá conta de maneira adequada da *realidade concreta* da língua”, como esclarece Bakhtin (1990, p. 127, grifo do autor). Esse novo enfoque implica considerar os papéis e os lugares ocupados pelos sujeitos do discurso, pois só assim o revisor poderá compreender a “criatividade” dos autores e respeitar seus posicionamentos materializados na forma como escrevem o conteúdo, ou, como diz Bakhtin (1990), “a forma do conteúdo” que refrata suas posições axiológicas.

Essa perspectiva de revisão é avalizada, unanimemente, pelos entrevistados quando eles tratam da relação entre o revisor e o autor no processo de discussão do texto, pondo a descoberto a importância da interação como meio eficaz para solucionar os problemas linguístico-discursivos encontrados: Aurélio, quando diz que “o revisor que se encontra num outro ângulo de visão, pode ter mais facilidade para ver algo novo ou diferente”; Fernando, quando afirma que “tanto o revisor como o autor ganham, em termos de experiência e de enriquecimento profissional”; e Lígia, quando reforça que a “conversa com o autor que pode solucionar alguns problemas maiores

do texto. Desse modo, eles apontam para noções bakhtinianas centrais na situação sociodiscursiva, como as de alteridade (relação eu-outro), exotopia (excedente de visão), as quais são necessárias para que haja efetivamente um bom trabalho de revisão. Esses conceitos emergem de seus discursos quando externam a preocupação de resolver com o autor os problemas encontrados no texto, como também ao reconhecerem a falta de conhecimento do próprio revisor em determinada área, o qual necessita da interação com o autor para esclarecimentos.

Com isso, fica evidente a necessidade de, no processo de discussão de um texto para esclarecer as dúvidas, ocorrer efetivamente uma interação socioverbal entre revisor e autor, sendo a decisão de mudar ou adequar construções ou palavras tomada conjuntamente, e não uma atitude solitária do revisor, pois o texto tem autoria, e esta deve ser respeitada. Se, como defende Bakhtin (2003), toda palavra carrega valor, refratando sempre o posicionamento axiológico daquele que a utiliza em determinada situação enunciativa, o revisor não pode, sozinho, decidir qual palavra usar, pois por trás de um texto, produto de um sujeito social e historicamente situado, existe sempre uma visão de mundo, um universo de valores, uma posição axiológica. O que o revisor pode, com seu excedente de visão, é ajudar o autor a dar acabamento ao texto. Desse modo, o autor também assume um movimento exotópico, de distanciamento de seu texto, e, nesse deslocamento, pode prestar mais atenção ao sentido, ao valor que algumas palavras podem assumir em determinados contextos, épocas, espaços, lugares e situações sociodiscursivas, procedendo, assim, às adequações e aos ajustes necessários. Nesse movimento de troca de conhecimentos no processo de revisão, ora do revisor para o autor, ora deste para aquele, ambos se enriquecem com a experiência vivenciada, na medida em que se posicionam como agentes ativos.

Em relação aos instrumentos de trabalho que poderiam auxiliá-los na revisão de textos, os entrevistados destacam

dicionários, gramáticas e manuais ou guias ortográficos. Essa convergência de opiniões é compreensível uma vez que, na atividade de revisão, a análise da língua em seus aspectos estruturais e normativos também é necessária. Daí por que o uso desses materiais de consulta não deve ser ignorado pelo profissional, pois eles são referência para uma revisão do ponto de vista da forma e das mudanças e evolução linguísticas. Aurélio torna a enfatizar seu apego e sua dependência às regras normativas, como revelara na conversa sobre os conhecimentos profissionais e linguísticos necessários ao trabalho de revisão. Lígia e Fernando, ao contrário, insistem na independência do profissional para reconhecer situações de comunicação que requeiram ajustamentos não previstos nesses instrumentos de consulta, os quais, todavia, não têm de ser seguidos à risca em todas as situações. Assim, ambos apontam para uma certa autonomia por parte do profissional, também já vislumbrada na discussão anterior.

Ao tratarem das novas tecnologias instauradas no mundo contemporâneo, os entrevistados concordam no que se refere à possibilidade de mesmo uma ferramenta sofisticada como o computador não vir a substituir o trabalho humano na área de revisão, por não ser capaz, como diz Lígia, “de analisar as relações discursivas construídas em um texto”; como lembra Fernando, de “se limitar a determinados aspectos da correção ortográfica”; e, como afirma Aurélio, “precisará de pessoas, tanto para inventá-la e incrementá-la como para manuseá-la”. Assim, todos são unânimes em afirmar que o trabalho de revisão não pode ser substituído pela máquina, uma vez que tal atividade implica também analisar as relações dialógicas, aspecto que foge às suas possibilidades.

Eles sobressaem, assim, a autonomia do profissional, que tem no computador apenas mais um instrumento de apoio e fonte de consulta, a exemplo dos dicionários, manuais, entre outros. O status do computador estaria equiparado ao dos

recursos acessórios citados por Aurélio, úteis para esclarecer dúvidas de ordem linguística, de conhecimento enciclopédico e outras afins. Assim, para eles, as novas tecnologias⁷, do mesmo modo que as gramáticas e os dicionários, podem ajudar a solucionar alguns problemas de estrutura de um texto, o que, segundo Lígia, “é muito bom”. Esse reconhecimento às inovações tecnológicas estabelecidas no mundo contemporâneo, as quais têm facilitado a atividade de revisão, é necessário para que o profissional acompanhe as transformações que ocorrem a cada novo momento.

É inquestionável que os *softwares* instalados em computadores fornecem ferramentas e programas de revisão que detectam problemas linguísticos e sugerem soluções, daí o profissional necessitar reconhecê-los como apoio para o seu trabalho e saber utilizá-los como mais um instrumento de mediação, pois, conforme afirma Derrida (2004, p. 148), o “computador instala um novo lugar”. Diante disso, uma postura de rejeição a essas novas tecnologias se mostra inoportuna e, mesmo, retrógrada, uma vez que, como esclarece Coracini (2006, p. 153-154),

a resistência tenaz e ineficaz [...] apenas marginaliza e nos torna mais arremidos e ignorantes. O melhor é entrar nesse

7 No caso de computadores, notebooks, smartphones, entre outros recursos tecnológicos, mais especificamente nos sítios de busca, o revisor pode utilizá-los para pesquisar dados que o ajudem a solucionar algumas dúvidas surgidas no texto, como frisa Aurélio, além de, principalmente, possibilitar o acesso a jornais, revistas científicas, bibliotecas universitárias. Assim, é necessário que o profissional saiba manusear tais ferramentas, porque elas podem auxiliá-lo a acompanhar as transformações do mundo contemporâneo, a exemplo de outros profissionais dos quais já se exige o conhecimento e prática dessas novas tecnologias, como o bibliotecário. Sobre o papel do bibliotecário no mundo contemporâneo, cf. ODDONE, Nanci. O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v. 8, n.1, p. 25-41, 1998.

mundo da virtualidade para compreender melhor o outro [...] o mesmo no diferente, o diferente no mesmo, mundo híbrido, heterogêneo, complexo, que, por isso mesmo, espalha tensões, conflitos e contradições que precisamos administrar para não sucumbir.

Em resumo, o profissional da área de revisão precisa conhecer as novas tecnologias para não ficar isolado, limitado, sem poder de agenciamento diante delas. Saber utilizá-las como mais uma ferramenta de trabalho significa também poder se situar e se familiarizar melhor com o mundo contemporâneo e as possibilidades virtuais proporcionadas por ele.

O desprestígio e a falta de reconhecimento profissional não é um tema consensual entre os revisores. Aurélio prefere enfatizar as qualidades positivas, como “reconhecimento” e “soberania”, com base em sua experiência profissional. Lígia e Fernando, ao contrário, partindo de uma análise mais ampla do trabalho de revisão, abordam problemas cruciais no dia a dia do profissional. Fernando chama a atenção para a necessidade de o revisor se dedicar mais à atividade de revisão como a principal, não a utilizando como “bico”, a fim de que seu trabalho seja mais valorizado “não só em termos sociais, mas principalmente econômicos”. Lígia, por sua vez, aponta o não reconhecimento da profissão como consequência do “preconceito ainda forte de que o trabalho do revisor se restringe a corrigir as vírgulas mal empregadas e as palavras equivocadamente escritas”.

As preocupações de Lígia e Fernando vêm ao encontro do que afirma Arrojo (2003) sobre a falta de reconhecimento profissional do revisor. Conforme enfatizam os dois revisores, apesar de a revisão de textos ser uma atividade muito importante no dia a dia de profissionais como escritores, pesquisadores, e de instituições públicas e privadas, muitas vezes não lhe são creditados o valor e a visibilidade merecidos. Além dos exemplos citados pelos entrevistados, outro bastante ilustrativo é a referência a tal atividade como revisão “ortográfica” ou revisão “técnica” em livros, periódicos e jornais, restringindo o revisor àquele

profissional que corrige apenas alguns aspectos gramaticais como a ortografia, a concordância verbal e nominal, quando seu trabalho vai muito além desses aspectos estritamente linguísticos. Mesmo que o trabalho de revisão se reduzisse a isso, já seria justificada a citação do nome do profissional nas referências da obra, conforme sugere a ABNT (2002a, p. 14): “Outros tipos de responsabilidade (tradutor, revisor, ilustrador, entre outros) podem ser acrescentados após o título, conforme aparecem no documento”. Isso posto, os nomes dos revisores, a exemplo de outros profissionais, apareceriam nas referências bibliográficas e *online*, na ficha catalográfica de livros, revistas, entre outros, não se limitando ao verso da folha de rosto.

Em resumo, como visto nos depoimentos dos revisores, eles destacam como aspectos necessários ao trabalho de revisão a experiência e vasto conhecimento por parte do profissional; a interação entre o revisor e o autor para esclarecer os problemas encontrados no texto; a abertura às mudanças linguísticas e tecnológicas; a análise tanto dos aspectos linguísticos quanto discursivos de um texto; a valorização e o reconhecimento da profissão de revisor. Esses aspectos são reforçados na entrevista coletiva a seguir relatada, na qual os revisores enfatizam a necessidade de um olhar mais amplo para o ato de revisar, que não se restringe à tarefa técnica e mecânica de analisar a superfície textual.

Entrevista coletiva

Os diálogos estabelecidos na entrevista coletiva⁸ possibilitaram uma maior compreensão da atividade de revisão, porque pudemos expor nossas experiências, expectativas e conflitos como profissionais, em uma conversa franca e descontraída. Desse modo, escutando uns aos outros, em uma situação discursiva, conforme diz Kramer (2003, p. 64), “os problemas

8 Para compreensão desse importante recurso metodológico, cf. Kramer (2003, p. 57-76).

são apresentados com suavidade e tensão, o conhecimento é compartilhado e confrontado, a diversidade é percebida face a face”.

Um dado importante obtido ao longo dessa conversa a quatro⁹ foi a coincidência de os três entrevistados terem chegado ao trabalho de revisão não por uma busca deliberada, mas por mera casualidade, diferentemente de mim, que ingressei por opção.

Aurélio: Bom, eu comecei minhas atividades profissionais na área gráfica como datilógrafo, [...] aí fui convidado a trabalhar na [...] função de fotocompositor, quando da implantação do sistema *offset*. A vivência nessa área gráfica me despertou a vontade de fazer Letras. Quando terminei o curso, comecei a me interessar mais pelo trabalho de revisão, *daí eu me tornei revisor ao longo do tempo, e tenho muito gosto hoje pela profissão (grifos meus)*.

Lígia: *Eu, assim como Aurélio, também me tornei revisora. Não tinha pensado em ser revisor. Eu desejava, sim, ser professora, tanto que fiz Letras, e por vocação e formação me formei professora. Quando fiz o curso de Letras, nem sabia da existência do trabalho de revisão, muito menos o que um revisor fazia. [...] Ou seja, o fato de ter me tornado revisor abriu-me portas que até então eu nem imaginava que pudessem ser abertas. Daí eu achar fundamental o trabalho desenvolvido nesta pesquisa de doutorado justamente por procurar dar visibilidade ao trabalho do revisor, ao investigar quem é o revisor, sua importância e necessidade em instituições, tendo, portanto, uma especial utilidade pública e social (grifos meus)*.

Fernando: Eu me formei em Sociologia e como desenvolvia trabalho na área jornalística, com produção de textos, precisei me formar também em Jornalismo, pois nessa época começou a exigência legal da formação para ser mais reconhecido. *Cheguei à revisão de textos através desse trabalho de redação jornalística. O trabalho no jornalismo cultural e em tradução de inglês*

9 Essa entrevista foi gravada em vídeo e áudio, em fita VHS, por Carlos, operador de câmera, em um dos estúdios da TVU da UFRN, em outubro de 2006.

e francês fez uma ponte para a atividade de produção e revisão de textos, [...] quando fui convidado para trabalhar [...] como revisor e tradutor, por causa da minha experiência na área jornalística, logo aceitei (grifos meus).

Essa peculiaridade dos entrevistados de terem se tornado ou se feito revisores ao longo da vida, devido às suas experiências como bom leitor (Lígia), ou como produtor de textos (Fernando), ou por ter terminado o curso de Letras (Aurélio) é bastante significativa, uma vez que mostra como se constrói uma profissão tão importante na área da linguagem como a do revisor de textos.

Para ilustrar como muitas vezes se dá a relação do revisor com o autor, Fernando relata um episódio envolvendo o escritor Luís da Câmara Cascudo e um revisor, de cuja identidade ele guarda sigilo. Inseguro quanto ao que o iminente folclorista autor teria escrito em um manuscrito tardio, o revisor o teria procurado para que ele lhe esclarecesse o texto em questão, ao que o mestre lhe teria respondido: Meu filho, deixe do jeito que está.

Para Fernando, essa falta de poder de intervenção do revisor junto ao autor pode ter consequências sérias, haja vista que pode comprometer a legitimidade do texto. No caso específico do revisor que não conseguiu esclarecer suas dúvidas com Câmara Cascudo, resultaram, entre outros problemas, informa Fernando, erros elementares de ortografia, além de dupla ou tripla grafia de uma mesma palavra, problemas que uma segunda revisão do texto poderia facilmente sanar.

Com esse exemplo, Fernando remete ao papel do revisor como agente ativo no processo de revisão de texto, que, com base nos seus conhecimentos, poderia ajudar o autor no acabamento ao seu texto.

Aproveitando essa referência de Fernando aos problemas linguísticos encontrados no texto de Cascudo e a sua crítica ao revisor por não corrigi-los, sugeri aos revisores que falassem de

suas experiências nas discussões sobre o texto com os autores, por considerar essa interação crucial, uma vez que pode definir a forma final que determinado texto assumirá. O diálogo que se estabeleceu entre eles foi bastante significativo, conforme segue:

Fernando: *O revisor muitas vezes age como coautor, [...] principalmente no caso em que o revisor tem algum conhecimento do assunto. A revisão não é só um trabalho mecânico que você olha assim e vai resolvendo problema a problema por uma técnica. Isso é um aspecto que se sobressai mais. Mas a ordem da frase, os hábitos, as características do estilo do autor têm que ser levados em consideração. [...] Todos nós temos experiência dessa ordem. [...] pegar um texto muito confuso e conversar com o autor para enxugar, dar uma ordem mais objetiva. Principalmente quando se trata de um texto técnico, que visa passar informações com clareza (grifos meus).*

Lígia: *[...] analisar a superfície do texto é simples, basta desenvolver um olhar de lince... que a gente vai em cima. Mas o trabalho do revisor não é só isso. Nesse sentido, não sei se o revisor seria um coautor, mas, dependendo da situação, acho que um orientador é bem possível! [...] Considerando, por exemplo, num texto acadêmico, que a pessoa quer defender uma tese, quer argumentar em torno daquela tese, e quer fazer com que o leitor se convença que o que ele faz é relevante, [...] Então, nesse sentido, o revisor entraria como coorientador para aperfeiçoar o projeto de dizer dessa pessoa. Nesse sentido, é importante salientar que, embora o olhar de lince do revisor para a superfície textual seja desenvolvido, é muito mais importante observar as relações discursivas, quais são as metas que essa pessoa tem, e para atingir essas metas, o que ela precisa preencher em termos de lacuna, de discurso (grifos meus).*

Aurélio: *[...] Eu tenho participado na revisão de alguns trabalhos e quando vou contatar com alguns autores, eles não recebem muito bem as sugestões, eles não aceitam... Exemplo disso aconteceu com um médico. Quando sugeri algumas mudanças, ele taxativamente respondeu: “Coloque como eu coloquei!”. Não é que esteja errado, mas é que poderia ser melhorado (grifos meus).*

A exemplo do que disseram nas entrevistas individuais, Aurélio, Fernando e Lígia consideram a interação entre revisor

e autor fundamental, o que é compreensível, pois nessa situação discursiva os problemas relacionados com o querer-dizer e as metas do autor, com as características do estilo autoral, com as lacunas deixadas ao longo do texto, entre outros, poderiam ser esclarecidos facilmente, assim como serem sugeridas mudanças para adequar o texto ao repertório do gênero do discurso em pauta. Enquanto Fernando, reportando à sua experiência de copidesque na área jornalística, aponta o revisor como uma espécie de coautor, “principalmente quando conhece o tema tratado”, Lígia diz que o revisor poderia intervir no texto, sim, mas como um orientador para o aperfeiçoamento “do projeto de dizer do autor” observando mais as “relações discursivas” do que a “superfície textual”. Ou seja, para ela, apesar de ser mais “simples” o revisor se ater às normas gramaticais e aos problemas superficiais encontrados no texto, é necessário que leve em conta os aspectos discursivos que implicam o modo como o autor apresenta seus pontos de vista. Aurélio, por sua vez, confessa ter certa dificuldade de se relacionar com certos autores que não aceitam sugestões de mudanças, porque nessas circunstâncias cria-se um impasse e o revisor é compelido a renunciar a princípios lógicos da língua, uma vez que a palavra final sempre é do autor.

Diante das divergências de opinião que se estabelecem entre eles, Lígia procura interagir com Fernando, tentando convencê-lo de que o trabalho do revisor é muito mais de orientação do que de coautoria, ao que Fernando não concorda totalmente, restringindo-se a dizer que esse seria apenas o aspecto “mais comum”, mas não o único, pois o trabalho de revisor, como ocorre nas redações de jornais e editoras, pressupõe uma intervenção direta no corpo do texto, partilhando, de certo modo, da autoria do texto, embora não o assuma explicitamente. Isso ocorre porque o jornalista responsável pela função de copidesque goza da autoridade institucional para “mexer” no texto dos repórteres e correspondentes de um determinado jornal ou revista, a fim de adequá-lo à filosofia e ao estilo próprios

da publicação. Ele encara, por assim dizer, os valores do jornal ou da revista.

Procurando mais uma vez complementar suas explicações a respeito de como o revisor deveria agir na interação com o autor, Lígia reconhece que conversar com o autor sobre isso é tarefa complexa e difícil.

Lígia: [...] é muito mais tranquilo, mais rápido e objetivo dizer e mostrar ao autor erros ortográficos e de concordância verbal e nominal. Por exemplo, revisar o texto de Câmara Cascudo do ponto de vista formal é fácil, porque a densidade já está dada. Mas, por exemplo, ao contrário, revisar um texto que tem a forma bem-estruturada, bem articulada, mas do ponto de vista do dizer muito ruim. E o revisor fazer a intervenção junto ao autor do ponto de vista do dizer, do como dizer, isso é muito difícil. [...] Por exemplo: uma pessoa escreve o texto do ponto de vista da norma culta impecavelmente, mas do ponto de vista do dizer, do que ela quer mostrar com aquele texto há uma série de lacunas que a gente precisaria, na posição de revisor, orientar para que ele fortaleça os argumentos (grifos meus).

Na tentativa de esclarecer essa questão relacionada com autoria e discurso, ao mesmo tempo que buscava compreender o que Lígia queria dizer quando se referia ao “ponto de vista do dizer, do como dizer”, interfeiri, nesse momento, apresentando a seguinte questão:

Rosa: Lígia, quando você fala do ponto de vista do dizer você quer se referir às relações dialógicas, por meio das quais o autor abre diálogo com outras vozes, estabelecendo com elas uma atitude responsiva, fixando sua posição de sujeito, que pode ser de acordo ou de desacordo, de confirmação ou de rejeição..., ou seja, relações constituídas pela discussão de posições axiológicas, avaliativas, é isso? (grifos meus).

Ao que Lígia responde:

Lígia: Rosinha, a gente pode trazer isso até para uma matéria de jornal, em que o autor lança um ponto de vista, tenta juntar argumentos para provar isso e lá pras tantas ele esquece completamente daquela ideia anterior (grifos meus).

Lígia se refere ao recurso argumentativo que geralmente os autores utilizam para defender seus pontos de vista. Esse mesmo entendimento foi demonstrado pelos demais revisores, por isso tentei dar prosseguimento ao diálogo sugerindo que essa problemática poderia ser solucionada em uma conversa com o autor. A proposta abriu uma nova vertente de discussão:

Fernando: *Aí você tem que chamar o autor. Isso acontece muito em jornal, na redação. Por quê? Porque geralmente se escreve em cima da hora... Tem de produzir muitos textos para encher as páginas. [...] Então o repórter começa a desenvolver um assunto, como você [Lígia] estava abordando, e de repente ele se volta para outra coisa, não percebendo que não concluiu aquilo que estava tratando e inicia outro assunto, deixa aquele pra trás e fica ali uma lacuna também. Aí você [revisor] tem de conversar com o repórter para complementar aquela informação, pois às vezes ele tem a informação, apenas esqueceu de colocar ali. A mesma coisa acontece com o autor de uma tese, em qualquer outra área, não só no jornalismo. Então cabe ao revisor ficar atento a isso. Ele tem de estar atento. O revisor não tem de ficar só na superfície do texto, na questão da ortografia e da concordância. Isso não esgota um texto. Um texto é muito mais. A gente sabe disso muito bem. É muito mais importante a substância de um texto, o que ele quer dizer. O que quis dizer tá dito? Tá explícito? (grifos meus).*

Lígia: *Então aí é que está o grande embate. Porque quando eu digo para um autor que o que ele quis dizer não tá dito, ele pode receber isso bem ou mal. É o exemplo que Aurélio estava dando do médico, que disse: “Não, o que eu disse tá dito, coloque do jeito que está”. Quer dizer, ele [o autor] não observou a importância do seu comentário [do revisor] como leitor externo que estava ali colaborando (grifos meus).*

Aurélio: *E com outra ótica! (grifos meus).*

Fernando: *O autor tem de estar atento para o essencial que ele quer dizer. Se o texto não traz isso, cabe ao revisor alertá-lo. O revisor tem de ser um leitor mais preparado que o leitor mediano. (grifos meus).*

Aurélio: *[...] nós temos algumas dificuldades, [...] quando você vai fazer uma revisão e as pessoas envolvidas no processo,*

principalmente as que produzirem, como o bolsista ou jornalista, não se encontram para retirar as dúvidas e o revisor tem de liberar o texto para a internet, colocar na *homepage*. [...] *E eu não me sinto muitas vezes com soberania, não me sinto autônomo para tomar uma decisão* (grifos meus).

Pelos posicionamentos dos revisores no que se refere ao modo como se relacionam com os autores, como interagem com eles para solucionar os problemas encontrados no texto, pode-se observar que enquanto Lígia chama a atenção para a importância da colaboração do revisor como leitor externo e Fernando enfatiza a responsabilidade do revisor como leitor com mais conhecimento que o leitor comum, Aurélio diz ter enfrentado dificuldades por muitas vezes não ter tido a possibilidade de falar com os autores, devido à peculiaridade dos gêneros digitais revisados por ele, o que às vezes implica a falta de interação face a face com os autores para uma discussão mais aprofundada.

Fernando, procurando contextualizar esse problema vivenciado por Aurélio, chama a atenção para o fato de que alguns autores não perdoam qualquer problema que o revisor deixe passar e cita o exemplo de dois deles: um que se aborreceu bastante com um revisor que deixou um título errado e outro caso de um colunista de jornal que relutava em usar o computador, preferindo escrever em uma máquina de datilografia. Em seguida, o texto era entregue para ser digitado. Quando ocorriam erros de digitação, ele punha notas de rodapé na coluna posterior, culpando o digitador. Fernando lembra ainda que “muitas vezes, um texto passa por vários profissionais e devido ao tempo não volta para a revisão final, ou ainda, o que é pior, nem passa pelas mãos do revisor”. Isso era uma prática frequente nos jornais antes da informatização das redações jornalísticas, quando pelo menos dois profissionais se responsabilizavam pelo texto final que era impresso: o copidesque, jornalista responsável pela leitura e edição das matérias, e o revisor, profissional geralmente egresso dos cursos de Letras,

Jornalismo e Direito, incumbido da correção gramatical. Com a informatização, a maioria das redações jornalísticas dispensou esses dois profissionais, ficando a revisão das matérias sob o encargo dos próprios editores e repórteres.

Outro momento bastante significativo ocorreu quando Lígia, procurando continuar a dinâmica proposta no início da entrevista, pergunta aos colegas como eles veem o futuro do revisor, diante da possibilidade de seu trabalho ser substituído pelos cada vez mais sofisticados programas eletrônicos. Com o questionamento, ela retoma um dos pontos sugeridos na entrevista individual, suscitando um desdobramento da conversa que enveredou pela questão da autoria, do reconhecimento do revisor como profissional, do uso do computador, entre outros, conforme mostram os recortes transcritos a seguir. O diálogo teve início com Fernando respondendo a Lígia:

Fernando: [...] *saber o que o autor quer dizer uma máquina jamais vai saber*, a questão do conteúdo, do que o autor quer dizer, isso só ele é capaz de afirmar, e só uma outra pessoa vai ser capaz de perceber se ele disse ou não. Então aí há uma fronteira que uma máquina não vai ultrapassar (grifos meus).

Lígia: *Então isso encaminha o trabalho do revisor para o futuro pensando primordialmente nas questões discursivas mesmo, não é? Uma vez que o outro [computador] corrige a ortografia, por exemplo, às vezes, a concordância, [...] sugere coisas que não têm nada a ver. Por exemplo, o uso do acento grave, às vezes aquele bloco sintático é sujeito e eles acham que é importante colocar a vírgula* (grifos meus).

Fernando: *É, sugere crase onde não tem e deixa passar onde tem* (grifos meus).

Aurélio. Essa questão que Lígia levanta é importante. Se a gente está com um texto no Word, tanto no Windows quanto no XP, ele apresenta, aparentemente, para nós palavras sublinhadas em vermelho para erros ortográficos e, em verde, para erros de concordância. Mas nem sempre ele está com razão. [...] *Nós temos essa sabedoria humana, intelectual, para detectar esse erro e o Word não está preparado para isso* (grifos meus).

Lígia: Nesse sentido é que eu acho que *a gente não pode aceitar a adjetivação de revisor ortográfico*. Não sou corretor ortográfico. Se for para colocar revisor ortográfico, não quero que coloque meu nome! (grifos meus).

Fernando: *A revisão não se limita à ortografia*. O computador, sim, é um corretor ortográfico (grifos meus).

Aurélio: Mas eu tenho um caso que não vai reprovar isso. Mas vai aumentar nossa discussão. Eu sou revisor de uma revista evangélica que circula nacionalmente. *E eu estou lá como revisor ortográfico*. Por quê? *Porque tem um revisor bíblico*, que lê as citações e os capítulos anunciados para observar se estão coerentes com o texto que está sendo ensinado (grifos meus).

Lígia: Mas mesmo assim, Aurélio, *você não é só um revisor ortográfico. Você não se limita às questões ortográficas, não é mesmo? [...] Um dado interessante para esta nossa conversa é que há uma valorização, não exatamente na UFRN e nas universidades do Nordeste. Mas, por exemplo, em Brasília, há uma valorização muito grande do trabalho do revisor. [...] na esfera pública a gente sabe que há concursos para o cargo de revisor de textos, em Brasília, por exemplo, e muito bem remunerados, coisa de oito mil reais. Agora no âmbito do RN, por exemplo, nenhum de nós fez concurso para revisor. Não há concursos para revisor*¹⁰ (grifos meus).

Fernando: *Não há concurso nem curso* (grifos meus).

Lígia: Então *nós três nos tornamos revisores* por meandros da vida (grifos meus).

Fernando: *Nós nos fizemos revisores*. [...] E daí, voltando ao que perguntou Lígia, é que a gente vislumbra um futuro para quem trabalha com revisão. E eu acredito sinceramente que *o revisor vai ser um profissional cada vez mais solicitado porque a linguagem é uma coisa que está presente em nossa vida, no nosso dia a dia, mas também está presente em nossas atividades profissionais*. Por exemplo: toda a classe política necessita demais

10 Na época dessa entrevista, ainda não havia sido realizado concurso público para o cargo de Revisor de textos no Rio Grande do Norte, o que ocorreu em 20 de abril de 2008, na UFRN, e em quatro de julho de 2010, na UERN, para o cargo de Revisor gramatical.

de revisores, de assessores de gabinete, que são pessoas que escrevem discursos, escrevem projetos de lei. Em Brasília, então, como Lígia falou, há sempre concursos (grifos meus).

Nessa situação discursiva transcrita, os revisores se referem a pontos fundamentais para o estudo e o entendimento do que seja a atividade de revisão. Esse viés é reiterado por Fernando ao fazer uma longa digressão na qual estabelece comparação entre autores como Paulo Coelho, de um lado, e João Ubaldo Ribeiro, Luís Fernando Veríssimo, Lígia Fagundes Teles, Nélida Piñon, de outro, dizendo que Paulo Coelho “escreve de uma forma precária” enquanto os outros escrevem em uma “linguagem riquíssima”. Com isso, ele afirma sua posição de revisor crítico, que não deixa de ter um olhar avaliativo mesmo sobre um autor cujos trabalhos são bastante traduzidos em outros países.

Ante a postura axiológica de Fernando sobre a escritura dos mencionados autores – os quais podem ser caracterizados como pertencentes à elite literária brasileira e reconhecidos tanto pela crítica como pelo público leitor – sugeri que conversássemos a respeito de como agiriam caso fossem revisar um texto de um autor como Paulo Coelho, com sua linguagem “precária”. Como discutiríamos os problemas encontrados, como sugeririam mudanças, enfim, que estratégias utilizariam quando não concordassem com algum ponto ou posicionamento do autor no texto. Meu propósito com essas indagações era mais uma vez retomar a discussão acerca da interação entre o revisor e o autor no momento de discussão do texto. Os revisores responderam de modo muito participativo, conforme depoimentos transcritos a seguir.

Fernando: Ah, sim, eu iria fazer muitas sugestões. *Desde que fosse bem remunerado, eu faria muitas sugestões*, porque é muito pobre o texto de Paulo Coelho (grifos meus).

Lígia: Eu iria melhorar o texto [...] Pois é, *nesse embate entre revisor e autor uma questão importante, que é a questão de poder, é a seguinte...* Eu tenho de *convencer o autor do texto que eu*

estou revisando que eu sou um bom leitor, um leitor melhor que o mediano (grifos meus).

Fernando: *É necessário que o autor creia, porque se ele não crer que o revisor tem condições de orientar, de dar sugestões, de intervir no texto dele, nada feito. É o caso que Aurélio citou daquele médico que não aceitou as suas sugestões, dizendo “Cuide só da ortografia”. Ora, ortografia o Word resolve (grifos meus).*

Aurélio: *Essa questão é porque muitas vezes o autor, por mais imponente que venha a ser, ele vai criar ou aumentar a credibilidade no revisor de textos quando apresentarmos os problemas para ele, nós temos de ter convicção do que temos de explicar para ele, porque aquilo tem de ser diferente. Muitas vezes podemos nem ter totalmente a questão do convencimento, mas se nós tivermos argumentos fundamentados. Por exemplo, se um autor perguntar por que determinada palavra tem de ser escrita de tal forma, e às vezes o revisor não tem respaldo gramatical, de macetes, para responder, mas tem convicção, intuição. [...] Então quando nós nos defrontamos com nossos clientes, nós temos de ter convicção plena para que ele sinta segurança em nós. E isso faz com que o autor possa concordar e muitas vezes ficar mais acessível ao que está sendo proposto para que o texto fique mais bem apresentável. Eu acho que é isso aí! (grifos meus).*

Fernando: *Isso mostra a importância do revisor numa editora, e me lembra de um caso ocorrido em uma grande editora, a Topbooks, que publicou, ou melhor, republicou uma edição de Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre. E o livro tem um subtítulo, que é: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, mas saiu “formação da família brasileira sobre o regime de economia patriarcal”. Ou seja, a Topbooks colocou sobre ao invés de sob. Mudou totalmente o sentido (grifos meus).*

Dá para entender, a essa altura da discussão, que são bastante convergentes as posições dos entrevistados quando se referem à relação entre o revisor, de um lado, e o autor e seu texto, do outro, no sentido de que cabe ao revisor demonstrar conhecimento e segurança, quando da discussão do texto, para que o autor deposite confiança em seu trabalho e aceite suas sugestões, as quais devem ir além da correção de problemas

ortográficos, ou seja, além de um trabalho que o computador pode fazer. A partir dessa convergência de ideias entre os revisores, é possível estabelecer uma inter-relação entre seus dizeres e as noções de interação, assim como de exotopia e alteridade.

Os posicionamentos dos revisores tanto nas entrevistas individuais quanto na coletiva ajudam a uma maior reflexão sobre o trabalho de revisão, pois remetem a questões centrais para a compreensão dessa atividade, principalmente no que se refere à relação autor-revisor e aos aspectos priorizados na análise textual. Na singularidade de suas vivências pessoais, a partir das concepções e fazeres que se constroem ao longo da vida profissional, eles atribuem sentidos ao seu trabalho. A entrevista coletiva, particularmente, foi bastante significativa, uma vez que, na interação de um com outro, na exposição das experiências vividas – como, por exemplo, a necessidade de se posicionarem diante de alguns escritores argumentando em favor de uma nova escritura de alguns trechos revisados que poderiam comprometer os enunciados do autor –, os revisores deixaram entrever a importância do trabalho desenvolvido por eles. Seus posicionamentos também foram convergentes quando se referiram à necessidade de o revisor ser mais reconhecido e ter mais visibilidade, principalmente em Natal, a exemplo do que ocorre em Brasília e em outras cidades, onde o profissional é bem remunerado e valorizado.

Pude ainda ratificar a ideia, fruto da experiência profissional e da vivência com autores e outros profissionais que desenvolvem a atividade de revisão, seja institucionalmente, seja esporadicamente¹¹, de que é fundamental a interação com o autor para a solução dos problemas encontrados no texto, principalmente os de ordem discursiva. Isso aponta para a

11 É o caso de professores que têm como atividade principal a docência mas também revisam monografias, dissertações, teses, revistas científicas, entre outros, ao contrário dos profissionais de revisão, que têm como principal atividade o trabalho de revisão de textos.

necessidade de uma ruptura com os critérios tradicionalmente estabelecidos, centrados principalmente na gramática tradicional, para assumir uma postura de revisor que leve em conta a interação com os autores para discussão do texto. Interação que implica relação de poder, embate de pontos de vista, troca de conhecimentos, respeito entre eles e pela cultura na qual estão inseridos. E tudo isso está imbricado com a práxis social e histórica dos sujeitos, que também é impregnada de posicionamentos axiológicos.

Confirmando o exposto, relato a seguir minha experiência na discussão de textos com autores no processo de revisão.

Trajetória de uma revisora

A experiência é o que se nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece ou o que toca.

Larrosa

Conforme expus ao longo deste livro, a revisão de textos é uma atividade muito importante no dia a dia das pessoas, seja na esfera privada, seja na esfera pública, embora algumas vezes não lhe sejam dados o valor e a visibilidade merecidos.

Para ilustrar como ocorre o trabalho de revisão, especialmente no trato com o autor sobre seu texto, relato neste capítulo um pouco da minha experiência, aludindo à interação com autores e discutindo os problemas de natureza textual, a fim de abrir caminho para uma abordagem dialógica dessa atividade.

Saliento que as experiências relatadas têm sido valiosas para minhas atividades na docência, pois me familiarizaram com diferentes gêneros discursivos, assim como com esferas e áreas de conhecimento as mais diversas, partilhando experiências com autores dos mais vários estilos, escolas e épocas. Isso me ajudou a ter uma visão mais ampla de linguagem, a respeitar o outro, a valorizar a alteridade (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1990; BAKHTIN, 1990, 2003, 2013), e, acima de tudo, a compreender melhor a diversidade cultural dos meus alunos. Como salienta Amorim (2004, p. 223) “o encontro com o outro, em seus obstáculos e possibilidades, constitui um eixo de produção de saber”.

Minhas atuações profissionais como professora e revisora se inter-relacionam na medida em que ambas são subsidiadas pela noção de interação socioverbal do Círculo de Bakhtin, qual seja, a que supõe o diálogo em “diversos graus de conflito ou convergência”, “de múltiplas refrações”, “de múltiplas verdades”, como agudamente sublinha Faraco (2005).

Ressalto que, na perspectiva dialógica de revisão, o profissional analisa os dois polos que constituem o texto: o do enunciado e o da oração. Para isso, leva em conta tanto as relações dialógicas quanto as lógicas. Vale ressaltar, porém, que essas últimas só são transpostas para o grau de dialógicas quando passam a outro grau de existência e se tornam discurso, o que as leva também a “ganhar *autor*”. É por isso que o revisor avalia não apenas o texto-língua mas também o texto-discurso, o que lhe possibilita ajudar o autor a assumir sua posição de autoria, de responsabilidade por seu texto, “uma vontade criativa única, uma posição determinada diante da qual se pode reagir dialogicamente” (BAKHTIN, 2005, p. 184).

Antes de relatar minha própria experiência como revisora, destaco que o processo de revisão, até fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, tinha características bem diferentes das atuais. Na Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Edufrn), a exemplo de outras como a da Universidade Federal da Bahia (UFBA), os textos originais eram revisados/copidescados por um profissional com reconhecido domínio das normas gramaticais, na maioria das vezes um professor universitário da área de Letras convidado para tal atividade. Em seguida, os textos eram compostos em uma máquina linotipo ou uma máquina fotocompositora e revisados por uma dupla de revisores quantas vezes fossem necessárias, seguindo sempre a primeira revisão dos textos originais.

Na atualidade, essas várias etapas de revisão se modificaram devido às novas tecnologias de digitação e digitalização. A primeira permite que a maioria dos autores possa entregar

seu trabalho composto por eles mesmos, enquanto a segunda possibilita que obras antigas sejam publicadas sem a necessidade de serem digitadas novamente. Além disso, o profissional que revisa o texto diretamente na tela do computador pode contar com alguns recursos de dicionários eletrônicos.

No que concerne ao perfil do profissional que se responsabiliza pela revisão, entrou em cena nos últimos anos o técnico de nível superior para assumir tanto a revisão de originais quanto a coordenação dessa atividade, antes geralmente ocupadas principalmente por professores universitários.

A vivência no mundo editorial e na docência

Minha paixão pelo texto escrito se revelou ainda na fase infantojuvenil, com a leitura de histórias em quadrinhos, contos e romances, entre outros gêneros, e se fortaleceu quando ingressei na Edufrn, em abril de 1979, no cargo de Assistente de administração. A vivência no mundo editorial foi determinante para eu fizesse minha escolha profissional. O contato diário com profissionais editando textos, revisando originais e provas, criando capas de livros e revistas, digitando e diagramando, operando máquinas, retocando fotolitos, atividades sempre permeadas pela linguagem, atraiu-me ainda mais para o mundo das letras, tanto nas placas de chumbo quanto no papel ou na tela dos computadores.

A vivência com as palavras, proporcionada pelo trabalho de revisão, fascinou-me, razão por que escolhi o curso de Letras como base acadêmica para me qualificar como revisora de textos. Na época, considerava que tal graduação poderia me subsidiar nessa atividade relacionada com as questões de linguagem, além de me proporcionar o contato com variados textos. Desse modo, ao contrário do que ocorreu com os revisores entrevistados, que disseram não ter optado inicialmente por essa profissão, eu a escolhi, uma vez que, desde que comecei a participar do mundo editorial, dentre as atividades conhecidas, a de revisão

de textos foi a que me chamou mais atenção e desencadeou o desejo de enveredar por ela. Assim, logo que iniciei o curso de Letras em 1980, passei a revisar textos, inicialmente como revisora de matéria composta, e posteriormente de originais, estabelecendo-me na atividade de revisão a partir de 1981.

Completado o referido curso em 1986 – interrompido no período de dois anos e meio em que morei em Salvador (1982-1984), mas sem prejuízo profissional porque atuei como revisora na Editora da UFBA –, ainda sentia necessidade de aprofundar meus conhecimentos para melhor desenvolver as atividades de revisão, tanto como professora de Língua Portuguesa no ensino fundamental e médio, no estado do Rio Grande do Norte, quanto como revisora na Edufrn, cargo reassumido depois do período passado na capital baiana. Essa necessidade se desencadeou a partir de algumas dúvidas que surgiam no processo de revisão de textos, tanto de autores mais experientes (nas editoras), quanto de alunos (nas escolas de ensino básico) para as quais não encontrávamos respostas em gramáticas, dicionários, livros didáticos e manuais comumente utilizados.

Procurando respostas para esses questionamentos, comecei a participar de cursos de pós-graduação, dentre os quais o de Elaboração de Projetos (1995), na área de Biblioteconomia, e o de Mestrado em Linguística Aplicada, no Programa de

Pós-graduação em Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras (1995), ambos na UFRN¹².

Concluído o mestrado, em 1998, continuei o trabalho na coordenação de revisão na Edufrn, cujas atividades consistem em revisar livros e revistas e orientar estagiários provenientes dos cursos de Letras e Comunicação Social da UFRN, assim como outros revisores. Paralelamente a isso, trabalhei na Universidade Potiguar (UnP), na revisão de trabalhos de conclusão de curso¹³, no período 2000 a 2006, e prestei assessoria à Superintendência de Comunicação da UFRN, na revisão de radionotícias e telejornais, entre outros gêneros discursivos da área de comunicação, de 2002 a 2004. Essa estada na Superintendência foi muito enriquecedora porque pude conhecer melhor os repertórios dos gêneros que circulam nessa esfera e ampliar meus conhecimentos, assim como reavaliar minhas indagações acerca das questões discursivas relacionadas com a linguagem, reforçando o desejo de continuar os estudos em um curso de doutorado.

Esses questionamentos me levaram a constatar que a concepção de língua como código ou sistema baseado nas gramáticas

-
- 12 Sempre focalizei a revisão de textos como temática de pesquisa, tanto no curso de Elaboração de Projetos quanto no projeto de pesquisa intitulado *A interação revisor-escritor no processo de revisão de textos*, com o qual fui aprovada para o mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, do Departamento de Letras, na UFRN. Entretanto, essa problemática foi pouco contemplada no texto final da dissertação, em que focalizei as estratégias interativas utilizadas por mestrandos em suas (re)escrituras, com base na Linguística Textual e na Sociolinguística Interacional, tratando mais de questões voltadas para o próprio texto, deixando de lado a proposta inicial de investigar a interação revisor-escritor, foco que retomei na tese de doutorado (OLIVEIRA, 2007), que deu origem a este livro.
- 13 Os convites para trabalhar tanto no Departamento de Comunicação Social (UnP) quanto na Superintendência de Comunicação (UFRN) surgiram devido à experiência em revisão de textos e à dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 1998), o que reforça a importância do trabalho concreto de revisão em nossa trajetória acadêmica e profissional.

tradicionais não permitia a compreensão satisfatória de muitos textos contemporâneos.

O contato com os estagiários que ano a ano passavam pela Edufrn, cujos conhecimentos eram muito restritos às normas cristalizadas pelas gramáticas tradicionais, só fez aumentar o grau das minhas incertezas. As respostas começaram a aparecer quando adentrei na pós-graduação, nas construções teórico-metodológicas na área de linguagem, especialmente as do Círculo de Bakhtin.

O conhecimento das propostas bakhtinianas, que consideram, na análise linguística, as relações dialógicas, isto é, os aspectos discursivos de um texto, quanto as relações lógicas, isto é, os aspectos estruturais e notacionais da linguagem, proporcionou-me encarar o trabalho de revisão como uma atividade que necessita realizar uma leitura do texto para além dos aspectos normativos, postura mais comum entre revisores que trabalham em uma perspectiva mais tradicional. Para tanto, o revisor precisa levar em conta os posicionamentos dos sujeitos envolvidos no processo de produzir e revisar o texto com suas peculiaridades e singularidades.

Com tal concepção teórico-metodológica, apreendida na pós-graduação, pude adquirir mais subsídios para orientar tanto alunos de ensino básico e estagiários em suas iniciações no processo de revisão quanto alunos de graduação¹⁴ e de pós-graduação¹⁵ na produção de seus trabalhos de conclusão de curso. Neste livro, ao procuramos entrelaçar prática e teoria,

14 Cf. COSTA, Jailma Rodrigues Felipe da. *Produção textual no ensino fundamental: vivenciando a prática de revisão de texto*. 2013. 57f. Monografia (Graduação em Letras/Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Açu, 2013.

15 Cf. LIMA, Maria de Jesus Melo. *Oficina de (re)escrita e revisão de textos no ensino fundamental*. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras/Profletras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Açu, 2014.

agora com muito mais leituras orientadas e troca de experiências com outros revisores, autores, professores e alunos, constato como foi importante essa vivência por que passei, assim como averiguo que a revisora e a professora caminharam juntas o tempo todo, como o fazem ainda hoje¹⁶.

Diálogos com autoras

Antes de apresentar recortes das conversas com uma autora mais experiente na escritura de textos, e com outras duas iniciantes, identificadas pelos pseudônimos de Amália, Odete e Beatriz, respectivamente, considero importante mostrar o processo de revisão sob uma perspectiva que leve em conta não apenas os aspectos formais, estruturais e notacionais mas também os discursivos, conforme segue: em uma primeira leitura, o revisor atenta para quem (destinatário) e por quem (autor) o texto está sendo produzido, observando a sua esfera de circulação, além das relações dialógicas que o conformam. Em uma segunda revisão, relê o texto para analisar eventuais questões gramaticais e notacionais, como a concordância verbal e nominal, a ortografia, a pontuação, o enquadramento às normas da ABNT, entre outras. Cumpridas essas etapas, o revisor passa à seguinte, que é discutir com o autor as dúvidas e problemas encontrados no texto, para fazer as adequações e mudanças necessárias.

16 Lecionei Língua Portuguesa no ensino básico em escolas públicas do estado (1990-2000), no ensino superior na Universidade Potiguar (2000-2006), no Curso de Especialização em Linguística da UnP, com a disciplina Ensino-Aprendizagem de Língua Falada e Escrita (2005-2007), e continuo trabalhando na área de Língua Portuguesa, no Departamento de Letras Vernáculas da UERN, Campus de Açu, desde junho 2006, onde coordeno projetos de pesquisa e de extensão com o objetivo principal de desenvolver a autoria e autonomia de graduandos e professores e alunos de ensino fundamental a partir de atividades de revisão e reescritura de seus textos. Também atuo no Profletras, mestrado profissional direcionado a professores de Língua Portuguesa, do ensino fundamental, no Campus de Açu.

Ao se debruçar sobre os dois polos do texto no processo de revisão – o do enunciado (unidade da comunicação discursiva) e o da oração (unidade da língua) –, o revisor pode avaliar a forma do conteúdo, e não apenas a forma pela forma evitando o risco de relegar conteúdos idiossincráticos de seus autores. O processo de revisão, contudo, não se esgota necessariamente nesses três passos referidos; alguns textos mais problemáticos podem demandar releituras até que o trabalho seja dado por concluído.

É sabido que em situações concretas de interação, os participantes precisam utilizar estratégias para se inter-relacionarem da melhor maneira possível. Esse princípio também é válido para os encontros entre revisor e autor em torno dos eventuais problemas no texto, por ser um momento em que ambos dialogam para solucionar dificuldades de várias dimensões (da valorativa à formal). Esse procedimento é importante não só para a preservação das faces de ambos mas também para a compreensão dos enunciados. A experiência me fez refletir ainda mais sobre os três princípios que norteiam a minha dupla prática de docência e revisão – o de preservação das faces (GOFFMAN, 1967), o de polidez (BROWN; LEVINSON, 1987)¹⁷ e o de exotopia (BAKHTIN, 2003) –, para constituir uma relação com os autores de respeito e credibilidade. Conforme mostram os recortes de diálogos a seguir, muitas vezes me amparo nesses princípios porque há momentos de confronto e tensão, estabelecendo-se relações de poder em que há necessidade de negociação de papéis e/ou de demonstração de autonomia e autoridade por parte dos envolvidos na interação.

Trocando pontos de vista

Como sempre ocorre no início de uma conversa com autores, frisei a Amália que nós duas trataríamos de alguns

17 Para aprofundamento desses conceitos, cf. Oliveira (1998).

problemas encontrados no seu texto, acerca dos quais eu solicitaria esclarecimentos e proporiria algumas sugestões. Salientei que ela ficasse à vontade para concordar ou não com os questionamentos. Expliquei-lhe que, assim como em outros materiais impressos em processo de revisão, na margem esquerda do texto eu apontaria as dúvidas a serem discutidas e esclarecidas em relação a temática, estilo, propósitos e posicionamentos, entre outros aspectos de ordem discursiva. Na margem direita, destacaria os problemas de ortografia, concordância verbal e nominal, pontuação, entre outros aspectos gramaticais e notacionais a serem mudados.

Isso posto, esclareci a Amália que, como iríamos discutir sobre um livro cujo formato anterior era o de uma tese, trataríamos primeiro dessa transformação, que implicava alguns ajustes, uma vez que o público a quem o material se destinaria a partir de então seria bem mais amplo, constituído de outros leitores que não apenas os da comunidade acadêmica. A essa observação, Amália rebateu frisando que escrevera a tese com o propósito de publicá-la como livro, por isso procurou evitar “a linguagem mais pesada da tese” uma vez que na Unicamp, onde tinha feito o doutorado, “os autores já estão com essa tendência de fazer uma tese pensando em publicação”.

Essa era uma informação nova para mim e ilustra como a interação entre o revisor e o autor pode ser enriquecedora de parte a parte.

Prosseguindo a discussão sobre o texto, apresentei a Amália outros problemas que precisávamos solucionar, os quais eu havia dividido em três seções: (1) a utilização de citações diretas e longas, as quais se ressentiam de diálogo, concisão e clareza; (2) o uso do termo *sic* para indicar supostos erros autorais, os quais muitas vezes consistiam em regionalismos, coloquialismos, neologismos, entre outros; (3) as várias formas como ela citava autores, ora com nomes e sobrenomes, ora com

apenas sobrenomes, mesmo problema que se verificava nas citações de datas de obras, o que poderia gerar dúvidas no leitor.

Em relação à primeira questão, sugeri que Amália transformasse em as citações diretas extremamente extensas em indiretas e curtas, a fim de que o texto fluísse melhor, procedimento mais adequado para um livro. Além disso, as citações indiretas lhe permitiriam reescrever, parafrasear as palavras do autor citado, preservando, evidentemente, termos, números, percentuais enunciados. Amália inicialmente se mostrou contrária à proposta, porque tinha escrito daquela forma “e ninguém disse nada”, mas logo se deu conta do problema apontado e admitiu que precisaria “transformar algumas citações diretas em indiretas. Realmente o texto está com muitas citações diretas”, anuiu. Essa mudança de atitude da autora pareceu demonstrar sua confiança no trabalho de revisão e o reconhecimento de que meu propósito era ajudá-la para que seu livro fosse publicado da melhor maneira possível.

Ao discutirmos o problema da utilização do termo *sic* para apontar supostos erros gramaticais de certos autores, Amália voltou a acatar minha sugestão, conforme se pode constatar no seu depoimento logo a seguir. Para ilustrar meu ponto de vista, citei o caso de alguém trocar a letra “z” pela letra “s” na palavra enfatizar, o que poderia indicar tão somente um problema de digitação que passou despercebido ao revisor. Portanto, seria melhor corrigir a grafia da palavra do que apontar a falha, pois ao chamar a atenção para um erro de ortografia, ela deixava de ressaltar outros aspectos mais importantes para os leitores.

Para lhe demonstrar como ela estava assumindo esse posicionamento, mostrei três exemplos de uso do termo *sic* em seu texto: depois da palavra “intrudo” grafada com a letra “i”, em uma citação retirada de um jornal, ao invés da letra “e”, e depois das palavras “gostusura” (com a letra “u” após a letra “t”, ao invés de “o”) e “siquer” (com a letra “i”, ao invés de “e” após a letra “s”) utilizadas por Mário de Andrade, sobre as

quais sugeri que ela fizesse uma nota explicativa, uma vez que já é conhecida a escrita pessoalíssima de Mário, na tentativa de aproximar a grafia do falar genuinamente brasileiro. A respeito desse último problema, Amália confirmou: “É, esse uso é proposital por parte de Mário”. Diante de sua afirmação, fiz ver a ela que seus leitores precisavam ser cientificados dessa peculiaridade estilística do modernista paulista, a fim de que pudessem compreender que não se trata de um “erro ortográfico” ignorado pelo autor ou pelo revisor. Sugeri-lhe que deixasse apenas os termos usados por Mário e corrigisse os dos demais autores, como “as matizes”, ao invés de “os matizes”, problema de concordância nominal detectado em uma citação de Gilberto Freyre, pois não sabíamos se ali havia um problema de digitação e revisão, ou de escrita do autor citado. Proposto isso, Amália concordou dizendo: “Certo. Vamos deixar os termos utilizados por Mário, que já é conhecido, inclusive, pela sua defesa do português brasileiro”.

Conforme frisei anteriormente, o diálogo que mantive sobre a palavra “entrudo” é bastante ilustrativo como amostra da aceitação de um autor das sugestões feitas por um revisor, o que demonstra a importância da interação entre eles. Nessa situação, é fundamental a postura do revisor como um profissional da linguagem, ou seja, um leitor atento, responsável, que pode contribuir para o acabamento da vontade discursiva do autor, conforme mostra o recorte a seguir transcrito.

Rosa: [...] *o que você considera mais importante na sua tese? É mostrar o erro do jornal ou o sentido da palavra, o que ela significa? O valor que tem para as pessoas essa festa popular de três dias que antecede a Quaresma? Como eu disse antes, é irrelevante chamar a atenção para aspectos que não são o foco de sua tese, que não interferem em nada no seu objeto de estudo, afinal você não está defendendo uma tese sobre a estrutura da língua, não é mesmo?* (grifos meus).

Amália: *É, você tem razão, eu não tinha pensado sobre esses aspectos, que são bem mais importantes* (grifos meus).

Outro exemplo de interação se deu quando Amália, mais uma vez demonstrando confiança no trabalho de revisão e se apoiando em minha sugestão anterior de transformar as citações diretas em indiretas, perguntou: “E essa citação enorme, que antes de transcrevê-la eu peço desculpas ao leitor, pois acho que ela vale a pena. Não tem problema não?”, ao que lhe respondi:

Rosa: *De maneira nenhuma, essa está ótima. Achei-a muito pertinente ao foco de seu livro, pois esclarece muitos pontos mostrados antes e depois. Sugiro a mudança de citação direta para indireta apenas para algumas, pois outras como esta ficam mais bem transcritas literalmente, para não perder a singularidade e peculiaridade do que você quer mostrar (grifos meus).*

Com essas palavras, tentei mostrar à minha interlocutora que não existem regras definitivas: nem toda citação estaria inadequada, desde que estivesse relacionada com o conteúdo que havia antes e o que se lhe sucederia. A explicação sobre as citações não se referia à sua extensão, mas ao diálogo que ela, como autora, estabelecia, ou não, entre a sua e as demais vozes. Estimulei-a a desenvolver com mais segurança o seu papel autoral, de modo que pudesse dar acabamento ao texto de acordo com suas próprias ideias e pontos de vista.

Outro ponto importante discutido com Amália foi acerca do termo “carnaval”, palavra-chave no seu livro, a qual, ao longo do texto, aparecia seguida de vários complementos – “carnaval de rua”, “carnaval carioca”, “carnaval natalense” –, ora com inicial maiúscula, ora com inicial minúscula (Carnaval ou carnaval), mesmo quando usada em contextos semelhantes. Mais uma vez Amália foi receptiva às minhas sugestões, conforme se pode aferir pelas suas próprias palavras:

Amália: Eu entendo. Eu penso que *poderíamos solucionar essa questão* assim: Carnaval com inicial maiúscula seria a festa, o evento reconhecido em todo o mundo, e os outros carnavais – natalense, carioca, de rua – tudo com c minúsculo. *Não sei se você concorda* (grifos meus).

Para me assegurar de que a autora estava compreendendo minha preocupação com a forma que ela estava dando aos seus dizeres, aproveitei a sua abertura para minhas sugestões e procurei discutir mais essa questão, retomando o que eu havia entendido:

Rosa: Então você está pensando o Carnaval como o Natal, o São João, e como é um texto mais científico, eu também acho pertinente. Mas isso é uma questão que *you are* que tem a última palavra, o importante é tomar um posicionamento e segui-lo até o final do livro, para que sua postura seja coerente e o leitor possa compreendê-la. Digo isso porque ao longo do texto você faz citações de autores, como Câmara Cascudo e Mário de Andrade, inclusive da sua orientadora da tese, que se referem ao evento carnaval das duas maneiras, uns com ênfase na inicial maiúscula, e outros, na minúscula. *Sugiro que você deixe do modo como eles escreveram* (grifos meus).

Aproveitei a discussão com Amália acerca da palavra carnaval e chamei sua atenção para a maneira como outros autores escrevem essa mesma palavra. A fim de dar mais clareza à minha argumentação, sugeri que, tirante os casos em que o uso linguístico tem um valor diferenciado, umcomo na escrita mário-andradiana, não haveria necessidade de mostrar “erros” que na realidade retratam variações de uma mesma palavra. Quando se transcreve, por exemplo, a fala de alguém de uma entrevista oral na qual a pessoa pronuncia “mermo”, “os menino”, não é necessário manter o som de “r”, ou a supressão do “s”, a menos que o trabalho seja sobre variações linguísticas, por exemplo. O importante, nesses casos, é que o autor tome uma posição e a mantenha ao longo do texto, pois as escolhas indicariam seus pontos de vista e concepções.

Passamos então a conversar sobre a terceira questão problemática do texto, ainda relacionada com os autores de cujas vozes ela fazia uso, mas que, no caso, se referia à forma como eles eram citados no texto: alguns com nome e sobrenome e outros com apenas o sobrenome. Além disso, disse-lhe que as datas de publicação das obras após o sobrenome dos autores

também precisavam ser informadas. Após a exposição desses problemas, Amália procurou se respaldar na voz de autoridade da universidade onde defendera a tese, para justificar tal uso. Como constatei que ela não tinha compreendido o problema textual a que estava me referindo, procurei retomar o que eu havia dito, conforme se pode observar no recorte a seguir da discussão:

Amália: *Lá na Unicamp já estão usando o primeiro e último nomes dos autores, como por exemplo Homero Costa e não só Costa (grifos meus).*

Rosa: *É, pode ser, o problema é que no seu texto aparecem as duas formas. Sugiro que escolha apenas uma delas. Isso facilitaria a interação com seu leitor, caso ele queira ver nas referências mais detalhes sobre o leitor e obra citados no corpo do texto, entende? As normas propostas pela ABNT, por exemplo, apontam mais de um caminho, mais de um modo de serem feitas as referências. Você pode escolher entre o sistema alfabético (ordem alfabética de entrada) e o numérico (ordem de citação no texto, que não pode ser concomitante a notas de referências e notas explicativas). O importante é que você faça sua escolha e a mantenha do início ao fim (grifos meus).*

Outra sugestão que fiz a Amália foi a de substituir o termo “por mim”, que ela subscrevia em algumas notas de rodapé, ao fazer referência a seus trabalhos, por seu sobrenome, seguido de ano de publicação, conforme sugere a ABNT, para que assim os leitores pudessem ter acesso a estudos anteriores. Discutimos também o problema relacionado com o uso do termo “ele”, utilizado de modo ambíguo em algumas partes do texto, além de outros referentes às normas da ABNT e de grafia. Veja-se como ocorreu essa situação:

Rosa: *[...] há ambiguidade provocada pelo uso do termo “ele” para determinar a quem você está se referindo. No caso, os dois referentes são os autores Cascudo e Olavo, nomes masculinos, e o pronome utilizado também no masculino não pode especificar a quem se refere. Sugiro que seja substituído por folclorista, já que você está se referindo a Câmara Cascudo, não é mesmo? Veja que esses elementos que ligam um enunciado*

a outro devem ser escritos com muita clareza para que não gerem problemas de sentido. [...] Na nota, também há ambiguidade de sentido, pois não fica claro se aí está transcrito o ponto de vista de Mário de Andrade ou o de Ângela Gomes [autores citados por Amália]. O primeiro autor citado deve vir antecedido do termo *apud*, seguido do segundo (grifos meus).

Amália: *É, realmente está muito confuso.* Eu tenho que pesquisar na fonte de onde tirei para confirmar. *E a expressão “In” caiu?* (grifos meus).

Rosa: Não. Apenas nas referências a revistas e jornais não é mais usado esse termo. Nas referências a capítulos de livros, por exemplo, ela é mantida. *Aproveitando essa sua pergunta, [...] Vejamos algumas grafias que precisam ser atualizadas, como vídeo-documentário para videodocumentário; socio-cultural para sociocultural; norteriograndense para norte-rio-grandense; semiindustrializado para semi-industrializado; constroe para constrói; casa grande para casa-grande* (grifos meus).

Amália: *Ah! Mas eu já vi muito esses nomes escritos assim!* (grifos meus).

Rosa: *É, mas é importante atualizar a ortografia das palavras sempre que possível, para que as pessoas se mantenham familiarizadas com a nova grafia. [...] Não é o caso dessa referência relacionada com a nota 29, em que você utilizou a palavra acoitados e foi mudada para açoitados. Esse é um exemplo que parece ser de ortografia, mas na realidade é de sentido, daí a necessidade de você esclarecer seu propósito nesse trecho, em qual sentido você utilizou a palavra, para não gerar ambiguidade, duplo sentido.* Outro exemplo ainda é o uso do verbo implicar, que pode estabelecer uma relação direta ou indireta, dependendo do sentido que lhe é dado pelo autor. Nesse caso, acredito que não haja necessidade da preposição “em”, pois *você está usando o verbo na ordem direta, não é mesmo?* (grifos meus).

O diálogo com Amália exemplifica alguns dos vários problemas que podem ser encontrados por um revisor em um texto, do ponto de vista linguístico. Isso comprova a necessidade de o profissional estar sempre atualizado acerca das mudanças, ampliações e adequações por que passa a escrita desde sua

invenção, há cinco mil anos, assim como relacioná-las com os diversos gêneros discursivos que se intercalam ou se renovam a cada dia. Além disso, é fundamental que o revisor esteja atento à forma que é dada ao conteúdo pelo autor, pois muitas vezes a repetição de uma palavra, por exemplo, não significa erro, mas uma estratégia didática ou de argumentação do autor, dependendo do gênero, e o revisor, ao recorrer à sinonímia cada vez que encontra uma palavra repetida, pode descaracterizar o estilo do autor, mudando a entonação e o valor que ele quer atribuir a cada palavra, a qual pode ter sentidos diferentes, dependendo do tema, do tempo-espço, das condições de produção, entre outras. Daí, então, ser necessária a interação revisor-autor para eliminar as possíveis ambiguidades do texto.

Nesse sentido, acredito que esse recorte da interação com Amália é bastante ilustrativo dessa problemática, pois demonstra como tenho me posicionado no processo de revisão acerca de alguns problemas encontrados nos textos, além de exemplificar concretamente como se processam as discussões entre revisor e autor e as posturas e estratégias utilizadas para solucionar os conflitos e dúvidas, sejam de ordem discursiva, sejam de ordem estrutural.

O texto de Amália é particularmente importante para mostrar como se realiza o trabalho de revisão, porque se trata de um material que já havia sido submetido à apreciação de um revisor, o qual, por ter mudado algumas marcas afetivas e acrescentado muitas vírgulas no texto, guiado pelas normas da gramática tradicional, gerou insatisfação por parte da autora. É o caso da mudança feita na página de dedicatória, em que ela tinha deixado no livro tal como havia escrito na tese: “Em memória da vó Maria”, e ele mudou para “Em memória da minha avó”, trocando a forma “vó” pela “da minha avó”, não respeitando a maneira como a autora queria se referir à sua avó, de forma carinhosa e afetiva. Para Amália, essa e outras

mudanças representaram uma interferência inaceitável no seu texto, descaracterizando seu estilo.

Em vista da reação de Amália e da minha condição de coordenadora de revisão, combinei com que faríamos uma nova leitura de seu texto a fim de dirimir, na medida do possível, os problemas remanescentes de revisão. Antes, porém, conversei com o revisor¹⁸ que fizera a primeira leitura do trabalho, para deixá-lo a par do ocorrido e chamar sua atenção para a importância de uma conversa com o autor, antes de proceder a mudanças de sentido e a entonação em um texto alheio. Caso ele tivesse respeitado esse princípio, certamente teria considerado o simbolismo afetivo que a autora quis resumir na palavra “vó”, entre outras. Fiz-lhe ver que a forma “vó”, consignada por Amália, era particularmente significativa por encontrar-se na página reservada à dedicatória, espaço revestido de especial valor afetivo para qualquer autor, daí ser também livre das convenções gramaticais e de outras formalidades.

Outro exemplo da necessidade de o profissional atentar para as relações de sentido do texto é o da mudança, pelo mesmo revisor, da palavra “acoitados” pelo seu homólogo “açoitados”, o que naturalmente remetia a um significado diferente do que a autora quis dizer. Essa é mais uma justificativa para o revisor consultar o autor antes de “corrigir” atabalhoadamente um enunciado supostamente ambíguo. Por causa de problemas análogos é que sempre oriento estagiários ou mesmo revisores a conversarem com o autor antes de mudar palavras ou trechos que dão margem a problemas de sentido, pois as palavras,

18 O caso desse profissional é bastante peculiar: apesar de trabalhar há anos com revisão de textos, ter domínio da gramática tradicional e das regras nela determinadas, ele não concluiu o curso de Letras nem fez qualquer outro curso de atualização, restringindo-se a subsidiar seu trabalho apenas nas regras gramaticais, o que talvez explique a origem dos desentendimentos apontados. Esse exemplo reforça a necessidade de o revisor manter-se a par das transformações linguísticas, as quais se materializam nos diversos gêneros discursivos.

dependendo do contexto em que estão inseridas, podem gerar singularidades que devem ser respeitadas, não cabendo ao revisor mudá-las.

Minha avaliação é a de que essas intervenções dão guarida – assim como outras em que o revisor insistia em impor a norma culta¹⁹, deixando de considerar quem escreve, de onde, para quem e por meio de que gênero escreve –, as vozes autoritárias da gramática tradicional que se cristalizaram e ainda perduram entre alguns profissionais que trabalham com revisão. Isso mostra que, apesar das contribuições de novos estudos na área da linguagem, na perspectiva dialógica, ainda predomina a concepção de língua como estrutura no trabalho de determinados profissionais. Tal problema, a meu ver, é provocado pela formação desses profissionais bem como pela falta de interesse e de conhecimento dos recentes estudos na área, que apontam para questões de uso da linguagem em contextos os mais diversos.

Interagindo com discentes

As estratégias de interação utilizadas na minha experiência como revisora de textos de alunos graduandos, desenvolvendo o papel de leitora crítica no processo de escritura de seus trabalhos de conclusão de curso, eram semelhantes às utilizadas com os autores mais experientes. Isso equivale a dizer que eu procurava manter o excedente de visão, o distanciamento e ao mesmo tempo um olhar compreensivo para aquilo que eles escreviam nos seus textos, preservando assim a polidez e o respeito adequados a essas circunstâncias.

19 Sobre a problemática da norma culta, saliento que a concepção adotada neste livro segue as ideias desenvolvidas por Faraco (2008), sendo sugerido seu emprego apenas nos casos que exijam o uso mais formal da linguagem, a exemplo dos trabalhos acadêmico-científicos aos quais a maioria das bancas examinadoras costuma exigir tal norma.

A metodologia que eu usava, entretanto, era um pouco diferente da utilizada com autores mais experientes como Amália, pois, além de professora na sala de aula, era revisora de seus textos em atividades extraclasse. Como professora, eu habitualmente começava as aulas ministrando oficinas, nas quais, em grupos formados por alunos graduandos, líamos monografias e projetos experimentais, gêneros acadêmicos que eles produziram posteriormente. Antes da primeira escrita, analisávamos nesses gêneros os recursos enunciativos e linguísticos empregados pelos autores. Com isso, os alunos se familiarizavam com a escrita acadêmica e suas peculiaridades, preparando-se para o que deveriam priorizar na produção de seus textos, especialmente os recursos discursivos e os aspectos estruturais. Em seguida, os graduandos elaboravam partes de seus trabalhos, como a justificativa e a revisão de literatura, as quais eram analisadas em sala de aula, em um processo coletivo de revisão. Depois dessas oficinas, havia quantos encontros individuais fossem necessários para a discussão e reescrita do texto, durante os quais eu assumia o papel de revisora.

A seguir, recorro a recortes de encontros com duas alunas de graduação da área de comunicação social, habilitação em jornalismo, a fim de discutir os problemas encontrados em seus textos. Essas autoras, denominadas pelos pseudônimos Odete e Beatriz, optaram por produzir o gênero monografia.

Preenchendo as lacunas

Como o encontro individual para discussão do texto com Odete estava ocorrendo pela segunda vez – no primeiro, eu havia apontado tanto problemas de ordem discursiva quanto de ordem linguística –, iniciei a conversa mostrando-lhe alguns problemas de grafia que ela havia deixado de atualizar, como, por exemplo, palavras que não deveriam estar hifenizadas (via de regra, e não via-de-regra), palavras que deveriam estar acentuadas (princípios, e não principios; questão, e não questao;

jornalístico, e não jornalístico), entre outros problemas que ela justificara, anteriormente, como decorrentes do processo de digitação, prejudicado por um teclado defeituoso.

Em seguida, mostrei-lhe uma lacuna no parágrafo sobre a televisão comercial e a audiência desta, o qual eu havia lido e relido várias vezes, para só então compreender que estava faltando alguma palavra para concatenar as ideias e dar sentido ao período. Sugeri que ao trecho fosse acrescentada a palavra “conquista”, caso estivesse de acordo com o que ela queria dizer, ao que Odete confirmou: “É isso mesmo, está certo. A audiência que ela deseja”. Continuando as observações, apontei outros problemas, no caso, de ordem mais notacional e de formato estrutural, como transcrito a seguir.

Rosa: Nessa citação recuada, por estar com mais de três linhas, não precisa de aspas. [...] Há, ainda, nessa mesma citação, outro problema: o sobrenome do autor, por estar fora dos parênteses, não precisa ser digitado em caixa alta, ou letra maiúscula, de acordo com a ABNT. Nesse parágrafo seguinte, há um problema de pontuação: como o sujeito da oração é composto, e não há aposto entre ele e o verbo, não há necessidade dessa vírgula, certo? [...] Outro problema do seu texto que precisa ser trabalhado é o caso das palavras ou nomes de instituições que têm siglas ou abreviaturas. Ao serem citados pela primeira vez no texto, devem vir seguidos da respectiva sigla ou abreviatura entre parênteses. Quer dizer, podem ser entre parênteses ou travessões. *Eu sugiro que sejam entre parênteses. O que você acha?* (grifos meus).

Odete: *Acho melhor entre parênteses mesmo* (grifos meus).

Rosa: Certo. Agora o inverso também não pode ocorrer, como, por exemplo, você deixar apenas a sigla de alguma instituição. *Veja a sigla UFRN, por exemplo: apesar de ser bastante conhecida pelos leitores locais, é importante que seja posto o seu nome por extenso no texto, na primeira vez que aparecer como você pôs antes da sigla INPE, certo?* (grifos meus).

Odete aproveitou minha explicação para perguntar por que eu havia circulado os travessões nos referidos trechos.

Respondi-lhe que agi desse modo para mostrar que ela utilizava ora hífens ora travessões, para situações que tinham o mesmo efeito de sentido, e como constatei o uso mais recorrente de travessões nos mesmos contextos, pretendia sugerir-lhe a padronização textual com travessões. A alternativa poderia ser o uso de uma barra, caso ela preferisse.

Continuando a discussão, passei a focalizar outras lacunas e falta de concatenação de ideias, as quais estavam provocando ambiguidade na monografia de Odete, como no trecho em que faltava um elo entre o que ela havia exposto antes e o que escrevera depois, além do nome dos autores, ano de publicação da obra e número da página de onde foi transcrita uma citação direta utilizada para reforçar seus pontos de vista sobre o tema em pauta. Pela minha compreensão do enunciado em construção, considere que ela se referia aos autores Martins e Lopes, aos quais também aludia na página seguinte. Desse modo, mostrei-lhe que havia uma lacuna que precisava ser preenchida, com conectivos entre os períodos, com uma exposição de motivos que os justificasse. Odete mais uma vez anuiu às observações, conforme mostram os recortes seguintes.

Odete: É, eu tenho de rever e reescrever essa parte (grifos meus).

Rosa: Nesses outros trechos, existe o mesmo problema. Falta um elemento que os entrelace. Veja bem, você terminou de contextualizar no parágrafo anterior sobre a implantação do sistema de teleeducação, na UFRN, conforme você mesma pesquisou e constatou. Aí você já começa o outro parágrafo colocando: “Foi em dezembro de 1972 que a TVU...”. Sugiro que você escreva: “Desse modo, em dezembro de 1972, a programação entrou no ar...”. Isso para fazer a ligação entre os dois parágrafos, entre as ideias e informações apresentadas, entende? (grifos meus).

Odete: Certo, entendi, realmente fica bem melhor (grifos meus).

Depois de sugerir essas mudanças, passei mais uma vez a tratar de problemas na padronização e normalização do texto, como os encontrados na seção intitulada Anexos, os

quais deveriam ser identificados com letras maiúsculas (A, B, C, D...), conforme sugere a ABNT (2011, p. 5), e não com números. Transcrevo, a seguir, outras sugestões relacionadas com aspectos notacionais, gramaticais e normativos²⁰.

Rosa: Nesse período, que está bastante longo, *sugiro que sejam postos travessões para facilitar a leitura*, pois esses recursos ajudam o leitor a compreender melhor o que o autor quer dizer. Nesse outro parágrafo sobre o trabalho dos estagiários, você utilizou a palavra “alunos” três vezes. Sugiro substituir uma delas por “estudante” e outra por “discente”. Outros problemas nesse mesmo parágrafo são: falta de concordância entre o sujeito e o verbo na oração “Na seção de telejornalismo, *encontra-se* nove estudantes”, em vez de “Na seção de telejornalismo, *encontram-se* nove estudantes”; o uso do sujeito contraído: “Apesar do TVU Notícias ser considerado...”, em vez de “Apesar *de* o TVU Notícias ser considerado...”; a grafia inadequada do porquê na oração “*Porque* motivo ele se processa”, em vez de “*Por que* motivo ele se processa”. Nessa situação, como acredito que seu objetivo é fazer uma pergunta indireta, o “por” e o “que” devem ser grafados separadamente, entende? *Veja bem, à primeira vista, esses problemas podem parecer irrelevantes, mas como você está produzindo um gênero discursivo da esfera acadêmico-científica, no caso a monografia, esta deve se aproximar o máximo possível das normas aí estabelecidas, daí ser pertinente que corrijamos esses problemas, compreende?* (grifos meus).

Odete: *Certo. Com certeza é melhor corrigir esse tipo de erro* (grifos meus).

Prosseguindo com minhas observações, passei a conversar sobre um problema comum em âmbito acadêmico, principalmente em nível de graduação: a recorrência ao discurso alheio materializada nas citações de autores sem uma interpretação mais adequada e justificada de seus enunciados. No caso de Odete, um exemplo bastante ilustrativo era a referência às

20 Ressalto mais uma vez que essas sugestões se tornam necessárias devido à especificidade do gênero monografia, que precisa ser escrito de acordo com o padrão culto formal seguindo as exigências institucionais/acadêmicas.

palavras de renomada publicitária sobre a TVE/RJ, trecho ao qual sugeri a inclusão do verbo “desabafar”, antes da citação, pois entendi que a publicitária estava manifestando seu total desacordo com a situação da televisão pública. Após examinar essa sugestão, Odete reconheceu que, daquele modo, “Ficou ótimo, realmente é um desabafo. Ficou muito melhor”. Solucionado esse problema, questioneei o uso do verbo no passado antes das citações, bastante recorrente no texto de Odete. Expliquei-lhe que é comum, em gêneros científicos, os verbos serem usados no tempo presente, mesmo que façam referência a obras publicadas em anos, décadas, séculos anteriores, os quais são indicados pela data de publicação que vem entre parênteses seguida da página, depois do sobrenome do autor. Odete se justificou explicando que “Isso é influência da linguagem jornalística, que utiliza mais o passado em entrevistas, notícias”. Respondi-lhe dizendo que, na verdade, a linguagem jornalística dá preferência à escrita presentificada, não o contrário, como nos títulos: “Avião derruba torres em Nova Iorque!”, “Cachorro morde padre”, “ABC ganha do Baraúnas”. Da mesma forma, na monografia, ela deveria procurar escrevendo início ao fim com os verbos no presente, de acordo com as peculiaridades próprias desse gênero.

É possível constatar, pelo exposto, que o trabalho de revisão necessita de muita habilidade por parte do professor no papel de revisor para conversar com os alunos com pouca experiência para desenvolver sua autoria, principalmente quando estes não têm familiaridade com o gênero que se propõem a escrever. Nesse caso, trata-se de um trabalho complexo de interação e mediação, tanto socioverbal quanto instrumental, que possibilita, havendo abertura para o diálogo, a construção de conhecimentos e a troca de experiências de ambas as partes. Digo isso porque há momentos que o revisor precisa se referir a questões que podem ser bem ou mal recebidas, mas que devem ser verbalizadas, assim como precisa estar receptivo à escuta das explicações dos autores, nem sempre condizentes com

aquilo que enunciam os seus textos, como se pode observar na discussão a seguir.

Rosa: Veja que no trecho “Sabendo-se que o custo de uma pesquisa qualitativa é maior do que o da pesquisa quantitativa...”, a palavra custo precisa ser esclarecida ou o trecho retirado, pois provoca ambiguidade. Na verdade, todo o parágrafo precisa ser revisto em relação aos que o precedem ou sucedem. *A que custo você se refere?* (grifos meus).

Odete: O financeiro.

Rosa: *Então você tem de explicar isso, porque nesse trecho você apenas citou a palavra custo, sem explicações nem justificativas, as quais são necessárias para que o leitor compreenda o que você quer dizer. Você considera essa informação necessária, relevante, nessa parte da monografia? Veja bem, você vinha caminhando em outra perspectiva, apontando conceitos teóricos, e de repente acrescenta esse parágrafo sem conexão com os demais. Tudo bem, você está lamentando... Pode ser um argumento forte em outra parte do texto, como a que se refere à metodologia do trabalho, por exemplo, mas mesmo assim sem enfatizar a questão financeira, e sim a metodológica, ou seja, justificar e mostrar por que uma abordagem de pesquisa é mais apropriada do que outro, entende?* (grifos meus).

Odete: *Realmente eu concordo. Agora está claríssimo. Acho melhor retirar isso e colocar: “Embora houvesse necessidade de uma pesquisa qualitativa, foi feita uma pesquisa quantitativa...”, e justificando por quê. Isso, como você sugeriu, na parte em que trato da metodologia* (grifos meus).

Rosa: Nesse parágrafo em que você diz que utiliza a pesquisa qualitativa para definir o perfil do telespectador da tevê pública, sugiro que, além de trazer aquele trecho que discutimos há pouco que trata de custo, lembra?, *você deveria desenvolver mais e justificar mais.* Eu estou apontando algumas características, mas você precisa acrescentar mais, pois seu texto com certeza ficará mais consistente, *entende?* Além desses problemas mais relacionados com o sentido do texto, há alguns de atualização de grafia, na palavra sócio-econômico, em vez de socioeconômico, que perdeu o acento agudo e o

hífen; e na palavra Xequê Mate, em vez de Xequê-Mate²¹, que deveria ser hífenizada. [...] Nesse outro parágrafo, você não conclui seu raciocínio. Veja: “Nosso entendimento a esse respeito é que os assuntos do governo no que se refere à política pública devem ser noticiados, porque neles há interesse público. Deixar de fazê-lo é colocar o cidadão à margem da realidade”. Daí, sugiro que você acrescente: “dos acontecimentos e questões necessárias à construção de sua cidadania” (grifos meus).

Odete: Ótimo. Isso é que é revisão!.

É notório, pelas palavras de Odete, que ela estava aberta às minhas sugestões, consequência da sua confiança no meu trabalho e da maneira franca como eu vinha lhe expondo as questões problemáticas do seu texto. Graças a isso, estabeleci com ela a interação necessária para a busca da solução dos problemas referidos, ocasionados muitas vezes por falta de uma revisão mais apurada e crítica feita por ela mesma.

Nessa interação com Odete, a exemplo do que sempre faço quando discuto sobre os problemas textuais com outros autores, experientes ou não, insisti em algumas sugestões com o objetivo de levá-la a refletir e ter uma maior preocupação com os seus enunciados, enfatizando assim a sua responsabilidade autoral. Ou seja, lembrei a Odete que, embora como a maioria de graduandos, e mesmo autores experientes, ela contasse com a ajuda do orientador, do bibliotecário, ou de outros profissionais envolvidos no processo de escritura, o texto final seria de sua inteira responsabilidade. Daí por que, no processo de discussão do texto, procurei lhe mostrar que, como autora, ela também deveria ter essa preocupação, esse olhar avaliativo sobre seu texto, analisando, por exemplo, o que poderia estar confuso nas citações feitas de outros autores, se os pontos de vista desses autores e as interpretações e os diálogos estabelecidos entre eles e o objeto de estudo não haviam deixado lacunas que pudessem provocar problemas de sentido. Com isso, chamei

21 Nome de programa de entrevistas da TVU da UFRN.

sua atenção para o fato de que o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), no caso a monografia que ela optou por escrever, é um gênero discursivo cuja maior peculiaridade é versar acerca de um determinado tema, a partir do diálogo com outros autores, com eles concordando, ou deles discordando. Por qualquer um desses caminhos, ela não poderia perder de vista sua posição de autora responsável pelo texto, para que fosse bem-sucedida como tal.

Saliento que esse trabalho de interação junto a Odete e demais autoras só foi possível devido à experiência e ao embasamento teórico-metodológico obtido ao longo de minha formação acadêmica, especialmente na pós-graduação, o que reforça a necessidade da relação entre a prática e a teoria no fazer profissional. Em outras palavras, o trabalho prático como revisora e a experiência como professora no ensino básico e universitário me estimularam a buscar abordagens teóricas que respondessem às necessidades da atividade de revisão.

Trabalhando a reescritura

Repetindo a metodologia bem-sucedida junto a Odete, iniciei a conversa com Beatriz dizendo que, conforme havíamos combinado no encontro anterior, iríamos discutir alguns problemas que ainda persistiam em seu texto. Expliquei-lhe que, na maioria dos trechos nos quais eu colocara sinal de interrogação, havia necessidade de reescritura, pois ainda apresentavam problemas de sentido ou de concatenação de ideias, o que se devia à utilização de algum termo ou palavra que não estabelecia um elo ou não se relacionava com o dito anterior ou posteriormente.

Passei então à discussão de um parágrafo em que ela agradece “Ao jornal A República pela sua contribuição”, deixando uma lacuna e escrevendo em seguida: “Seus devaneios na minha mente me inquietaram o meu ser, fazendo descobrir alegrias contagiantes”. Perguntei-lhe o que ela queria dizer com aquelas

palavras, a que devaneios e a quem ela se referia naquele trecho. Expliquei-lhe que se ela observasse com mais atenção, poderia constatar que entre uma oração e outra havia necessidade de um termo para ligar seus dizeres, pois tudo o que se diz tem de estar ligado de alguma forma ao que se disse antes ou se dirá depois. Pedi, então, a Beatriz que me explicasse o que tencionava dizer naquele trecho a fim de tentarmos, juntas, solucionar o problema, ao que ela respondeu:

Beatriz: É porque esse jornal *A República* já vem na minha vida há muito tempo. Então ler, estudar sobre o jornal *A República* é uma felicidade, não sei se eu consegui passar isso no que eu escrevi. [...] O mal de todo mundo é que *a gente escreve como se tivesse escrevendo para a gente* (grifos meus).

Embora generalize o problema ao descrevê-lo como “mal de todo mundo”, Beatriz reconhece sua falta de preocupação com o leitor e excessivo envolvimento com o objeto de estudo, o que a faz escrever sem o necessário distanciamento, como se fosse para si mesma. Nessa confissão, ela deixa transparecer a complexidade que permeia o ato de escrever, especialmente na sua relação com o outro. Esse aspecto, aliás, foi ressaltado no capítulo *Escrita social e discursiva*, no qual destaquei a função social como uma das principais peculiaridades do texto escrito. Isso quer dizer que, ao escrever, o autor não pode perder de vista seus potenciais leitores. Dito isso, tentei interagir mais uma vez com Beatriz, procurando ajudá-la a ajustar seus enunciados, conforme transcrito a seguir.

Rosa: *Você acha que poderia tirar essas palavras que estão, vamos dizer assim, sobrando, e só agradecer de modo mais simples? O mais importante é o trecho “Ao jornal A República, pela sua contribuição ao surgimento da imprensa no estado do RN”, e, no desenvolvimento de seu texto, você já expõe todos os porquês. Reveja palavras utilizadas, como “seus devaneios em minha mente”. Você acha que o jornal devaneia? Você escreveu exatamente assim! [...]. Nesse outro trecho, “A Pedro Velho [...] fez-me renovar sobre o papel [...]”, você também utiliza o verbo “renovar” em um sentido totalmente inadequado dentro*

do contexto, da situação, diferente das possibilidades em que ele poderia ser usado. *Nesse caso, acredito que o melhor seria o verbo “refletir”. O que você acha disso? (grifos meus).*

Após ouvir atentamente minhas sugestões, Beatriz reconheceu que a palavra renovar não se encaixava naquele contexto. Diante disso, recomendei-lhe “fazer isso sempre, sempre retornar ao texto”. Utilizei, assim, com Beatriz as mesmas estratégias usadas com Odete: mostrar os problemas de modo incisivo procurando intervir no sentido de adequar o texto às peculiaridades do gênero acadêmico. Confirmei que a situação discursiva requer polidez tanto dos alunos quanto do professor no papel de revisor. Este, além de manter sua posição exotópica com relação àqueles para poder ajudá-los nos ajustes do texto, não pode deixar de mostrar sua responsabilidade diante da atividade de revisão no momento que conversa com eles, principalmente quando demonstram não dominar o repertório do gênero que estão escrevendo. É importante que o professor aja assim na atividade de revisão extraclasse, mesmo em momentos que precisa fazer questionamentos que podem ser bem ou mal recebidos, mas que devem ser postos em discussão, pois desse modo o respeito mútuo é conquistado e os alunos passam a adquirir confiança e segurança necessárias para expor suas dúvidas.

É o caso de Beatriz que, um pouco mais à vontade, perguntou-me como deveria proceder no primeiro capítulo de sua monografia, cujo título estava situado na margem esquerda, mas seu orientador recomendara que ela o centralizasse. Aproveitei essa sua dúvida para lhe explicar como deveria ser composto o texto como um todo, sendo recomendável que a formatação textual seguisse um só padrão; caso ela decidisse centralizar os títulos não numerados, todos deveriam ser assim formatados, desde o Resumo até os Anexos. Essa orientação também valia para a fonte e o tamanho das letras, assim como para o espaçamento e o recuo de citações diretas e parágrafos,

conforme as normas estabelecidas pela ABNT (2011) para trabalhos acadêmicos.

Em seguida às explicações voltadas para os aspectos mais estruturais e notacionais, procurei direcionar a conversa nos problemas relacionados com o tema do trabalho, a concatenação de suas ideias, as relações dialógicas, as suas posições axiológicas, conforme segue.

Rosa: Esse trecho em que você conta em pormenores como chegou ao jornal *A República* para pesquisar em exemplares antigos e afirma que as partes dos jornais que estavam faltando tinham sido cortadas de estilete por pesquisadores, é bastante, vamos dizer assim, complicado. *Você tem certeza de que os jornais “foram cortados com estilete por pesquisadores que não se preocupam com os futuros pesquisadores...”?* Essa informação, a meu ver, é totalmente irrelevante, desnecessária, pois o foco de seu trabalho não é investigar sobre o sumiço de partes dos jornais, nem como isso se deu. [...] *Eu sugiro que você converse mais com seu orientador sobre esses questionamentos que estou levantando.* [...] Esses problemas precisam ser solucionados, entende? Nesse trecho, por exemplo, bastaria que você dissesse que a edição original do primeiro número do jornal *A República* não existe mais e que em seu lugar está uma cópia, sem conjecturar que isso se deu devido aos pesquisadores terem cortado de estile o jornal (grifos meus).

De maneira geral, o trabalho de revisão depende do reconhecimento por parte do autor, como pude constatar mais uma vez na minha intervenção junto ao texto de Beatriz, quando ela acatou sem restrições minhas orientações prometendo “rever tudo isso que a senhora sugeriu”.

Proseguindo minhas observações, apontei um parágrafo “problemático” em que ela escreveu que sua leitura “está relacionada à ideia de memória [...], esperamos que em outro momento possamos dar um maior aprofundamento”. Sugeri, nesse caso, que ela citasse pelo menos alguns estudos sobre a memória, e não simplesmente dissesse que depois aprofundaria essa “ideia”. Em síntese, Beatriz precisaria fazer pelo menos uma

revisão bibliográfica com base em autores reconhecidos pela comunidade acadêmica, pois em uma monografia de graduação é necessária essa postura do autor. A essa sugestão, Beatriz também anuiu e disse que iria “estudar mais sobre isso para procurar aprofundar”.

Resolvido esse problema, passei à questão da inadequação de certas palavras que eu havia sublinhado no seu trabalho. No trecho em discussão, Beatriz fazia referência a um autor, antes da citação direta recuada, sem nomeá-lo previamente: “Segundo o autor, a alimentação também era composta por [...]”. Além disso, a citação começava com o conectivo “embora se usassem”, gerando ambiguidade, uma vez que não estabelecia a conexão necessária com o enunciado para que se compreendesse o que ela tinha em mente. Mais uma vez, ela prometeu rever o trecho em pauta.

A conversa referida mostra que, na interação com alunos, ocorrem situações em que o professor precisa usar estratégias de polidez sem abrir mão da sua responsabilidade como revisor crítico, a fim de levantar aqueles problemas incontornáveis do texto. Em uma prova de que a interação entre nós caminhava da melhor maneira possível, Beatriz indagou-me como deveria agir em relação às transcrições dos jornais de 1889: se deveria atualizar ou não a grafia, já que “naquele tempo, a grafia de palavras como *pharmacia*, *geraes*, não era errada”. Como ela demonstrara ter uma posição firmada sobre esse assunto, ou seja, deixar a escrita de acordo com os originais, ponderei que seria necessário esclarecer isso ao leitor. Para isso, ela deveria escrever uma nota de rodapé justificando que não atualizara a grafia das citações dos jornais referentes ao século XIX, as quais estavam de acordo com a ortografia vigente na época, uma vez que tal grafia não interferia no sentido do texto.

Conforme apresentado, as orientações que prestei a Amália, Odete e Beatriz me parecem exemplares de como se processa em linhas gerais a carpintaria da revisão: a negociação

de questões discursivas controversas, a desambiguação de determinados trechos, a reordenação de aspectos sintático-semânticos, a adequação do texto à nova reforma ortográfica, entre outros. Da parte delas, pude sentir que ficaram à vontade para expor suas dúvidas e inseguranças e grande receptividade às minhas sugestões.

Odete e Beatriz, ao contrário de Amália, apresentaram visíveis dificuldades no ato de escrever, por isso procurei enfatizar a necessidade de lerem mais de uma vez o texto em processo de escritura, lembrando-lhes que estavam escrevendo para outrem, e não para elas mesmas. No que respeita a Odete, os problemas encontrados são mais pontuais, relacionados com aspectos sintáticos e ortográficos. Ela já compreendia com mais clareza o processo de escrita de um texto, na maioria das vezes se saía bem na produção textual e já trabalhava há alguns anos em televisão pública, seu objeto de estudo na monografia discutida. Beatriz, por seu lado, apresentou uma gama variada de problemas textuais relacionados com a concatenação de ideias e as relações de sentido, o que possivelmente demonstrava sua pouca experiência de leitura e de escrita.

A revisão sob a ótica das autoras

Com o propósito de complementar os diálogos expostos e fazer uma avaliação de minha prática como revisora, pedi que Amália, Odete e Beatriz comentassem em que medida as minhas intervenções forma construtivas para elas, ou se, pelo contrário, lhes causaram alguma dificuldade ou constrangimento. Com isso, eu objetivava conhecer a visão delas sobre o processo de revisão na perspectiva em que trabalho. Conforme os trechos das conversas anteriormente transcritos e os depoimentos a seguir, elas consideraram muito produtivos nossos encontros para discussão do texto, pois além de se atualizarem sobre determinados aspectos linguísticos puderam enriquecer seus textos sem terem se sentido constrangidas em nenhum momento.

Amália: Eu achei fantástico, porque realmente há certas coisas que a gente escreve, que não vê, que não percebe, né? Como *erros de concordância, de regência, de coerência do texto*, por exemplo. Enfim, várias, várias coisas que o revisor mostra. O trabalho dele é este: alertar para essas coisas. Outro aspecto também que eu gostei no seu trabalho especificamente é que *you respectou muito a parte do estilo, da narrativa*. Muitas vezes eu escrevo com digressões, e você achou que eu poderia mantê-las, e eu sei que existem revisores que interferem nessa questão e eu sou contra isso. Eu acho que tem de respeitar a parte estilística. E isso foi fantástico. Aprendi muito, inclusive, porque *há acentos que já caíram, outros que ainda estão em uso e eu não sabia*. Enfim, foi um aprendizado (grifos meus).

Odete: Eu acho ótimo, primeiro, porque realmente o revisor vê, *aponta falhas* que a gente que está escrevendo não percebe. Só quem revisa mesmo percebe. Com o conhecimento que você tem, com a prática que você tem de revisão, né, você percebe coisas que passam totalmente despercebidas. E, segundo, com você particularmente, *eu acho ótimo porque você sugere termos e emenda algumas coisas que enriquecem muito, melhoram bastante o texto* (grifos meus).

Beatriz: Foi maravilhoso. Eu cresci bastante. Apesar de que têm ainda alguns problemas no meu texto, né? [...] *Esses encontros individuais para discutir o texto também são muito importantes* porque a gente vê que alguns *erros tão nítidos, que a senhora aponta*, poderiam ser percebidos se nós mesmos relêssemos, revisássemos nossos textos (grifos meus).

Essas constatações reforçam a tese da importância da interação entre autor e revisor para que este, usando seus conhecimentos e experiência, possa auxiliar aquele a dar os ajustes finais a seu texto. Para tanto, o revisor precisa realizar uma leitura crítica do texto com que trabalha assim como compreender os posicionamentos axiológicos e a entonação apreciativa do autor estabelecendo uma relação de empatia. Nesse sentido, é importante o revisor mostrar a necessidade de o autor também buscar certo distanciamento de seu texto de modo a poder lê-lo criticamente, em um movimento exotópico, de fora, a exemplo de seus potenciais leitores.

Conforme já exposto, é necessário, por parte do revisor, reconhecer que os materiais com os quais ele trabalha no dia a dia estão inseridos nos gêneros mais diversos. Estes, por sua vez, são constituídos de temas, construções composicionais e estilos que, embora geralmente submetidos às imposições linguísticas e sociais que permeiam todo ato de dizer, também podem ser flexíveis, dependendo do espaço-tempo, do destinatário, da situação discursiva, o que implica considerar as condições de produção, circulação e recepção. Por conseguinte, para o trabalho de revisão, não basta que os profissionais dominem a língua como sistema para corrigirem os lapsos gramaticais no texto; é preciso também que adotem uma atitude compreensiva em relação aos valores que orientam as escolhas das formas dadas ao conteúdo do texto.

Reflexões finais

Ao longo deste livro, em que procurei compreender como se processa a atividade de revisão de textos a partir da descrição e análise dos discursos de profissionais, tracei como objetivo central entender o que significa ser um revisor de texto, seja na esfera editorial, seja na esfera escolar e universitária. Para tanto, busquei, nos manuais e nas entrevistas, pistas que permitissem responder como os profissionais encaram os conhecimentos exigidos ao seu trabalho, de que modo utilizam os instrumentos/apoiós e as novas tecnologias para revisar um texto e como se dá a relação entre eles e o(s) autor(es).

Na tentativa de responder a tais questões, levei em conta “as condições práticas das situações concretas em que se espera a teoria seja aproveitada” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 159), ou seja, procurei uma teoria que se moldasse às especificidades das atividades de revisão de textos concretamente realizadas. No caso deste livro, parti de situações vivenciadas por sujeitos sociais que atuam na profissão, para assim estabelecer a relação entre a prática e a teoria e discutir uma teorização que as integrasse.

Conforme mostram os revisores em manuais e entrevistas, bem como o relato de minha experiência, a revisão é uma atividade complexa que pressupõe não apenas o conhecimento da língua mas também de práticas socioverbais em diversas esferas da vida humana, considerando-se as transformações pelas quais passam a sociedade e a linguagem no mundo contemporâneo. Com efeito, esse mundo exige uma redefinição qualitativa do papel do revisor, não podendo esse profissional se restringir aos mesmos procedimentos e às mesmas concepções de revisão

de épocas anteriores. As mudanças de ordem científica, tecnológica e sociocultural, ocorridas nas últimas décadas, pedem que profissionais e instituições ampliem seus conhecimentos e práticas para acompanhá-las.

Nesse sentido, o revisor precisa estar sempre atento às transformações e adequações por que passa seu material de trabalho: o texto, que pode se apresentar em diversos gêneros, elaborados pelas mais diferentes pessoas e instituições, nas variadas áreas de conhecimento e de atuação, daí a necessidade de o revisor estar sintonizado com o mundo da escrita, de considerar suas peculiaridades sociais e discursivas. A familiaridade com a escrita se faz necessária até mesmo nos discursos orais, como, por exemplo, anúncios publicitários, notícias e reportagens veiculados em rádios e telejornais, os quais, antes de serem expostos ao público, passam pelo processo de escrita. Isso mostra a necessidade de o revisor compreender as singularidades dos diversos gêneros discursivos que circulam nas diferentes esferas das atividades humanas, muitas vezes transmutando-se, intercalando-se, ajustando-se.

Consideradas essas características, é possível concluir que a atividade de revisão vai além da correção das normas gramaticais, uma vez que os profissionais atentariam também para as condições concretas de produção, recepção e circulação do texto em foco. Desse modo, analisariam, primeiramente, nos enunciados, a concatenação das ideias, as relações de sentido, o endereçamento do texto, a alternância dos sujeitos do discurso, para depois tratarem de elementos pontuais como os ortográficos, os sintáticos, os semânticos, pois o procedimento inverso poderia descaracterizar a entonação apreciativa do autor ou das outras vozes que ele orchestra. Seguindo esse percurso, os aspectos estruturais seriam o ponto de chegada no processo de revisão, sendo os aspectos discursivos o ponto de partida, conforme propõem Bakhtin/Volochinov (1990) para a análise linguística.

Esses aspectos da ordem do discurso estão relacionados com os posicionamentos e as visões de mundo do autor e sua imagem de destinatário, que só podem ser observados se se olhar o texto primeiramente em uma situação concreta de interação, sempre permeada pelas posições axiológicas em diversos graus de convergência e divergência. Para tanto, leva-se em consideração quem escreve e para quem, o que remete à alteridade e à alternância de sujeitos do discurso; de que lugar se escreve, o que remete à(s) esfera/área/atividade e ao espaço-tempo; como se escreve, o que remete ao gênero discursivo e seu enquadramento ou transformação. Em seguida, volta-se para a superfície textual, revisando os aspectos gramaticais e notacionais assim como a estrutura composicional. Isso, sem deixar de considerar as diversas formas que podem ser dadas ao tema e que podem variar de acordo com o autor, a área em que o texto é produzido, para quem está direcionado, entre outros aspectos que constituem a arquitetura discursiva.

Para que a revisão de textos aconteça desse modo, é fundamental que a interação entre o revisor e o autor ocorra estabelecendo-se entre eles uma relação de respeito, o que não implica subserviência, mas uma “[...] compreensão simpática [...] ativismo que vem de fora e visa ao mundo interior do outro” (BAKHTIN, 2003, p. 94). Ao assumir essa posição exotópica, assim como estimular o autor a adotar essa mesma postura de distanciamento, o que lhe permitiria analisar criticamente seu próprio texto, o revisor pode discutir com o autor os aspectos discursivos, além dos notacionais e gramaticais.

Estabelecida a relação dialógica entre ambas as partes, que pode ser de acordo ou de desacordo, a troca de conhecimentos – ora do revisor com o autor, ora do autor com o revisor –, é fundamental. Com essa interação, tanto um quanto outro podem preservar seus pontos de vista, o que, repito, é necessário, porque durante o trabalho de revisão muitas vezes ocorrem situações em que o revisor lê textos bastante problemáticos em relação

ao discurso, ou seja, à vontade discursiva dos autores cujas soluções precisam ser construídas na discussão com eles. Os diálogos entre os revisores, transcritos neste livro, evidenciam como pode ser produtiva a interação entre o revisor e o autor, apontando a responsabilidade de ambos no processo de revisão, para o acabamento do texto.

Diante do que foi exposto e discutido ao longo deste livro, considero que os conceitos de interação, gêneros do discurso, alteridade e exotopia, do Círculo de Bakhtin, ajudam a preencher as lacunas teórico-metodológicas dos preceitos gramaticais, assim como auxiliam os profissionais a enfrentar os anseios, conflitos e dúvidas comumente presentes na prática de revisão de textos tanto na esfera escolar e universitária quanto nas extraescolares. Melhor dizendo: essa perspectiva dialógica oferece uma luz à lacuna existente no conjunto das produções já elaboradas sobre a temática, orientadas principalmente pelas normas das gramáticas tradicionais, dos manuais e materiais afins. Nesse sentido é que, não desprezando a importância dos aspectos linguísticos, aponto a necessidade de serem considerados também os aspectos discursivos no processo de revisão, o que implica o tratamento da linguagem como discurso e não como sistema, a compreensão dos gêneros discursivos em seus diversos contextos espaço-temporais e a necessidade da interação socioverbal no processo de revisão.

Por fim, espero ter alcançado o objetivo de apresentar um olhar diferente para a atividade de revisão de textos que possibilite a discussão e a abertura para outros estudos em uma área ainda pouco explorada, a saber: a questão da (in)visibilidade do revisor e seu papel mediador no acabamento de diversos textos; o problema dos aspectos institucionais e normativos, quer formais, quer informais, que regem o trabalho do revisor no seu dia a dia; o (des)entendimento do trabalho de revisão como profissão de média importância; o uso da revisão como recurso metodológico nas atividades de leitura e produção de

textos na escola e na universidade, entre outros. Confio, em suma, que este livro estimule outros trabalhos relacionados com a atividade de revisão que deem respostas à vida contemporânea, seja na esfera pública, seja na esfera privada.

Referências

- AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro*. São Paulo: Musa, 2004.
- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2008.
- ARROJO, Rosemary. A relação exemplar entre autor e revisor (e outros trabalhadores textuais semelhantes) e o mito de Babel: alguns comentários sobre História do Cerco de Lisboa, de José Saramago. *Delta*, v. 19, n. esp., p. 193-207. 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12256: apresentação de originais*. Rio de Janeiro, 1992.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação – Referências – Elaboração*. Rio de Janeiro, 2002a.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6025: informação e documentação – Revisão de originais e provas*. Rio de Janeiro, 2002b.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação*. Rio de Janeiro, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail [1940]. *Questões de estilística no ensino da língua*. Tradução, posfácio e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólcova Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail [1921]. *Para uma filosofia do ato*. 2. ed. Tradução de Valdmir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail [1924] O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: BAKHTIN, Mikhail. [1975]. *Questões*

- de literatura e de estética: a teoria do romance*. 2. ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 13-70.
- BAKHTIN, Mikhail [1929]. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 3. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail [1979]. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail [1953]. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.
- BAKHTIN, Mikhail [1975]. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 2. ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini, José Pereira Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena Spryndis Nazário, Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail/VOLOCHINOV, Valentin [1929]. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 5. ed. Tradução de Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira, Lúcia Teixeira Wisnik, Carlos Henrique Cruz. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BARTLETT, Elsa Jaffe. Learning to revise: some component processes. In: NYSTRAND, Martin (Ed.). *What writers know: the language, process and structure of written discourse*. Nova Iorque: Academic Press, 1982, p. 345-363.
- BAZERMAN, Charles. *Gênero, agência e escrita*. Tradução de. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CAVALCANTI, Marilda. A propósito de linguística aplicada. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, n. 7, p. 5-12, 1986.
- CELANI, Maria Antonieta Alba. Afinal, o que é linguística aplicada? In: PASCOAL, Maria Sofia Zanotto; CELANI, Maria Antonieta Alba

- (Org.). *Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992, p. 18-23.
- COLE, Michael. Desenvolvimento cognitivo e escolarização formal: a evidência da pesquisa transcultural. In: MOLL, Luis C. (Org.) [1990]. *Vygotsky e a Educação*. Porto Alegre: Artmed, 1996.
- CORACINI, Maria José Faria. Identidades múltiplas e sociedade do espetáculo: impacto das novas tecnologias na comunicação. In: MAGALHÃES, Isabel; GRIGOLETO, Marisa; CORACINI, Maria José Faria. (Org.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Clara Luz, 2006, p. 133-156.
- CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção texto e linguagem).
- COSTA, Jailma Rodrigues Felipe da. *Produção textual no ensino fundamental: vivenciando a prática de revisão de texto*. 2013. 57f. Monografia (Graduação em Letras/Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
- DAHLET, Patrick. A produção da escrita: abordagens cognitivas e textuais. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, n. 23, p. 79-95, jan./jun., 1994.
- DELLAGNELO, Adriana de Carvalho Kuerten. A influência do “feedback” do professor nas revisões de seus alunos. *Linguagem & Ensino*, v. 1, n. 2, p. 59-70, 1998.
- DENNY, Peter [1991]. O pensamento racional na cultura oral e a descontextualização da cultura escrita. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Org.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. Tradução de Evandro Nascimento. Rio de Janeiro: Estação Liberdade, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. 2. ed. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- DOLZ, Joaquim; PASQUIER, Auguste. Enseignement de l’argumentation et retour sur le texte. *Repères*, 10: 1-163, 1995.
- DOLZ, Joaquim; PASQUIER, Auguste. Un decálogo para enseñar a escribir. *Cultura y Educación*, 2: 31-41, 1996.

- FARACO, Carlos Alberto. Pesquisa aplicada em linguagem: alguns desafios para o novo milênio. *Delta*, São Paulo, v. 17, n. esp. p. 1-9, 2001.
- FARACO, Carlos Alberto. Interação e linguagem: balanço e perspectivas. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 3, n. 3, p. 214-221, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.
- FLOWER, Linda; HAYES John, R. A cognitive process theory of writing. *College Composition and Communication*, n. 32, p. 365-387, 1981.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia. (Org.). *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003.
- GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- GEHRKE, Nara Augustin. Na leitura, a gênese da reconstrução de um texto. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, 28, n. 4, p. 115-154, 1993.
- GELB, Ignace Jay [1952]. *A study of writing*. Chicago: University of Chicago Press, 1963.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GERALDI, João Wanderley. Palavras escritas, indícios de palavras ditas. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, n. 9-25, 2003. Edição especial.
- GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual essays on face to face behavior*. New York: Garden City, 1967.
- GUILHERME, H. Faria. *Manual de revisão*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.
- HAYES, John R.; FLOWER, Linda. Writing as a problem solving. *Visible Language*, n. 14, p. 383-7, 1981.
- HAYES, John R. *et al.* Cognitive process in revision. *CDC Technical Report*, Pittsburg, n. 12., Apr., 1987.

- HOUAISS, Antônio. Preparação de originais. In: MAGALHÃES, Aluísio *et al.* *Editoração hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- KLEIMAN, Angela. *Leitura: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1989.
- KLEIMAN, Angela (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- KRAMER, Sônia. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção; SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia. (Org.) *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 57-76.
- LARROSA, Jorge Bondia. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.
- LIMA, Maria de Jesus Melo. *Oficina de (re)escrita e revisão de textos no ensino fundamental*. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras/Profletras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Açu, 2013.
- LURIA, Alexander Romonovich. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, Liev Semionovich; LURIA, Alexander Romonovich; LEONTIEV, Aléxis. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 4. ed. São Paulo: Icone, 1988.
- MALTA, Luiz Roberto. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC, 2000.
- MAGALHÃES, Aluísio *et al.* *Editoração hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- MAGALHÃES, Isabel; GRIGOLETO, Marisa; CORACINI, Maria José Faria. (Org.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Clara Luz, 2006, p. 133-156.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MEDVEDEV, Pável Nikoláievitch [1928]. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Tradução de Ekaterina V. Américo e Sheila C. Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

- MEURER; José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa interpretativista em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução. *Delta*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- NARASIMHAN, Rangaswamy [1991]. Cultura escrita: caracterização e implicações. In: OLSON, David R.; TORRANCE, N. (Org.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995, p. 189-210.
- ODDONE, Nanci. O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 25-41, 1998.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Escrita e ensino: questões teóricas e metodológicas. In: PASSEGGI, Luis (Org.). *Abordagens de Linguística Aplicada*. Natal: Edufrn, 1997, p. 117-132.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Relações dialógicas, vozes, instauração do outro e o ensino da produção textual. *Boletim da Abralin*, Fortaleza, v. 26, p. 166-168, 2001. Edição especial.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Bakhtin e a cultura contemporânea: sinalizações para a pesquisa em Linguística Aplicada. *Revista da Anpoll*, São Paulo, v. 13, p. 105-122, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Pensando a escrita como uma prática discursiva: sugestões para a pesquisa em LA. *Revista brasileira de linguística aplicada*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 117-132, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de; ALVES, Maria da Penha Casado; SILVA, Marluce Pereira da (Org.). *Linguagem e práticas sociais*. Natal: Edufrn, 2008.
- OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. *Estratégias interativas em dissertações de mestrado*. 1998. 140f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

- OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. *Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos: entrelaçando dizeres e fazeres*. 2007. 172f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- OLSON, David R [1991]. A escrita como atividade metalinguística. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Org.). *Cultura, escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995, p. 267-286.
- OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy (Org.) [1991]. *Cultura, escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- OLSON, David R. [1994]. *O mundo no papel*. Tradução de Sérgio Bath. Revisão técnica de Rodolfo Ilari. São Paulo: Ática, 1997.
- ONG, Walter J. *Orality and Literacy: the technologizing of the word*. London: Routledge, 1982.
- PINTO, Ildete Oliveira. *O livro: manual de preparação e revisão*. São Paulo: Ática, 1993.
- PLATÃO. *Fedro*. Tradução de J. Ribeiro Ferreira. Lisboa: Verbo, 1973.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da linguística aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006, p. 149-168.
- SAATKAMP, Henry. *O livro: revisão e preparação de originais*. Porto Alegre: Abigraf; AGE, 1996.
- SCARDAMALIA, Marlene; BEREITER, Carl. The development of evaluative, diagnostic and remedial capabilities em children's composing. In: MARTLEW, Margaret (Ed.). *The psychology of written language: developmental and educacional perspectives*. Chichester: John Wiley E Sons, 1983, p. 67-95.
- SANTOS, Maria Carolina Alves dos. Platão e a questão da estrutura nas leis. *Boletim do CPA*. Campinas, n. 15, p. 133-142, jan./jun., 2003.
- SARAMAGO, José [1989]. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERAFINI, Maria Teresa. *Como escrever textos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1992.
- SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda (Org.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SINAIS DE REVISÃO e regras de pontuação. Brasília: Coordenação de Publicações, 1997.

SOBRAL, Adail. Ético e estético. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 103-121.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich [1934]. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich [1930]. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich; LURIA, Alexander Romonovich; LEONTIEV, Aléxis. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 4. ed. São Paulo: Icone, 1988.

WLASEK FILHO, Francisco. *Técnica de preparação de originais e revisão de provas tipográficas*. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

Sobre a autora

Risoleide Rosa Freire de Oliveira é norte-rio-grandense, nascida em Natal. Graduada em Letras, habilitação em Língua Portuguesa e respectivas literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1986). Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998). Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007). Revisora de textos aposentada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012). Professora Adjunta do Departamento de Letras Vernáculas (DLV) do Campus de Açu e do Mestrado Profissional em Letras (Profletras), na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Projeto de extensão “Práticas de leitura e escrita no ensino fundamental: interação universidade-escola”. Coordenadora do Projeto de pesquisa “Práticas de linguagem na formação docente sob a perspectiva dialógica”. Líder do grupo de pesquisa Práticas discursivas, linguagens e ensino (Pradile), na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Membro do grupo de pesquisa Práticas discursivas e contemporaneidade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua principalmente nos seguintes temas: Ensino-aprendizagem das modalidades falada e escrita da linguagem, Formação docente e multimodalidade discursiva e Práticas de (re)escrita e de revisão de textos, sob a perspectiva da Teoria-Análise Dialógica do Discurso do Círculo de Bakhtin.



*Este livro foi projetado pela equipe
editorial da Editora da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte
em outubro de 2016.*



[...] é necessário, por parte do revisor, reconhecer que os materiais com os quais ele trabalha no dia a dia estão inseridos nos gêneros mais diversos. Estes, por sua vez, são constituídos de temas, construções composicionais e estilos que, embora geralmente submetidos às imposições linguísticas e sociais que permeiam todo ato de dizer, também podem ser flexíveis, dependendo de onde e para quem o autor está escrevendo, o que implica considerar as condições de produção, circulação e recepção. Por conseguinte, para o trabalho de revisão, não basta que os profissionais dominem a língua como sistema para corrigirem os lapsos gramaticais no texto; é preciso também que eles adotem uma atitude compreensiva em relação aos valores que orientam as escolhas das formas dadas ao conteúdo do texto.